

Veículo: TV Bahia	
Data: 01/09/2020	Programa: Jornal da Manhã
Assunto: Motoristas têm até hoje para pagar <u>IPVA</u> sem multa.	

Data: 01/09/2020

Hora: 06:20:58

Duração: 02:35

Emissora: TV BAHIA

Programa: JORNAL DA MANHÃ

Apresentador (a): RICARD ISHMAEL/ANDRÉA SILVA

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Motoristas têm até hoje para pagar IPVA sem multa.

Veículo: Rádio A Tarde FM	
Data: 31/08/2020	Programa: Minuto A Tarde
Assunto: IPVA de placas com finais 7, e 8 ainda pode ser pago dentro do prazo.	

Data: 31/08/2020

Hora: 16:04:09

Duração: 00:32

Emissora: RÁDIO A TARDE (103,9 FM)

Programa: MINUTO A TARDE

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: IPVA de placas com finais 7, e 8 ainda pode ser pago dentro do prazo.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Ter , 01/09/2020 às 06:23 | Atualizado em: 01/09/2020 às 06:32

Placa final 8: prazo para pagamento do IPVA termina nesta terça

Da Redação



Os proprietários de veículos com placa de número final 8 têm até esta terça-feira, 1º, para fazer o pagamento do **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)**. O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal de quem optou pelo parcelamento desde junho.

Nesta segunda-feira, 31, terminou o prazo para pagar o tributo para os donos dos veículos com placa final 7, como determinado pela **Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz)**. O pagamento do IPVA pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob.

Para isso, é preciso estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam. Outras informações estão disponíveis no site da Sefaz e no 0800 071 0071.

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 01/09/20	Cita Sefaz



PLACA FINAL 8: PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPVA TERMINA HOJE



admin 1 Setembro, 2020

Os proprietários de veículos com placa de número final 8 têm até esta terça-feira, 1º, para fazer o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal de quem optou pelo parcelamento desde junho. Nesta segunda-feira, 31, terminou o prazo para pagar o tributo para os donos dos veículos com placa final 7, como determinado pela **Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz)**. O pagamento do IPVA pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob. Para isso, é preciso estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam. Outras informações estão disponíveis no site da Sefaz e no 0800 071 0071.

Veículo: Site Aratu Online	
Data: 30/08/2020	Caderno: Notícias



IPVA de placas pode ser pago dentro do prazo estabelecido pela Sefaz; saiba mais

Compartilhe:

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

Há 2 dias Atualizada Há 2 dias Fonte: Da redação



Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de veículos com placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 7, o prazo se encerra na próxima segunda-feira (31/8), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho. Na terça-feira (1/9) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte pode ir até uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Se Liga Barreiras	
Data: 31/08/2020	Caderno: Notícias



IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo

POSTADO EM 31 DE AGOSTO DE 2020



Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Site Bom dia Feira	
Data: 31/08/2020	Caderno: Notícias



Donos de veículos com placas com final 7 e 8 têm até terça-feira para pagar IPVA

Para quem deseja dividir o pagamento, primeira parcela deve ser paga dentro do prazo. Prazo para placas 9 e 0 vai até outubro.

Donos de veículos com placas finais em 7 e 8 têm até o dia 31 de agosto e 1º de setembro, respectivamente, para pagar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do prazo determinado pela Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz).

O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal, que são aqueles que optaram pelo parcelamento desde junho. O proprietário que perdeu o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

O pagamento pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob. O contribuinte deve estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020.

Mais informações podem ser consultadas no site da Sefaz ou por meio do telefone de atendimento ao contribuinte: 0800 071 0071.

Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Contribuintes podem abrir e acompanhar processos de ITD sem sair de casa **Fazenda**

Postado em: 31/08/2020 11:10

O peticionamento eletrônico do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITD) é um projeto piloto liderado pelas secretarias estaduais da Administração e da Fazenda, responsável pela cobrança do ITD, com o objetivo de facilitar a vida do contribuinte, evitando o seu deslocamento até uma unidade de atendimento presencial.

Abrir e acompanhar, sem sair de casa, processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) já é uma realidade na Bahia, graças ao módulo de peticionamento eletrônico para usuários externos que começa a funcionar dentro do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Bahia), ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado. O peticionamento eletrônico do ITD é um projeto piloto liderado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb), gestora do SEI, e da Fazenda (Sefaz), responsável pela cobrança do ITD, com o objetivo de facilitar a vida do contribuinte, evitando o seu deslocamento até uma unidade de atendimento presencial e tornando o processo mais confortável, rápido e eficiente.

Para peticionar um processo do ITD no SEI, o primeiro passo é acessar o endereço <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, clicar no link "Acesso Externo", voltado para quem não é servidor do Estado. Em seguida é preciso ir até o módulo peticionamento para iniciar um novo processo. Na sequência, é só escolher o ITD e incluir os documentos obrigatórios conforme lista apresentada.

"Os tipos de processo do ITD disponíveis são Causa Mortis Judicial e Extrajudicial, Doação e Dissolução Conjugal Judicial e Extrajudicial. Pelo sistema, é possível também acompanhar todo o andamento do processo", explica José Roberto Carvalho, inspetor de Fiscalização do ITD da Sefaz-Ba. O contribuinte ou representante legal que já possui senha de usuário externo do SEI pode ir direto para o sistema fazer o peticionamento.

Caso o contribuinte tenha alguma dúvida, o gestor do SEI na Sefaz-Ba, Rommel Araújo, indica a leitura do Manual do Peticionamento Eletrônico para Usuário Externo (<https://bit.ly/3bgZND3>) e da Orientação Técnica (OT) número 07, de junho de 2017, sobre Acesso Externo (<https://bit.ly/3luDMF8>). Os dois documentos estão disponíveis no <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, link SEI Bahia, localizado na barra superior do site. O Manual está disponível para download na parte de Manuais, enquanto a OT nº 07 pode ser acessada na parte de Orientações Técnicas.

Assinatura eletrônica

Caso o contribuinte ou seu representante legal não seja ainda usuário externo do sistema, é possível cadastrar-se de forma presencial ou remota, sendo requerida, neste segundo caso, uma assinatura eletrônica. Nas duas situações, é preciso também acessar o site

<http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, clicar em “Acesso Externo”, preencher um formulário e, após ser contatado pelo sistema via e-mail, encaminhar a documentação exigida.

O coordenador do SEI Bahia, Márcio Souza, explica que a assinatura eletrônica válida para o SEI é aquela obtida por meio do Assinador Serpro, um aplicativo que pode ser baixado gratuitamente e que permite conferir assinatura digital e validar documentos já assinados, com a certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). "Com este certificado, a assinatura eletrônica tem a mesma validade que uma assinatura física registrada em cartório, o que confere garantia jurídica ao relacionamento do usuário externo com o Estado", afirma Márcio. A documentação, com assinatura eletrônica, deverá ser enviada para usuarioexterno.seibahia@sefaz.ba.gov.br.

Para quem optar por levar a documentação até a Sefaz-Ba, o endereço e demais informações necessárias também estão disponíveis no portal do SEI, clicando-se em “Acesso Externo”. Após análise da documentação, seja ela entregue de forma presencial ou remota, a senha e o usuário para acessar o sistema serão recebidos por e-mail. De acordo com Márcio Souza, o mais importante nesse processo é que o cidadão preencha e assine o Termo de Concordância e Veracidade, documento obrigatório para o credenciamento e por meio do qual ele se compromete com a autenticidade das informações que vier a inserir no sistema, assim como garante também que irá guardar os originais dos documentos digitalizados e cadastrados no SEI para o caso de precisar apresentá-los posteriormente.

Durante a fase do projeto piloto, que se estenderá até o fim de setembro, caso o usuário tenha alguma dificuldade na utilização do sistema, encontre algum problema ou queira fazer uma sugestão pode enviar mensagem para seibahia@saeb.ba.gov.br

Sefaz Digital

“Esse é mais um passo importante que damos com o objetivo de facilitar a interação do contribuinte com a Secretaria da Fazenda. Em 2019 os processos do ITD migraram para o meio eletrônico, mas ainda era necessário trazer a documentação digitalizada até uma unidade da Sefaz. Agora conseguimos eliminar mais essa etapa, o que proporciona segurança ao cidadão ou a seu representante legal, especialmente durante esse momento de pandemia”, explica Félix Mascarenhas, superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba.

O superintendente ressalta ainda que, em função do coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Secretaria da Fazenda realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços antes prestados apenas de forma presencial. “Com isso, o site www.sefaz.ba.gov.br passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes”, assinala. Ao entrar na página, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão” para ter acesso à relação completa desses serviços e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail.

ITD

O ITD é um imposto pouco conhecido da população, que deve estar atenta às duas situações nas quais ele deve ser recolhido: quando há transferência de recursos ou patrimônio por herança ou quando há doação de dinheiro ou outros bens. As alíquotas variam de acordo com cada uma das situações. Nos casos de sucessão hereditária em transferência de patrimônio por morte, as alíquotas são de 4% (bens avaliados entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil), 6% (bens avaliados entre R\$

200 mil e R\$ 300 mil) e 8% (bens avaliados acima de R\$ 300 mil).

Já a alíquota de 3,5% é aplicada caso ocorra transferência de patrimônio em razão de doação pura e simples, independentemente do valor dos bens. Mais informações sobre o imposto estão disponíveis no site da Sefaz-Ba, Canal Inspetoria Eletrônica.

SEI Bahia

O SEI Bahia começou a ser implantado no Governo do Estado em dezembro de 2017, com a missão de acabar com a circulação de processos físicos nos órgãos estaduais, reduzir gastos públicos e conceder maior agilidade e segurança na tramitação processual, além de diminuir impactos ambientais. Desde então, os servidores já geraram mais de 1,6 milhão de processos por meio do sistema informatizado. Levando em conta o tamanho médio dos processos, a estimativa é de que o Estado tenha deixado de consumir no período mais de 241 milhões de folhas de papel.

Nos últimos 40 meses, o governo calcula ter economizado mais de R\$ 156 milhões com a implantação do SEI Bahia. "Do ponto de vista ambiental, este número significa que preservamos 12 mil árvores; já do ponto de vista financeiro, deixamos de gastar cerca de R\$ 48,2 milhões, não apenas com papel e impressão, mas com os diversos itens que compõem um processo físico, como capa, grampos e etiqueta", informa o coordenador do SEI Bahia, Márcio Souza.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Veículo: Site Camaçari Notícias	
Data: 31/08/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

ECONOMIA

Contribuintes podem abrir e acompanhar processos de ITD sem sair de casa

Abrir e acompanhar, sem sair de casa, processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) já é uma realidade na Bahia, graças ao módulo de peticionamento eletrônico para usuários externos que começa a funcionar dentro do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Bahia), ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado. O peticionamento eletrônico do ITD é um projeto piloto liderado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb), gestora do SEI, e da Fazenda (Sefaz), responsável pela cobrança do ITD, com o objetivo de facilitar a vida do contribuinte, evitando o seu deslocamento até uma unidade de atendimento presencial e tornando o processo mais confortável, rápido e eficiente.

Para peticionar um processo do ITD no SEI, o primeiro passo é acessar o endereço <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, clicar no link "Acesso Externo", voltado para quem não é servidor do Estado. Em seguida é preciso ir até o módulo peticionamento para iniciar um novo processo. Na sequência, é só escolher o ITD e incluir os documentos obrigatórios conforme lista apresentada.

"Os tipos de processo do ITD disponíveis são Causa Mortis Judicial e Extrajudicial, Doação e Dissolução Conjugal Judicial e Extrajudicial. Pelo sistema, é possível também acompanhar todo o andamento do processo", explica José Roberto Carvalho, inspetor de Fiscalização do ITD da Sefaz-Ba. O contribuinte ou representante legal que já possui senha de usuário externo do SEI pode ir direto para o sistema fazer o peticionamento.

Caso o contribuinte tenha alguma dúvida, o gestor do SEI na Sefaz-Ba, Rommel Araújo, indica a leitura do Manual do Peticionamento Eletrônico para Usuário Externo ([acesse aqui](#)) e da Orientação Técnica (OT) número 07, de junho de 2017, sobre Acesso Externo ([clique aqui](#)). Os dois documentos estão disponíveis no <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, link SEI Bahia, localizado na barra superior do site. O Manual está disponível para download na parte de Manuais, enquanto a OT nº 07 pode ser acessada na parte de Orientações Técnicas.

Assinatura eletrônica

Caso o contribuinte ou seu representante legal não seja ainda usuário externo do sistema, é possível cadastrar-se de forma presencial ou remota, sendo requerida,

neste segundo caso, uma assinatura eletrônica. Nas duas situações, é preciso também acessar o site <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/>, clicar em "Acesso Externo", preencher um formulário e, após ser contatado pelo sistema via e-mail, encaminhar a documentação exigida.

O coordenador do SEI Bahia, Márcio Souza, explica que a assinatura eletrônica válida para o SEI é aquela obtida por meio do Assinador Serpro, um aplicativo que pode ser baixado gratuitamente e que permite conferir assinatura digital e validar documentos já assinados, com a certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). "Com este certificado, a assinatura eletrônica tem a mesma validade que uma assinatura física registrada em cartório, o que confere garantia jurídica ao relacionamento do usuário externo com o Estado", afirma Márcio. A documentação, com assinatura eletrônica, deverá ser enviada para usuarioexterno.seibahia@sefaz.ba.gov.br.

Para quem optar por levar a documentação até a Sefaz-Ba, o endereço e demais informações necessárias também estão disponíveis no portal do SEI, clicando-se em "Acesso Externo". Após análise da documentação, seja ela entregue de forma presencial ou remota, a senha e o usuário para acessar o sistema serão recebidos por e-mail. De acordo com Márcio Souza, o mais importante nesse processo é que o cidadão preencha e assine o Termo de Concordância e Veracidade, documento obrigatório para o credenciamento e por meio do qual ele se compromete com a autenticidade das informações que vier a inserir no sistema, assim como garante também que irá guardar os originais dos documentos digitalizados e cadastrados no SEI para o caso de precisar apresentá-los posteriormente.

Durante a fase do projeto piloto, que se estenderá até o fim de setembro, caso o usuário tenha alguma dificuldade na utilização do sistema, encontre algum problema ou queira fazer uma sugestão pode enviar mensagem para seibahia@saeb.ba.gov.br

Sefaz Digital

"Esse é mais um passo importante que damos com o objetivo de facilitar a interação do contribuinte com a Secretaria da Fazenda. Em 2019 os processos do ITD migraram para o meio eletrônico, mas ainda era necessário trazer a documentação digitalizada até uma unidade da Sefaz. Agora conseguimos eliminar mais essa etapa, o que proporciona segurança ao cidadão ou a seu representante legal, especialmente durante esse momento de pandemia", explica Félix Mascarenhas, superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba.

O superintendente ressalta ainda que, em função do coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Secretaria da Fazenda realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços antes prestados apenas de forma presencial. "Com isso, o site www.sefaz.ba.gov.br passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes", assinala. Ao entrar na página, basta clicar no ícone "Carta de Serviços ao Cidadão" para ter acesso à relação completa desses serviços e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail.

ITD

O ITD é um imposto pouco conhecido da população, que deve estar atenta às duas situações nas quais ele deve ser recolhido: quando há transferência de recursos ou patrimônio por herança ou quando há doação de dinheiro ou outros bens. As alíquotas variam de acordo com cada uma das situações. Nos casos de sucessão hereditária em transferência de patrimônio por morte, as alíquotas são de 4% (bens avaliados entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil), 6% (bens avaliados entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil) e 8% (bens avaliados acima de R\$ 300 mil).

Já a alíquota de 3,5% é aplicada caso ocorra transferência de patrimônio em razão de doação pura e simples, independentemente do valor dos bens. Mais informações sobre o imposto estão disponíveis no site da Sefaz-Ba: www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica.

SEI Bahia

O SEI Bahia começou a ser implantado no Governo do Estado em dezembro de 2017, com a missão de acabar com a circulação de processos físicos nos órgãos estaduais, reduzir gastos públicos e conceder maior agilidade e segurança na tramitação processual, além de diminuir impactos ambientais. Desde então, os servidores já geraram mais de 1,6 milhão de processos por meio do sistema informatizado. Levando em conta o tamanho médio dos processos, a estimativa é de que o Estado tenha deixado de consumir no período mais de 241 milhões de folhas de papel.

Nos últimos 40 meses, o governo calcula ter economizado mais de R\$ 156 milhões com a implantação do SEI Bahia. "Do ponto de vista ambiental, este número significa que preservamos 12 mil árvores; já do ponto de vista financeiro, deixamos de gastar cerca de R\$ 48,2 milhões, não apenas com papel e impressão, mas com os diversos itens que compõem um processo físico, como capa, grampos e etiqueta", informa o coordenador do SEI Bahia, Márcio Souza.

Veículo: TV Sudoeste – Globo/Vitória da Conquista	
Data: 31/08/2020	Programa: Bahia Meio Dia
Assunto: Apreensão de etanol: mais de 44 mil litros de etanol foram apreendidos na BR 116. Veículo e carga foram levados para a Sefaz-Ba .	

Data: 31/08/2020

Hora: 12:15:57

Duração: 00:45

Emissora: TV SUDOESTE

Programa: BAHIA MEIO DIA

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Apreensão de etanol: mais de 44 mil litros de etanol foram apreendidos na BR 116. Veículo e carga foram levados para a **Sefaz-Ba**.

Veículo: G1	Bahia
Data: 31/08/20	<u>Cita Sefaz</u>



Caminhão carregado com quase 45 mil litros de etanol irregular é apreendido no sudoeste da Bahia

Segundo PRF, flagrante ocorreu no Km-677, da BR-116, altura de Jequié. Veículo e a carga foram apreendidas e estão à disposição da Secretaria de Fazenda Estadual.

Por G1 BA

31/08/2020 15h59 Atualizado há 19 hora

Um caminhão carregado com 44.744 litros de Etanol foi apreendido sem nota fiscal comprobatória na BR-116, altura de Jequié, cidade do sudoeste da Bahia. A informação foi confirmada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo a polícia, o flagrante ocorreu quando a equipe fazia fiscalização no Km-677, no sábado (29). Durante os procedimentos, foi solicitado ao condutor os documentos de porte obrigatório e a nota fiscal da carga.

De acordo com a PRF, o homem apresentou uma nota que apontava que o destino era o município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Apesar disso, entrou em contradições diversas vezes sobre o destino

final de entrega do combustível durante depoimentos para os agentes.

Ainda segundo a polícia, depois de um tempo, o motorista relatou que foi contratado para seguir com a carga até Maceió (AL). No entanto, durante o trajeto, o proprietário do material entrou em contato para que ele seguisse para Feira de Santana, trocasse a nota fiscal e continuasse a viagem com destino a São Luiz (MA).

Veículo e a carga foram apreendidas e estão à disposição da Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ-BA) para adoção das medidas cabíveis.

Confira mais informações do estado no [G1 Bahia](#).



Caminhão carregado com quase 45 mil litros de etanol irregular é apreendido no sudoeste da Bahia. — Foto: PRF / Divulgação

Veículo: Site Achei Sudoeste	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Jequié: Caminhão carregado com quase 45 mil litros de etanol irregular é apreendido

01 Set 2020 - 07:30h



Um caminhão carregado com 44.744 litros de Etanol foi apreendido sem nota fiscal comprobatória na BR-116, altura de Jequié, cidade do sudoeste da Bahia. A informação foi confirmada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo a polícia, o flagrante ocorreu quando a equipe fazia fiscalização no Km-677, no sábado (29). Durante os procedimentos, foi solicitado ao condutor os documentos de porte obrigatório e a nota fiscal da carga. De acordo com a PRF, o homem apresentou uma nota que apontava que o destino era o município de Campos dos Goytacazes (RJ). Apesar disso, entrou em contradições diversas vezes sobre o destino final de entrega do combustível durante depoimentos para os agentes. Ainda segundo a polícia, depois de um tempo, o motorista relatou que foi contratado para seguir com a carga até Maceió (AL). No entanto, durante o trajeto, o proprietário do material entrou em contato para que ele seguisse para Feira de Santana, trocasse a nota fiscal e continuasse a viagem com destino a São Luiz (MA). Veículo e a carga foram apreendidas e estão à disposição da **Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ-BA)** para adoção das medidas cabíveis.

A TARDE

COVID-19 Empresários esperam recuperar parte das perdas registradas em função da pandemia

LOJISTAS BAIANOS DÃO DESCONTOS DE ATÉ 70% NA SEMANA BRASIL

MARJORIE MOURA

Começa quinta-feira em todo o país a *Semana Brasil 2020*, uma iniciativa do governo federal para impulsionar o comércio, medida importante diante das perdas registradas este ano, no setor de varejo. A edição deste ano prossegue até o dia 13 de setembro e deve reunir grandes redes varejistas em uma campanha nacional de descontos em produtos e serviços. Na Bahia, lojistas prometem descontos de até 70%.

A iniciativa foi saudada pela Federação do Comércio da Bahia e deve ser apoiada por lojistas baianos. "A Semana Brasil tem a louvável iniciativa de aquecer as vendas no mês de setembro. Estamos numa fase em que as iniciativas promocionais para ajudar o varejo a sair dessa crise são fundamentais. Na capital baiana, que atravessa a fase 2 da retomada econômica, a ação chega em momento apropriado, com os shopping centers em funcionamento", salienta o presidente Carlos de Souza Andrade, da Fecomércio-BA.

Entre os grandes centros comerciais de Salvador, o Shopping Paralela vai participar da Semana Brasil com adesão, a princípio, de 50% dos lojistas, que vão praticar descontos de até 60% do valor dos produtos.

No Shopping Itaigara, os descontos chegam a 70% em vários segmentos. "Cerca de 80% de nossos lojistas estão aderindo à campanha que



A campanha deste ano vai até 13 de setembro



Roberto Alves / Ultralógica

"Na capital baiana, que atravessa a fase 2 da retomada econômica, a ação chega em momento apropriado"

CARLOS ANDRADE, da Fecomércio

está comprometida em oferecer um benefício real e efetivo aos consumidores. É um fomento às vendas que podem ser feitas de forma presencial ou online", destacou o superintendente André Podhorodecki.

O Shopping Barra estima contar com a adesão de cerca de 70% dos lojistas que vão oferecer descontos progressivos de até 70%. Este ano a campanha será realizada este ano para o Instituto para Desenvolvimento do Varejo

(IDV). A campanha terá como slogan "Todos juntos com segurança pela retomada e o emprego". É uma campanha que tem mobilizado o segmento do varejo e os lojistas empenhados para oferecer as melhores condições para nossos clientes", explicou Naildo Mendes, superintendente do Barra.

Em 2019

Realizada pela primeira vez em 2019, a ação promocional levou o comércio nacional a crescer 11,3% entre os dias 6 e 15 de setembro, na comparação com o mesmo período de 2018, notadamente na área de e-commerce. A semana de descontos puxou especialmente as vendas do comércio eletrônico (18,5%) e de shopping center (8,5%). Contudo, as categorias que mais cresceram foram: cosméticos (19,8%), móveis, eletroportáteis e lojas de departamento (12,6%) e vestuário e artigos esportivos (6,1%).

Realizada pela primeira vez em 2019, a ação promocional levou o comércio nacional a crescer 11,3% entre os dias 6 e 15 de setembro, na comparação com o mesmo período de 2018, notadamente na área de e-commerce. A semana de descontos puxou especialmente as vendas do comércio eletrônico (18,5%) e de shopping center (8,5%). Contudo, as categorias que mais cresceram foram: cosméticos (19,8%), móveis, eletroportáteis e lojas de departamento (12,6%) e vestuário e artigos esportivos (6,1%).

A TARDE

CONJUNTURA A proposta encaminhada ontem para aprovação do Congresso prevê a correção do salário mínimo apenas pela inflação, sem aumento real

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.067

AGÊNCIA BRASIL E
DA REDAÇÃO
Brasília

O governo propôs um salário mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro. Segundo o projeto do orçamento de 2021, enviado ontem ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021. Atualmente, o mínimo está em R\$ 1.045.

O valor anunciado ontem pelo governo não tem aumento real e reduz a proposta anteriormente. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o salário mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de orçamento

da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da Economia, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

Regra de reajuste

A regra de reajuste do salário mínimo que estabelecia a correção do INPC do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) de dois anos antes perdeu a validade em

2019. O salário mínimo agora é corrigido apenas pelo INPC, considerando o princípio da Constituição de preservação do poder de compra do mínimo.

Na proposta de orçamento enviada ao Congresso ontem, está prevista a correção do salário mínimo apenas pela inflação, com base na estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Isso quer dizer que não haverá "ganho real", ou seja, acima da inflação. Mas o poder de compra de quem recebe salário mínimo permanecerá preservado.

Esse formato já foi adotado quando a área econômica concedeu reajuste somente com base na inflação de 2019.

O projeto do orçamento também reduziu as estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO.

A projeção de crescimento do PIB passou de 3,3% para 3,2% em 2021. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,65% para 3,24%.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa da queda da Selic (juros básicos da economia), a proposta do orçamento prevê que a taxa encerrará 2021 em 2,13% ao ano, contra projeção de 4,33% ao ano que constava na LDO. O dólar médio chegará a R\$ 5,11 em 2021, contra estimativa de R\$ 4,29 da LDO.

A TARDE

Orçamento de 2021 eleva previsão de déficit primário para R\$ 233,6 bi

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

A revisão para baixo das estimativas de arrecadação no próximo ano fez a equipe econômica elevar a estimativa de déficit primário para 2021. Segundo o projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano, enviado ontem ao Congresso, a meta de resultado negativo corresponderá a R\$ 233,6 bilhões para o governo central — composto pelo Tesouro Nacional, pela Previdência Social e pelo Banco Central.

O déficit será maior que o estipulado no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril. Na ocasião, o Ministério da Economia projetava que o resultado negativo ficaria em R\$ 149,6 bilhões para o próximo ano. No texto da LDO, o governo pediu um gatilho que permitisse recalcular automaticamente as metas fiscais todas as vezes em que as estimativas de receita para o próximo ano mudassem, como ocorreu

no Ploa.

O projeto fixa que as estatais federais deverão encerrar 2021 com déficit primário de R\$ 4 bilhões e que os estados e os municípios deverão obter superávit primário de R\$ 200 milhões no próximo ano. O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Pelo oitavo ano

Este será o oitavo ano seguido em que a União gastará mais do que arrecadará. Desde 2014, o governo central registra déficits primários. Em 2020, o governo central originalmente tinha a obrigação de encerrar o ano com déficit de R\$ 124,1 bilhões e os estados teriam de fechar o ano com as contas zeradas (nem déficit, nem superávit), mas a aprovação do estado de calamidade pública por causa da pandemia do novo coronavírus dispensou o cumprimento das metas.

Por causa da queda de re-

ceita e dos gastos extras decorrentes da pandemia de Covid-19, o governo projeta que a União fechará o ano com déficit recorde de R\$ 812,2 bilhões, o equivalente a 11,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos), e que os estados e os municípios terão déficit de R\$ 22,6 bilhões (0,3% do PIB).

O aumento na estimativa de déficit primário foi provocado pela revisão para baixo das receitas para o próximo ano. A proposta do Orçamento de 2021 prevê receitas líquidas de R\$ 1,283 trilhão, redução de R\$ 97,3 bilhões em relação ao valor do projeto da LDO enviado em abril. As despesas foram calculadas em R\$ 1,517 trilhão, com recuo de R\$ 13,3 bilhões na mesma comparação.

O Ploa de 2021 também aumentou as estimativas de déficit primário para 2022 e 2023. As projeções de resultado negativo para o governo central passaram para R\$ 185,5 bilhões e R\$ 153,8 bilhões, respectivamente.

A TARDE

Comunidade escolar do subúrbio é alvo de testes

TAINÁ CRISTINA*

Com a meta de atingir 100% dos alunos, professores e servidores das unidades de ensino da rede estadual situadas no subúrbio ferroviário, a testagem em massa foi iniciada para o novo coronavírus. A ação ocorreu no Colégio Estadual Raymundo da Matta, no Lobato.

Hoje, a aplicação deve acontecer no mesmo espaço, mas direcionada para a comunidade escolar do Colégio Estadual Alilton Pinto, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Conforme o secretário estadual da Saúde (SEC), Jerônimo Rodrigues, os testes são da espécie RT-PCR, que serão analisados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen).

Nesta primeira etapa, a perspectiva, que contempla 12 entidades de ensino até o dia 23 de setembro, é alcançar 11.103 pessoas. Desse nú-

mero, 10.392 são estudantes, 224 funcionários e 487 professores. Cada escola terá um dia para a testagem. "A testagem visa compreender como é que se comporta o coronavírus na nossa rede", salientou Jerônimo.

Dessa forma, a testagem deve acontecer de forma centralizada nos colégios polos, nos bairros do Lobato, São João do Cabrito, Plataforma, Itacaranhá e Alto da Terezinha.

Segurança

Para a professora de matemática Luciana Bonfim, 39 anos, a testagem foi satisfatória. "Me senti segura, principalmente por chegar em um ambiente com uma segurança reforçada. O afastamento foi mantido, a coleta foi rápida, não houve aglomeração. Achei o exame um pouco doloroso. É incômodo, mas qualquer sacri-



Raphael Müller / Ag. A TARDE

fício é válido. Tenho minha família, minha mãe em casa que é do grupo de risco".

Segundo o titular da SEC, a testagem foi realizada inicialmente nos municípios de

Uruçuca, Itajuípe e Ipiatã. "O critério foi a quantidade de pessoas infectadas, com índice acima de 1%. Na segunda etapa, chegamos em Jequié, Ilhéus e Itabuna. Salvador es-

tá fazendo parte de um terceiro bloco. Em 24 horas, o Lacen entrega o resultado. Sendo positivo, ele cai na lista de acompanhamento e monitoramento da rede".

Ação ocorre no Colégio Estadual Raymundo da Matta

Em relação ao retorno às aulas, o titular da SEC ressaltou de que não há data definida. Entretanto, não descarta a possibilidade ainda este ano.

"Estamos na esperança de retornarmos este ano, mas, com muito zelo. O governador deve monitorar a situação de saúde na Bahia, a disponibilidade de hospitais, de Unidades de Terapias Intensivas (UTI), de respiradores e, com isso decidir. Vai ser um processo de transição, não vai ser voltando com todos. Uma sala que tem 30 alunos, vai passar a ter 15. Por exemplo, se começarmos em outubro, deveremos ter um calendário que junte 2020, 2021 e 2022. O decreto do governador vai até o dia 13 de setembro", finalizou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Não é aceitável que se pague tanto a determinados funcionários públicos, enquanto a maioria dos servidores ganha pouco e o povo que é da iniciativa privada esteja desempregado

Arthur Maia

Deputado federal pelo DEM da Bahia, ao cobrar a votação da proposta que cria o teto do funcionalismo público, que permite, segundo ele, a existência de salários de até R\$ 300 mil no Poder Judiciário.

Nas mãos do tribunal

Parlamentares da bancada baiana no Congresso Nacional avaliam que as articulações para a disputa pelas presidências da Câmara e do Senado vai depender agora da resposta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a possibilidade ou não de reeleição para o comando das duas casas. Deputados do estado ouvidos pela Satélite afirmaram que já não há margem suficiente de tempo para aprovar uma emenda constitucional com maioria qualificada de três quintos de cada uma das duas casas, ou seja, 308 dos 513 votos da Câmara ou 46 dos 81 votos do Senado. Com isso, aposta-se no resultado de uma consulta feita ao TSE pelo presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, na qual contesta a legalidade de um segundo mandato no Legislativo.

BRECHA DA ESPERANÇA

Embora a Constituição impeça a reeleição no Congresso em uma mesma legislatura, a tese corrente na bancada é a de que a emenda que permitiu a reeleição a partir de 1998 incluiu no texto também a linha sucessória presidencial, o que abrange os chefes do Senado e da Câmara.

Vento em popa

Caso a corte máxima da Justiça Eleitoral autorize a renovação dos mandatos no Congresso, a maioria dos deputados baianos consultados pela coluna consideram a temperatura atual bastante favorável à reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (RJ) e Davi Alcolumbre (AP), respectivamente. A leitura se baseia no apoio majoritário conquistado por ambos desde o início do governo Jair Bolsonaro e no discurso de que, por causa do clima gerado pela pandemia, qualquer mudança no comando do Parlamento poderia criar instabilidade política.

Páreo alternativo

Se a tese da reeleição não for encampada pelo TSE, sete nomes despontam no páreo com chances altas de vencer a corrida da Câmara, a mais cobiçada: Arthur Lira (AL) e Aguinaldo Ribeiro (PB), ambos do PP; Marcos Ribeiro (Republicanos-SP), Marcelo Ramos (PL-AM), Fábio Ramalho (MDB-MG), Fernando Coelho Filho (DEM-PE) e a atual ministra da Agricultura, a deputada licenciada Teresa Cristina (MS), também do DEM. No entanto, parte da bancada vê sinais de apoio forte a Maia e Alcolumbre entre a maioria dos sete ministros do tribunal.

Perigo real

Novo relatório da Agência Nacional das Águas (ANA) aponta que, da 156 barragens classificadas hoje como as mais inseguras do país, oito estão na Bahia, sendo sete de responsabilidade dos governos federal ou estadual: Apertado (Mucugê), Poço Grande (Araci), Luiz Vieira (Rio de Contas), Rio da Caixa (Rio do Pires), Tábua II (Ibiassucê) e Zabumbão (Paramirim). As outras duas são da mineradora Samaca Ferro, em Maiquinique - incluindo a que foi interdita ano passado por risco elevadíssimo de rompimento.

Panos quentes

Articuladores da prefeitura intensificaram as conversas para reduzir a pressão do Republicanos pela vaga de vice do candidato do DEM em Salvador, Bruno Reis. Segundo apurou a Satélite, a tensão da semana passada já começou a perder força.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 01/09/2020	Página:

Correio*

BAHIA

Empresa parceira de futura fábrica de insulina na Bahia é investigada

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES A Associação Nacional de Atenção ao Diabetes (Anad) afirmou que a empresa ucraniana Indar, parceira na criação da Companhia Estatal de Insulina, tem representação aberta no Tribunal de Contas da União (TCU) para análise de possíveis irregularidades. Em mais de uma década, segundo a Anad, não teria cumprido com o acordo comercial feito com a Farmanguinho, considerado o maior laboratório oficial vinculado ao Ministério da Saúde. As informações são da TV Bahia.

“A entrega das insulinas era irregular. Farmanguinho não desenvolveu nada do ponto de vista industrial. E, por fim, sabendo que não ia desenvolver mesmo, passou para a Bahiafarma”, falou Fadlo Fraige Filho, presidente da associação. Ele disse ainda que um dossiê foi entregue em 2018 para o TCU. A instalação da fábrica foi sancionada pelo governador Rui Costa no sábado (29).

Em nota, o TCU confirmou que existe uma representação sobre possíveis irregularidades técnico-científicas na parceria firmada entre o governo brasileiro e a Indar, mas que não há decisões sobre essa representação.

Apesar dos questionamentos da Anad, a Bahiafarma, fundação pública ligada à Secretaria Estadual da Saúde (Sesab), disse que a Indar cumpre todas as exigências regulatórias brasileiras e que não há problemas registrados. A Indar não comentou o processo, mas informou que, com a fábrica na Bahia, o Brasil se tornará o detentor da tecnologia de produção da insulina e entrará na lista dos poucos países no mundo que dominam a técnica.

Governo da Bahia informou que a implantação da companhia criará 300 empregos diretos e 1 mil de forma indireta

Correio*

24h

ECONOMIA

8

Contas têm rombo de R\$ 81 bi e dívida vai a 86,5% do PIB

CRISE As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, os estados, municípios e estaduais, registraram rombo de R\$ 81,071 bilhões em julho, informou o Banco Central ontem. Essa conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. O déficit ocorre quando as receitas de impostos e contribuições do governo são menores do que as despesas.

De acordo com a série histórica do BC, que teve início em dezembro de 2001, esse também foi o pior mês de julho em 19 anos. Em julho de 2019, o déficit fiscal foi de R\$ 2,763 bilhões. O rombo recorde está relacionado ao aumento de despesas extraordinárias autori-

O rombo recorde está relacionado ao aumento de despesas extraordinárias autorizado para combater a pandemia

zados para combater a pandemia e à queda na arrecadação diante do tombo na atividade econômica e do adiamento no prazo de pagamento de impostos.

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, as contas do setor público apresentaram déficit primário de R\$ 483,773 bilhões - o que também foi o pior resultado da série histórica para esse período.

Para este ano, havia uma meta de déficit para o setor público de até R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia, não será mais necessário atingir esse valor.

Na esteira do aumento dos gastos dos governos para fazer frente à pandemia, a Dívida Bruta do Governo Geral

fechou julho aos R\$ 6,210 trilhões, o que representa 86,5% do PIB. O percentual é maior que os 85,5% de junho. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A expectativa é de que a dívida bruta continue a subir nos próximos meses no Brasil. Este é um dos principais fatores de preocupação dos economistas do mercado financeiro.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as estaduais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do país. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

Nota de R\$ 200 será lançada amanhã, diz Banco Central

LOBO-GUARÁ O Banco Central informou ontem que a nova nota de R\$ 200, que terá a imagem do lobo-guará, será lançada às 13h30 de amanhã. Na cerimônia de lançamento, a ser transmitida pela internet, será divulgada a imagem da cédula.

Serão impressas neste ano 450 milhões de unidades da

nota de R\$ 200, o que representará um montante de R\$ 90 bilhões. Escolhido para estampar as novas cédulas de R\$ 200, o lobo-guará ficou em terceiro lugar em pesquisa realizada pelo BC em 2001 para definir os animais com ameaça de extinção que poderiam fazer parte de cédulas.

A tartaruga marinha ficou em primeiro lugar e passou a estampar a nota de R\$ 2, lançada em 2001. Já o mico-leão dourado ficou em segundo lugar na votação e foi impresso na cédula de R\$ 20 em 2002. Por questão de segurança, o BC ainda não divulgou imagem nem características da nova cédula.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 01/09/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Brasil não está cumprindo a regra de ouro e o teto de gastos não entregou o que prometeu. No ano que vem será necessário pedir um crédito extraordinário de quase meio trilhão de reais para fingir que se cumpre a regra de ouro. Mesmo se não houvesse a pandemia, o problema existiria. O Brasil está há seis anos com déficit primário e só deverá voltar ao azul em 2027, no governo do sucessor do próximo presidente. É perigoso manter rombo por tanto tempo. Erros do passado e incapacidade no presente nos mantém nesse atoleiro.

Pela regra de ouro só se pode endividar para investimento ou amortização da dívida. Não pode ser para pagar despesas de custeio, e nisso entram os juros. Só que o Tesouro terá um custo alto no ano que vem com vencimento de papéis antigos. No começo do segundo governo Dilma, a taxa de juros disparou e foi a 14,25%. Naquela época, o Tesouro vendeu muita LFT, corrigida pela Selic, e por prazo de seis anos. Esses papéis estão vencendo em 2021, e terão que ser pagos. Agora, com os juros baixos, o Tesouro só consegue vender títulos de seis meses. Essa é uma das várias confusões do orçamento.

O teto de gastos foi apresentado com a promessa de reduzir a despesa lentamente. Ele foi aprovado em 2016. O Brasil reduziria a despesa primária em meio ponto percentual a cada ano, segundo as projeções. Em dez anos essa queda seria de 5 pontos percentuais do PIB. Então, teoricamente, se sairia de 2,5% do PIB de déficit em 2016 para um superávit de 2,5% em 2026. Só que não. Em 2016, quando o teto foi aprovado, a despesa era de 19,9% do PIB. Para o ano que vem, ela está projetada em 19,8% do PIB. E isso se o país crescer em 2021 os 3,2% que o governo está prevendo. O que deu errado? O país perdeu receita tributária. Exatos dois pontos percentuais do PIB. Primeiro, porque cresceu pouco, e

depois veio novo tombo. No ano do teto, o déficit foi 2,6% do PIB, no ano que vem deve ser de 3% do PIB. Economistas dizem que sem o teto teria sido pior.

O Orçamento de 2021 traz alguns mistérios. Não tem dinheiro para o Renda Brasil, nem para o programa Pró-Brasil. Há apenas um aumento da verba do Bolsa Família. Insuficiente para o novo programa. Para os ministros de Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas há redução de verbas. Imagine que o presidente Bolsonaro mude de ideia e deixe o ministro Paulo Guedes fazer o que ele havia planejado, acabar com o abono salarial e levar o dinheiro para o novo programa. Mesmo assim não resolveria. O dinheiro do abono do ano que vem já é devido a quem está

trabalhando no mercado formal em 2020. O fato gerador ocorre este ano. Além disso, o Orçamento foi feito com o pressuposto de que será mantido o veto à desoneração dos setores que mais empregam. Se o Congresso derrubar o veto, abre-se um novo buraco de R\$ 5 bilhões.

Apesar de não ter dinheiro para nada, o governo gastará R\$ 4 bilhões capitalizando estatais. É que para vender a Eletrobras precisará transformar a Eletro nuclear numa empresa 100% do Tesouro. E depois o plano é ela se endividar com garantia do governo. Esse buraco sem fundo tem nome: é Angra 3. Tem uma dívida de R\$ 8 bilhões e não construiu nem metade da usina. Terá que gastar, segundo cálculo

de um especialista, mais R\$ 16 bilhões. E se a opção for desistir dela, terá que reconhecer um prejuízo de R\$ 10 bi.

Por onde se olhe nos gastos públicos só há problemas. Ai o Ministério da Economia faz uma proposta que parece simples: quebre-se o piso. O secretário Waldery Rodrigues explicou que R\$ 700 bilhões são despesas indexadas por índice de inflação, por salário mínimo ou pela receita corrente líquida. O que ele quer dizer com isso? Que educação e saúde não seriam corrigidos, que os benefícios previdenciários ficariam congelados. Se houver também a desvinculação seria obrigatório fazer várias mudanças na Constituição.

E se o governo conseguir criar um novo imposto? Mesmo se a receita crescer por causa de um novo tributo, não resolve, porque o teto só permite que as despesas cresçam pelo índice da inflação em 12 meses até junho. Foi de 2,1%. Para sair desse beco sem saída, era preciso ter um governo unido, com uma proposta clara, e base sólida no Congresso. Não se tem nada disso. O governo tem apenas um presidente correndo atrás da reeleição.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

Viagens de avião ficam mais caras na Bahia

AUMENTO Desde ontem, quem for viajar de avião partindo de Salvador vai pagar mais caro, já que houve atualização nas tarifas aeroportuárias. A taxa de embarque, paga integralmente pelo viajante, passa de R\$ 32,13 para R\$ 32,42 para voos domésticos. Para deslocamentos internacionais, o gasto será de R\$ 128,44. Além disso, as empresas aéreas também terão as planilhas de custos oneradas com o reajuste de 0,9068%, previsto no contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Salvador já tem uma das

maiores taxas do Brasil e, com o reajuste, se aproxima do preço praticado no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, onde o voo doméstico é taxado em R\$ 32,44. Atualmente, voos saindo de Brasília, Natal e Campinas (SP) possuem tarifas mais baratas do que na capital baiana.

O aumento da taxa de embarque não deve ser o único que irá impactar o bolso dos passageiros baianos. Isto porque toda operação aérea passa, a partir de agora, por correções financeiras. Pouso, permanência e qualquer outra movimentação de aeronave no terminal sotero-politano também custará



Taxa para embarque no aeroporto de Salvador sofreram reajuste e estão mais caras

mais caro para o setor aéreo, que amarga uma crise sem precedentes.

O terminal é controlado pelo grupo francês Vinci Airports, que arrematou o equipamento em 2017 por pouco mais de R\$ 660 milhões. Em nota, a concessionária informou que a concessão de reajuste de tarifas

aeroporto no Brasil é uma atribuição da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e que, anualmente, a autarquia revisa os valores praticados em todos os aeroportos brasileiros.

Petróleo fecha em queda em meio a aumento na produção

NOS EUA Os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa ontem, com piora considerável na reta final da sessão, em meio à lenta recuperação da demanda global pela commodity e ao aumento da produção nos EUA.

O contrato do WTI para outubro fechou em queda de

0,84%, a US\$ 42,61 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para novembro caiu 1,16%, a US\$ 45,28 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Os preços iniciaram o dia em alta, sustentados pela contínua desvalorização do dólar. No entanto, os contra-

tos trocaram de sinal depois que a Administração Internacional de Energia do Departamento de Energia informou que a produção de petróleo no país avançou 4,2% em junho ante maio, a 10,4 milhões de barris por dia (bpd).

O aumento preocupa porque pode levar ao desequilí-

brío do mercado, por conta da demanda reprimida, como resultado das restrições impostas pelo coronavírus.

O Julius Baer alerta que o risco causado pela temporada de tempestades tropicais no Golfo do México ainda pode influenciar os preços do petróleo.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 01/09/2020	Página:

Correio*

BRASIL NÃO RENOVA TAXA ZERO PARA IMPORTAÇÃO DE ETANOL

COTA O governo brasileiro decidiu não renovar a cota de isenção tarifária para a importação de etanol. A regra que previa tarifa zero para mais da metade da importação média do combustível, criada em 2010, perdeu validade domingo. Com a decisão, o imposto de importação de 20% passa a incidir sobre todo o etanol que entre no Brasil e não seja de países integrantes do Mercosul. A medida atinge, principalmente, o fluxo comercial do país com os Estados Unidos.

Apesar de serem utilizados da mesma forma, o etanol brasileiro vem da cana-de-açúcar e o americano é majoritariamente de milho. O setor sucroalcooleiro comemorou a decisão do governo, de acordo com o G1, e avalia que a mudança nas regras tarifárias deve beneficiar a produção nacional.

A medida atinge, principalmente, o fluxo comercial do país com os Estados Unidos



ARISSON MARINHO

TESTE REAL

Subúrbio Ferroviário Professores, alunos e funcionários de escolas fazem teste gratuito para covid-19

Gil Santos

REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

O estudante do ensino médio Deivison Tavares, 18 anos, acordou cedo ontem. Tomou um banho, engoliu o café da manhã, vestiu camisa e calça jeans e foi para a escola. Uma rotina que ele não vivia desde março e da qual sentia falta, só que ainda não foi dessa vez que ele matou a saudade das aulas. O jovem foi um dos 400 alunos convocados para fazer o teste gratuito para covid-19, em Salvador.

A iniciativa é do governo estadual e já aconteceu em outras seis cidades da Bahia. Na capital, o Colégio Estadual Raymundo Matta, no Lobato, foi o primeiro a oferecer esse serviço. O cronograma vai atender 10 mil estudantes e 12 escolas até o dia 23 de setembro. Deivison gostou da ideia.

“É uma ação necessária para a nossa segurança, dos professores e de toda a escola. Antes de voltar às aulas é preciso saber como a nossa saúde está. Alguns não têm sintomas e não têm condições de fazer os testes por falta de recursos financeiros, então, oferecer o exame gratuita-

mente é muito bom”, disse.

Ele soube da ação através dos grupos de WhatsApp da escola. Chegou na unidade por volta das 8h30, e antes de entrar precisou higienizar as mãos e medir a temperatura. Um funcionário da escola está fazendo esse serviço. Em seguida, aguardou para fazer a identificação e depois caminhou para a sala onde está sendo feito o exame. Toda a operação durou cerca de 1h30.

O diretor da unidade, Antônio Augusto Costa, contou que a convocação dos estudantes aconteceu através da rádio comunitária do Lobato e de grupos nas redes sociais. Ontem, foram sendo atendidos 400 alunos, professores e servidores da escola.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, que acompanhou o início das testagens no Raymundo Matta, falou das perspectivas da ação. “Os resultados também serão um parâmetro para o nosso planejamento de volta às aulas, mesmo que ainda não tenha uma data definida”, afirmou, destacando que os que testarem positivo serão acompanhados pelo sistema de saúde.

AGULHA OU COTONETE?

No primeiro dia em que voltaram à escola depois da paralisação das aulas, os adolescentes aproveitaram para tirar sarro dos colegas que estavam com medo do teste. A maioria confessou que estava com receio da agulha. No entanto, o exame que está sendo realizado é do tipo PCR, que usa um cotonete no nariz.

O método é mais seguro, mas nem por isso menos incômodo. Jeferson Vitor Bispo, 18, saiu da sala com os olhos lacrimejando. “É uma agonia porque o cotonete vai bem fundo. Eu tive que segurar a vontade de espirrar”, contou, enquanto enxugava as lágrimas.

“Pensei que eles iam furar meu dedo, mas a

Membro da comunidade escolar passa por checagem de documento antes ser submetida a teste para detectar a presença ou não do coronavírus

CALENDÁRIO DE TESTES

● **Hoje** C. E. Raymundo Matta testa comunidade escolar do C. E. Doutor Ailton Pinto de Andrade

● **Amanhã** C. E. Raymundo Matta testa comunidade escolar (alunos, professores e funcionários) do C. E. Dalva da Matos

● **Quinta-feira** Testagem da comunidade escolar do C. E. Tereza Helena Mata Pires na própria unidade

● **4 e 8/9** Testagem da comunidade escolar do CPM do Lobato, na própria unidade

● **9/9** Testagem da comunidade escolar do C. E. Aristides de Souza, escola-polo de São João do Cabrito e Plataforma

● **10 e 11/9** C. E. Aristides de Souza sediará a testagem da comunidade escolar do Bertholdo Cirilo

● **14/9** C. E. Aristides de Souza sediará a testagem da comunidade escolar do C. E. de Plataforma

● **15 a 17/9** C. E. Clériston Andrade será polo para os bairros de Itacaranhá e Plataforma e testará a sua própria comunidade escolar

● **18/9** C. E. Clériston Andrade testa comunidade escolar do C. E. Josias de Almeida Melo

● **21/9** C. E. Clériston Andrade testa comunidade escolar do C. E. Luiz Rogério de Souza

● **22 e 23/9** C. E. Sara Viola testa sua própria comunidade escolar

moça explicou que não, que o teste com o cotonete é mais eficiente que o de sangue. Ainda bem”, desabafou Larissa Silva, 20. O exame dos estudantes está sendo analisado pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) e o resultado será enviado por mensagem de celular em alguns dias.

PRIMEIRA FASE

A testagem dos estudantes e professores faz parte dos protocolos que vêm sendo realizados pela Secretaria da Educação do Estado (SEC) para a retomada das aulas, mesmo sem a data de retorno ainda definida e já aconteceu em seis municípios da Bahia: Ipiá, Itajuípe, Itabuna, Ilhéus, Uruçuca e Jequié.

O superintendente da SEC, Helder Amorim, contou que estão sendo priorizados os municípios com altos índices de contaminação, e que os resultados têm sido similares às taxas de casos de casa cidade. Em Salvador, a ação começou pelo Subúrbio Ferroviário pelo mesmo motivo. Nessa primeira etapa, serão 12 escolas estaduais e 11.103 pessoas testadas, sendo 10.392 estudantes, 224 funcionários e 487 professores.

“A gente sempre tem dados de como a contaminação acontece na sociedade, mas como isso acontece com estudantes, professores e funcionários são essas testagens que nos dirão. Isso ajuda o sistema de saúde a se planejar e a SEC a pensar um modelo de escola que possa ajudar a dar segurança à comunidade escolar”, disse.

Em nota enviada do CORREIO, a SEC ressalta que as aulas da rede estadual de ensino estão suspensas por decreto governamental e que ainda não existe uma data definitiva para o retorno das atividades escolares. Segundo a pasta, as aulas só serão retomadas em condições de segurança e seguindo protocolos de segurança.

Para o atendimento, todas as escolas foram preparadas com a higienização do local e disponibilização de álcool em gel e piás com sabão para a lavagem das mãos, além da exigência do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Quem for testado deve usar máscaras de proteção para o acesso aos locais. Ao entrar, todos são direcionados para a higienização correta das mãos.

Os exames acontecerão de forma centralizada em escolas, denominadas de polos, nos bairros do Lobato, São João do Cabrito, Plataforma, Itacaranhá e Alto da Terezinha, sempre das 8h às 12h e das 14h às 18h. Cada escola terá um dia para a testagem e cada gestão convocará a comunidade escolar. O objetivo é evitar aglomerações. Na segunda etapa, prevista para o final do mês, serão mais 16 escolas e 19 mil pessoas testadas. Outras áreas de Salvador não estão descartadas de serem testadas.



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASEL/ARQUIVO

Jair Bolsonaro não gostou da primeira versão do programa Renda Brasil e pediu que o ministro da Economia, Paulo Guedes, revise a proposta

E o salário, oh...

Orçamento Governo pretende repor apenas as perdas provocadas pela inflação oficial

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Pelo segundo ano seguido, os trabalhadores que recebem o salário mínimo terão que se contentar apenas com a reposição da inflação. A proposta do Orçamento para 2021, encaminhada pelo governo ontem prevê que o piso fique em R\$ 1.067, alta de 2,09% em relação ao valor em vigor neste ano, suficiente apenas para compensar a alta no custo de vida e sem o chamado ganho real, que acontece quando o reajuste é maior do que a inflação.

Para completar, o valor ainda é menor do que os R\$ 1.079 que chegaram a ser previstos no projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado em abril, uma vez que houve uma queda na inflação que estava prevista para este ano. Entre 2011 e 2018, vigorou no país uma política de reajuste do salário mínimo que determinava que o piso fosse reajustado levando em consideração a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado dois anos antes.

Essa regra, no entanto, deixou de valer no ano passado e não foi substituída por outra. Assim, o reajuste do ano passado e o previsto para o ano que vem seguiram apenas o dispositivo constitucional que garante a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores — ou seja, exige a reposição da inflação.

Com as contas arrojadas, a equipe econômica não pre-

tende editar uma nova política salarial de aumento real.

A decisão tem relação com as contas públicas do país, porque pagamentos de benefícios previdenciários e sociais são indexados ao salário mínimo. Segundo cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do piso, há um impacto de R\$ 355 milhões sobre os cofres da União.

“Nós não estamos trabalhando com aumento real. Se tiver algum aumento nesse sentido, como nós estamos trabalhando no estrito atendimento ao teto de gasto, uma outra despesa primária vai ter que ser reduzida”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

BENEFÍCIO SOCIAL

A proposta da lei orçamentária enviada ao Congresso Nacional contempla um aumento de 18,22% nos recursos para o Bolsa Família — que com isso passaria de uma dotação de R\$ 29,484 bilhões neste ano para R\$ 34,858 bilhões no ano que vem (aumento de R\$ 5,37 bilhões).

A proposta de aumento nos gastos do Bolsa Família é feita no contexto da pandemia do novo coronavírus, que tem levado a economia brasileira

a uma recessão neste ano. Para combater os efeitos das políticas de isolamento, uma das principais medidas tem sido o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, com um orçamento total de cerca de R\$ 260 bilhões somente para essa despesa.

O secretário de Orçamento Federal, George Soares, disse que o governo prevê um aumento no número de famílias beneficiadas que passaria de 13,2 milhões em 2020 para 15,2 milhões em 2021.

“Esse aumento se dá basicamente por uma questão socioeconômica. Se prevê um aumento das famílias que precisarão do benefício em decorrência das consequências da pandemia”, disse.

O governo também discute neste momento a ampliação do Bolsa Família, com a adoção de um programa mais amplo, nos mesmos moldes, que vem sendo chamado de Renda Brasil.

A intenção inicial, nesse caso, é mais ambiciosa: incorporar no Renda Brasil 10 milhões de pessoas a mais em relação ao Bolsa Família. Para absorver um contingente maior de pessoas no programa social, porém, analistas estimam que será necessário cortar despesas em programas sociais ou outras ações.

O presidente Jair Bolsonaro demonstrou na semana passada resistência em tirar os recursos de outros programas para custear o Renda Brasil. Ele disse que pediria ao ministro da Economia, Paulo Guedes uma revisão da ideia.

Hoje está prevista uma apresentação do presidente sobre o Renda Brasil para parlamentares aliados.

Governo prevê um rombo de R\$ 233 bilhões nas contas

As contas do governo deverão apresentar um rombo de R\$ 233,6 bilhões em 2021, mesmo com o mecanismo do teto de gastos — que impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior, de acordo com a estimativa do Ministério da Economia na proposta de orçamento encaminhada ao Congresso Nacional ontem.

A previsão de déficit primário indica que, no próximo ano, as despesas serão maiores que as receitas, mesmo excluindo os gastos com os juros da dívida pública. Para o próximo ano, o governo flexibilizou a meta de déficit primário. As despesas estão limitadas pelo teto, e a estimativa de rombo fiscal variará de acordo com as previsões de receitas. Com isso, a meta fiscal será formalmente abandonada pela área econômica a partir do próximo ano.

Com a ausência de metas fiscais e restando somente o teto de gastos para controlar as despesas, a expectativa dos gestores públicos é de que não haverá mais os bloqueios de recursos que acontecem a cada dois meses atualmente.

Orçamento muda e Educação terá mais verbas que Defesa

O governo recuou e propôs, ontem, que o Orçamento da Educação seja maior que os gastos previstos para o Ministério da Defesa no próximo ano. Segundo o Ministério da Economia, o Orçamento da Educação será de R\$ 114,917 bilhões. Já o gasto da Defesa poderá somar R\$ 110,784 bilhões. Na comparação com o projeto orçamentário apresentado para 2020, houve uma alta de 2,16% na previsão de gastos para Educação e de 4,83% no Orçamento da Defesa.

A conta do Orçamento da Educação não inclui a complementação da União para o Fundeb nessa conta. Ela está prevista para R\$ 19,6 bilhões em 2021. Nas discussões internas do governo sobre o Orçamento do próximo ano, documentos do Ministério da Economia previam gastos maiores para as Forças Armadas. O governo recuou depois de sofrer críticas.

Se forem levadas em consideração apenas as despesas não obrigatórias, sobre as quais o governo tem controle, o Orçamento do Ministério da Defesa terá alta de R\$ 1,6 bilhão em 2021 (para R\$ 11,7 bilhões). Na Educação, houve um corte de R\$ 1,8 bilhão (para R\$ 19,9 bilhões).

3,2%

é a expectativa da equipe econômica para o crescimento do PIB brasileiro em 2021

800

bilhões de reais é o rombo que está sendo projetado para as contas este ano

505

bilhões de reais foi o déficit nos cofres da União registrado entre janeiro e julho

114,9

bilhões de reais é o montante previsto em gastos na área da educação no ano que vem

4,83%

será o aumento na previsão de gastos federais com o Ministério da defesa em 2021

135

bilhões de reais é a previsão do gasto público federal na área de saúde um ano após a pandemia

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 01/09/2020	Página: 02

Tribuna

Economia

Apesar da pandemia da Covid-19, de abril a julho deste ano, foram registradas 6.783 novas empresas no Estado, número 30% maior que as 5.169 encerradas. Ainda de acordo com a Junta Comercial do Estado (Juceb), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), no comparativo com o mesmo período de 2019, houve uma queda de 31% no número de fechamento das empresas.

Investimentos

Com R\$53 milhões em investimentos, a primeira etapa da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ilhéus-Pontal foi entregue à população, na manhã de ontem. Após inaugurar as novas instalações, o governador Rui Costa assinou a ordem de serviço para início das obras da segunda etapa, que contará com um recurso adicional de aproximadamente R\$18 milhões. "É um investimento grande do Governo do Estado para resolver o problema de esgotamento sanitário no município. Além da estação de tratamento, estamos investindo também na rede de esgoto. O objetivo é cuidar da saúde das pessoas e também do meio ambiente", declarou o petista.

Fábrica

Com voto a favor da criação da Companhia Baiana de Insulina (Bahiansulina), o deputado estadual Marcelinho Veiga (PSB) diz que a iniciativa do governo estadual vai ajudar no desenvolvimento econômico e deve colocar a Bahia como referência na produção do medicamento contra diabetes na América Latina nos próximos 10 anos. Ontem, dois dias após a sanção do governador Rui Costa (PT), o parlamentar do PSB disse que o processo de instalação da primeira fábrica de insulina do hemisfério sul vai gerar mais renda, 300 empregos diretos e mais de mil outros indiretos, além de dar esperança para mais de 12 milhões de brasileiros que vivem com diabetes.

Tribuna

PAULO ROBERTO SAMPAIO

O terremoto baiano e o que sacode nossa economia



animadores, impulsionado, inclusive, pelas bolsas asiáticas, européias e americanas. - que comemoram o melhor agosto em 30 anos - mas não foi bem assim e aí entra o conturbado cenário político nacional.

Na Europa, crises políticas duram um mês se muito. Nos

países onde o primeiro ministro é quem manda, é o tempo apenas do parlamento se reunir e escolher um sucessor. Na Ásia, o Japão está dando um exemplo agora, com seu primeiro ministro renunciando por questão de saúde, sem nenhum abalo para a saúde da economia.

Nos Estados Unidos o clima esquenta, literalmente, por conta das eleições presidenciais, mas coisa de 120 dias, seis meses se muitos. Mas aqui há um apego tão grande ao poder que, dois anos antes, o presidente já está em campanha e para amealhar votos trata a economia como um brinquedo. Bilhões e bilhões de reais são prometidos serem distribuídos, arrancados de um cofre entre pobre e paupérrimo, tomando qualquer gestão no ministério da Economia um voo cego ou pior, com um alerta aos 220 milhões de passageiros: apertem o cinto, o piloto sumiu. Ou está prestes a sumir. Há quem diga que Paulo Guedes não vai comer o peru do Natal no Alvorada.

Como investidor tem pavor a instabilidade, quem acaba sumindo ou voltando às suas origens são os bilhões de dólares, fazendo de qualquer previsão para frente um exercício de futurismo dos mais delicados e perigosos. Que o diga o pregão de ontem e a bela despencada de 2,72%, com o índice afundando nos 99.369 pontos. Em agosto, as perdas acumuladas foram de 3,44% e em 2020, até aqui, são de 14,07%.

Assim vivemos e é esse futuro que nos aguarda.

*Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.

O terremoto que sacudiu o recôncavo baiano e foi sentido até em alguns bairros de Salvador tem alguma semelhança com o que acontece com nossa economia. Sacudiu a ponto de assustar e causar alguns danos materiais, voltou a sacudir ontem, mas se não voltar numa intensidade maior, os estragos vão ficar na parede e tendem a entrar para a história. Até a magnitude parece querer competir com a queda prevista para nosso PIB: algo beirando os 5% este ano.

Fosse assim e esse comentário acabava aqui. Mas não é bem por aí. O terremoto baiano sacudiu lentamente - sem provocação - prateleira e móveis, assustou moradores e cachorros, que em algumas imagens aparecem esbatendo, tentando fugir de algo que nem sabiam o que era, e tende a se aliviar ou dar as caras timidamente. Seria a acomodação de uma placa tectônica e só, avaliam geólogos e especialistas.

Já o que sacode nossa economia é mais complexo. Começou com o efeito devastador da pandemia e ficasse por aí o estrago já estava feito, mas seria possível prever seus efeitos. Como dito, uma queda no PIB em torno de 5,5%. O Brasil estaria patinando num terreno por onde deslizaram as economias globais, que nos momentos mais dramáticos, quando os mortos eram contados aos milhares, receberam queda daí para cima.

Mas quem tem dólar no caixa e, principalmente euro, como os países europeus, as previsões catastróficas foram

sendo pouco a pouco absorvidas, principalmente a partir dos estímulos monetários das diversas economias, fazendo crer em um cenário menos devastador e números "menos piores", ao menos na previsão dos economistas.

Sobre a mesa de cabeças coroadas no mundo dos negócios a previsão é de que as economias globais devem encolher 5% neste ano e subir 4% no ano que vem. Perda de 1%, o que é significativo, mas absorvível no médio prazo. Coisa de mais um ano e meio para chegarmos ao empate ou aos números na pré-pandemia. Já para a pátria nossa, a estimativa é de queda do PIB entre 5% e 6% neste ano, - os grandes bancos falam em 5,5% - com recuperação, se tudo correr bem, de 4% a 4,5% em 2021 e mais dois anos para voltarmos aos números do primeiro trimestre do ano e algum ganho.

São números gerais para nossa economia e que dependerão e muito de uma readaptação aos novos tempos, aos hábitos e costumes, a convivência mais íntima com a era digital e de uma torcida feroz para que não encaremos uma recaída, com reinfeção ou uma segunda onda de contaminação, fruto desse jeito meio displicente do brasileiro. Que o digam nossas praias neste fim de semana, apinhadas de corpos sarados - alguns nem tanto - em busca de um bronze nas areias de norte a sul do país ou esqueletos balançando nos pancadões.

Mas e o mercado, como reagirá ele... Agosto está sendo uma boa mostra. O Ibovespa poderia apresentar números até

Orçamento 2021: governo indica restrições de gastos

ALEXANDRO MARTELLO E LAIS LIS, G1 — BRASÍLIA

Proposta do orçamento para 2021 prevê apenas R\$ 22 de aumento no salário mínimo. Após a recessão neste ano devido à pandemia do novo coronavírus, o governo federal estima um retorno do crescimento econômico em 2021. A expectativa de alta de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) está na proposta de orçamento para o ano que vem, encaminhada pelo governo ao Congresso nesta segunda-feira (31).

A estimativa apresentada no orçamento é próxima à divulgada pelo governo em abril e em julho. Para o mercado financeiro, o crescimento da economia será de 3,5% no próximo ano.

RESTRIÇÕES DE GASTOS

A proposta de orçamento também revela um aumento das restrições para as chamadas despesas "discricionárias", ou seja, que não são obrigatórias.

Segundo a proposta de orçamento, o governo vai contar com R\$ 92,052 bi-

lhões para gastar livremente no ano que vem, valor que não inclui repasses para empresas estatais (controladas pelo governo). A esse valor devem ser acrescidos, no ano que vem, outros R\$ 16,344 bilhões em gastos propostos pelo Congresso por meio das chamadas emendas impositivas. O total de gastos discricionários, portanto, pode chegar a R\$ 108,396 bilhões.

Após ter conseguido autorização do Congresso Nacional para realizar gastos extraordinários neste ano

para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e de seus efeitos na economia, o governo terá de voltar aos limites do teto de gastos em 2021.

O teto é uma regra que limita o aumento das despesas do governo à inflação do ano anterior. Como as despesas obrigatórias, que representam cerca de 94% dos gastos totais da União, continuarão subindo acima da inflação em 2021, restarão menos recursos para as despesas que podem ser alocadas livremente pelo governo.

RIQUEZA DE PAPEL

Nota de R\$ 200 começa a circular nesta quarta, diz Banco Central

ALEXANDRO MARTELLO, G1 — BRASÍLIA

O Banco Central informou que lançará, às 13h30 da próxima quarta-feira (2), a nova nota de R\$ 200. A cédula, com a imagem do lobo-guará, começa a circular no mesmo dia.

A imagem da foto, no entanto, permanece sob sigilo. O desenho, a cor e as informações de segurança só serão revelados na quarta-feira, quando a cédula entrará em circulação.

Essa será a sétima cédula da família de notas do Real. O Banco Central encomendou à Casa da Moeda a produção, até dezembro, de 450 milhões de cédulas do novo valor.

Essa será a primeira cédula de um novo valor da família do real em 18 anos. A última cédula, a de R\$ 20,

tinha sido lançada em 2002.

Um ano antes, em 2001, surgiu a nota de R\$ 2. No meio tempo, houve a aposentadoria da nota de R\$ 1, em 2005.

Em comum, os lançamentos de cédulas têm um mesmo objetivo: diminuir as transações feitas com dinheiro vivo, economizando com impressão de papel moeda. Outro motivo apontado é a necessidade de fazer frente ao pagamento do auxílio emergencial — estimado em mais de R\$ 160 bilhões considerando as cinco parcelas aprovadas.

Boa parte dos beneficiários, sobretudo os de menor renda, preferiu sacar o benefício em espécie. Apenas segundo números da Caixa Econômica Federal, mais de 20 milhões de saques foram feitos até essa quarta-feira.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 01 de Setembro de 2020 - 10:20

PIB tem tomo histórico de 9,7% no 2º trimestre, e Brasil confirma recessão



O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve queda histórica de 9,7% no segundo trimestre deste ano. Com o resultado, o país entra em recessão técnica, quando há dois trimestres consecutivo de recuo na atividade econômica.

Este é o menor resultado desde o início da série histórica, iniciada em 1996, segundo o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado nesta terça-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até então, a maior queda já registrada no país tinha ocorrida no 4º trimestre de 2008 (-3,9%).

Em relação ao segundo trimestre do ano passado, o tomo é ainda maior, de 11,4%. A pandemia do novo coronavírus é considerada como a principal causa da retração.

“Esses resultados referem-se ao auge do isolamento social, quando diversas atividades econômicas foram parcial ou totalmente paralisadas para enfrentamento da pandemia”, explicou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

O IBGE também revisou o resultado do 1º trimestre para uma queda de 2,5%, ante leitura anterior de recuo de 1,5%. No acumulado no 1º semestre, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período de 2019.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em valores correntes, o PIB do no segundo trimestre totalizou R\$ 1,653 trilhão. Após as quedas seguidas, ele está no mesmo patamar do final de 2009, auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

A queda no PIB é resultado das reduções históricas de 12,3% na indústria e de 9,7% nos serviços. Somados, indústria e serviços representam 95% do PIB nacional. Já a agropecuária cresceu 0,4%, puxada, principalmente, pela produção de soja e café.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 01/09/20	



PIB TEM TOMBO RECORDE DE 9,7% NO 2º TRIMESTRE E BRASIL ENTRA DE NOVO EM RECESSÃO



admin 1 Setembro, 2020

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve um tombo histórico de 9,7% no 2º trimestre, na comparação com os 3 primeiros meses do ano, devido ao impacto da crise do coronavírus, segundo divulgou nesta terça-feira (1) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, a economia brasileira entra oficialmente em recessão técnica, caracterizada por dois trimestres consecutivos de encolhimento do nível de atividade.

Trata-se da queda mais intensa desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996. Até então, o maior tombo já registrado no país tinha ocorrido no 4º trimestre de 2008 (-3,9%). Em relação ao 2º trimestre de 2019, a queda foi ainda maior, de 11,4%. O IBGE também revisou o resultado do 1º trimestre para uma queda de 2,5%, ante leitura anterior de recuo de 1,5%. De acordo com a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca de La Roque Palis, com esse resultado o PIB ficou no mesmo patamar do final de 2009, auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

A nova recessão, porém, é diferente das anteriores não só pela intensidade como também por ter sido detonada por uma crise sanitária global, que exigiu medidas de isolamento social para a contenção da pandemia de Covid-19. Embora seja uma crise mundial, aqui ela chega com o agravante de ter afundado a economia antes mesmo do Brasil ter se recuperado das perdas da última recessão, de 2014-2016.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Em valores correntes, o PIB do no segundo trimestre totalizou R\$ 1,653 trilhão. O resultado do 2º trimestre veio dentro do esperado pelo mercado e pelo governo. Levantamento

do G1 mostrou que, de 12 consultorias e instituições financeiras consultadas, 10 projetavam um tombo de entre 8% e 10%.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 01/09/20	



ORÇAMENTO ELEVA INVESTIMENTOS PARA R\$ 28,7 BILHÕES



admin 1 Setembro, 2020

A proposta do Orçamento de 2021, enviada hoje (31) ao Congresso, destina R\$ 28,665 bilhões de investimentos. O valor é R\$ 10,38 bilhões superior aos R\$ 18,285 bilhões reservados no Orçamento de 2020. O texto manteve a verba de R\$ 2 bilhões para o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia, a verba para investimentos não inclui o Plano Pró-Brasil, programa em discussão no governo para a retomada de obras públicas depois do fim da pandemia do novo coronavírus. Os investimentos estão dentro do limite de R\$ 96,053 bilhões de despesas discricionárias (não obrigatórias) previstas para o próximo ano.

De acordo com o Ministério da Economia, o Orçamento do próximo ano dará prioridade a obras e projetos em andamento, que corresponderão a 12,1% das despesas discricionárias. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece que pelo menos 9,6% dos gastos não obrigatórios devem ser aplicados em empreendimentos em execução. Para 2021, o Orçamento prevê que os gastos discricionários chegarão a 6,3% das despesas totais, contra 5,8% em 2020. Apesar do aumento na proporção, o Orçamento continuará engessado, com 93,7% das despesas na categoria de obrigatórias. Dentro das despesas discricionárias, está uma capitalização de R\$ 4 bilhões para uma nova empresa estatal que controlará a Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear.

O Projeto da Lei Orçamentária de 2021 (PLOA-2021) manteve a verba de R\$ 2 bilhões para o censo do próximo ano. Originalmente prevista para este ano, a pesquisa, que envolve visitas a 72 milhões de domicílios em todo o país, foi adiada para 2021 por causa da pandemia do novo coronavírus. A maior parte dos R\$ 2 bilhões irão para a contratação temporária de 200 mil recenseadores. O IBGE chegou a abrir o edital de contratação em março, mas o concurso foi

suspenso após o início da pandemia. Realizado a cada dez anos, o censo é a maior pesquisa do país, com os resultados usados na formulação de políticas públicas.

Inicialmente, o censo teria dotação de R\$ 3,4 bilhões, mas a presidente do IBGE, Susana Guerra, determinou um corte de 25% na verba, o que acarretou o encolhimento do questionário, com a retirada de perguntas sobre renda, aluguel, posse de bens e emigração, entre outras. No questionário simples, aplicado em 90% dos domicílios, o número de perguntas caiu de 34 para 26. No questionário completo, de 112 para 76.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 31/08/20	



Economia

Contas públicas têm déficit recorde de R\$ 81 bilhões em julho, diz BC

Em julho de 2019, houve déficit primário de R\$ 2,763 bilhões



Foto : Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Por **Kamille Martinho** no dia 31 de Agosto de 2020 · 14:30

As contas públicas registraram, em julho, saldo negativo recorde, devido às despesas extraordinárias necessárias para o enfrentamento da pandemia da covid-19. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 81,071 bilhões, no mês passado, o maior resultado negativo para o mês da série histórica iniciada em dezembro de 2001. Em julho de 2019, houve déficit primário de R\$ 2,763 bilhões. Os dados foram

divulgados hoje (31) pelo Banco Central (BC). As informações são da Agência Brasil.

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R\$ 88,141 bilhões, ante R\$ 1,402 bilhão em julho de 2019. Já os governos estaduais registraram superávit de R\$ 6,757 bilhões, contra déficit de R\$ 2,075 bilhões, em igual mês do ano passado. Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, esse resultado positivo dos estados ocorreu por efeito das transferências para o enfrentamento da covid-19 da União os estados e municípios que em julho chegaram a R\$ 18,3 bilhões.

“Temos uma mudança total nas condições econômicas. Os estados tiveram redução de arrecadação e nas transferências regulares da União. Neste ano, a peça importante para explicar esse resultado são os auxílios financeiros da União para estados e municípios”, disse Rocha.

Os governos municipais registraram déficit de R\$ 477 milhões, em julho deste ano, contra o superávit de R\$ 156 milhões em igual mês de 2019. As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, registraram superávit primário de R\$ 790 milhões no mês passado.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 01/09/20	



Coronavírus

PIB despencou 9,7% no 2º trimestre e registra tombo histórico na economia



01 de Setembro de 2020 às 09:26 Por: Divulgação Por: Redação BNews 0 comentários

O Produto Interno Bruto brasileiro despencou 9,2% no 2º trimestre, de acordo com o IBGE. A queda é recorde e confirma a expectativa do mercado financeiro e do governo, que apontavam um tombo entre 8% e 10%. O resultado decorre das medidas de distanciamento social adotada por estados e municípios para tentar conter o avanço do coronavírus.

A fase mais aguda do distanciamento social, em abril, levou o resultado da economia no período para baixa histórica. Nem a reabertura gradual das atividades não essenciais em maio e junho foi suficiente para amenizar a queda.

Em valores correntes, o PIB somou 1,653 trilhão de reais de abril a junho. Segundo o IBGE, o indicador está no mesmo patamar do final de 2009, auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 31/08/20	



Economia E Mercado

Dívida pública alcança 86,5% do PIB em julho sob efeito da pandemia



31 de Agosto de 2020 às 16:59 Por: Marcello Casal Jr./Agência Brasil) Por: Folhapress 0 comentários

A dívida pública chegou a 86,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em julho, aumento de 1 ponto percentual em relação ao mês anterior, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (31).

"Esse é o maior patamar da série histórica, que começou a ser compilada pelo BC em dezembro de 2006. A trajetória é de crescimento até o fim do ano", disse Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas da autoridade monetária.

Com o aumento de gastos públicos em razão da pandemia do novo coronavírus, a dívida bruta brasileira pode fechar 2020 em 100% do PIB, segundo estimativas da equipe econômica.

A dívida já vinha em trajetória de alta antes da crise. Em 2019, o endividamento estava em 75,8% do PIB.

O aumento da dívida bruta se deu principalmente pelo aumento nas emissões de títulos públicos, que representou aumento de 0,7 ponto, da incorporação de

juros ao montante (0,4 ponto) e da diminuição do valor nominal do PIB (0,2 ponto).

"É a primeira vez desde fevereiro de 2003 que supera o patamar de 60% do PIB", destacou Rocha.

"O principal fator para o aumento da dívida bruta é o próprio fluxo de endividamento, ou seja, as emissões líquidas e o pagamento de juros", disse o técnico do BC.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também foi impactada pela crise e fechou em 60,2% do PIB em julho, aumento de 2,2 pontos em relação a junho.

"O ajuste cambial puxa a dívida líquida para cima. Ao longo do ano, o crescimento foi de 4,5 pontos do PIB, ela estava em 55,7% do PIB em dezembro de 2019", explicou Rocha.

Segundo o BC, contribuíram para o crescimento da dívida líquida o aumento do déficit primário no mês (1,1 ponto percentual) e o efeito da desvalorização do dólar de 5% no período (1 ponto).

Quando há desvalorização da moeda norte-americana, há também aumento do valor da dívida líquida em reais por conta das reservas internacionais.

As contas públicas tiveram rombo de R\$ 483,8 bilhões no acumulado do ano, até julho. Nos últimos 12 meses, o governo registrou déficit primário de R\$ 537,1 bilhões, o equivalente a 7,48% do PIB.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

Desde o início da crise sanitária, o governo tem gastado mais com medidas de enfrentamento à pandemia e arrecadado menos em razão da queda da atividade e das medidas de restrição.

Em julho, o déficit primário ficou em R\$ 81,1 bilhões.

Ao contrário da União, os estados e municípios registraram superávit primário de R\$ 6,2 bilhões em julho, puxado pelo socorro do governo federal aos entes.

"Apesar da diminuição das receitas nos estados e municípios por causa da pandemia, os repasses somaram R\$ 18,3 bilhões em julho e impactaram este resultado", afirmou Rocha.

Na sexta-feira (28), o Tesouro Nacional divulgou um rombo de R\$ 505 bilhões no ano, até julho. O resultado é o pior para o período da série histórica iniciada há 23 anos.

Os números divulgados pelo Tesouro e pelo Banco Central têm metodologias diferentes. A autoridade monetária utiliza o cálculo "abaixo da linha", que leva em conta a necessidade de financiamento do setor público descontando os juros da dívida.

O Tesouro calcula os dados fiscais "acima da linha", que são receitas menos despesas, exclusive juros.

Veículo: G1	Economia
Data: 01/09/20	



Falta de controle do coronavírus e incerteza com as contas públicas podem limitar retomada

Quadro mais controlado da pandemia e uma clareza sobre o rumo das finanças do governo poderiam resultar numa expansão da atividade mais acelerada.

Por Luiz Guilherme Gerbelli, G1

01/09/2020 09h23 Atualizado há uma hora

A falta de controle do coronavírus e o rumo das contas públicas no Brasil podem se tornar um risco e limitar uma retomada mais consistente da atividade econômica do país - muito necessária depois que o **PIB do país registrou um tobo recorde de 9,7% no segundo trimestre**, de acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo IBGE.

A expectativa é que o país tenha retomado o crescimento neste terceiro trimestre. Mas o que os analistas dizem é que um quadro mais controlado da pandemia e uma clareza sobre o rumo das contas públicas poderiam resultar numa expansão da atividade mais acelerada.

Na prática, a combinação de crise sanitária com uma eventual piora permanente da parte fiscal trazem uma grande incerteza para a

economia brasileira, o que faz com que com os que consumidores gastem menos e as empresas segurem os investimentos.

Em agosto, a medição mensal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) mostrou um nível de incerteza bastante elevado no Brasil.

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) marcou 160,3 pontos. Embora tenha recuado nas quatro últimas medições, ele segue em um patamar elevado. Em setembro de 2015, quando a economia brasileira perdeu o grau de investimento, o indicador marcou 136,8 pontos.

Incerteza segue elevada no Brasil



Fonte: Ibre/FGV

Incerteza segue elevada no Brasil — Foto: Economia G1

"O nível de incerteza chegou a bater em 200 pontos, agora está baixando, mas segue muito alto. A gente trabalha com uma queda bem gradual dessa incerteza e ela entra como um limitador (para o crescimento)", diz economista e sócia da consultoria Tendências, Alessandra Ribeiro. Neste ano, ela avalia que toda essa incerteza vai colaborar para o Produto Interno Bruto (PIB) recuar cerca de 6%. O Brasil tem enfrentado uma dificuldade para conseguir superar a fase mais dura da pandemia de coronavírus. A média móvel de óbitos

chegou a recuar nas últimas semanas, mas ainda está próxima de 1 mil casos por dia.

Mesmo com números ainda tão elevados, estados e municípios têm avançado na retomada das atividades. Mas a flexibilização ainda não é ampla e muitos serviços seguem afetados.

"Embora a gente tenha saído do olho do furacão, ainda existem algumas limitações. O comércio não abre o tempo todo, as áreas de entretenimento estão fechadas", diz o sócio e economista da Kairós Capital, André Loes. "Muitas atividades ainda estão sofrendo de forma parcial ou totalmente."

Há também uma postura mais conservadora das famílias nesse momento de incerteza, com o aumento da chamada poupança precaucional, sem saber se a economia sofrerá um novo baque por causa da doença.

"Todo mundo trabalha no conservadorismo, dado o nível de incerteza alto. E o nível de incerteza está ligado a quando a gente vai voltar para a verdadeira normalidade e quanto tempo o governo vai ser capaz de suportar todos os estímulos", diz André.

A preocupação com a doença não é apenas local. Na Europa, por exemplo, alguns países voltaram a apresentar um crescimento na quantidade de casos de coronavírus e estudam casos de reinfecção por coronavírus.

Preocupação fiscal

As medidas adotadas pelo governo para mitigar os impactos da pandemia de coronavírus levaram a outro tipo de preocupação: com o futuro das contas públicas do Brasil.

O Brasil já entrou na crise sanitária com um endividamento bastante elevado para uma economia de porte emergente. Uma eventual piora fiscal que se arraste para o próximo ano pode levar a um aumento da percepção de risco dos investidores sobre o país. Se esse cenário se materializar, há o risco de uma fuga de capitais com desdobramentos no aumento da inflação e juros, inviabilizando uma melhora da atividade.

O Auxílio Emergencial de R\$ 600, por exemplo, ajudou a mitigar o impacto da crise econômica provocada pela pandemia no orçamento

das famílias, mas é um programa que custa caro. O governo já indicou que deve manter o pagamento do auxílio até o fim do ano, mas por um valor menor.

"A gente colocou na economia um volume muito grande de recursos. O custo do Auxílio Emergencial é quase de 1% do PIB por mês. É muito dinheiro", afirma o economista-chefe BNP Paribas no Brasil, Gustavo Arruda. "Foi necessário por um tempo, mas é impossível mantê-lo porque é muito caro."

Em 2020, de acordo com dados do banco BNP Paribas, a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) deve superar o patamar de 95% neste ano. Em 2019, o endividamento do Brasil foi de 75,8%. Um dos pontos mais observados pelos investidores é se o governo vai conseguir cumprir o **teto de gastos** - que determina que os gastos públicos só podem aumentar de acordo com a inflação do ano anterior. Segundo os analistas, o teto tem funcionado como um âncora fiscal para o país, o que ajuda a trazer uma previsibilidade para as constas públicas

"Pode parecer que não é lógico, mas a recuperação mais forte virá de um cenário em que gasto fiscal fique concentrado neste ano", diz Arruda. "Se houver uma dúvida se o governo vai ter capacidade de estabilizar a dívida no ano que vem, a pergunta seguinte é quem vai pagar essa conta: vai ser aumento de imposto ou deixar a inflação subir para pagar esta dívida."

Na leitura do mercado, o governo tem dado sinais dúbios sobre a questão fiscal. O presidente Jair Bolsonaro chegou a afirmar que havia **uma discussão para furar o teto de gastos**.

Bolsonaro: 'Debate sobre furar o teto de gastos existe no governo, qual o problema?'

Bolsonaro também **rejeitou a proposta da equipe econômica para a criação do programa Renda Brasil**, que deve substituir o Bolsa Família. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendia um benefício de R\$ 250, mas Bolsonaro indicou que quer um valor maior. A sinalização provocou turbulência no mercado financeiro. Na quarta-feira (26), **o dólar subiu 1,62%, a R\$ 5,6164**. Foi o maior patamar de fechamento desde 20 de maio (R\$ 5,6875).

"O Renda Brasil veio para ficar, mas a questão é que o coberto é muito curto", diz Alessandra. "Se o governo afrouxar o fiscal, o cenário fica muito adverso."

FOLHA DE S.PAULO

PIB do Brasil cai 9,7% no 2º trimestre com efeitos econômicos da pandemia, segundo IBGE

É a maior queda já registrada pelo instituto; país está em recessão desde o primeiro trimestre

1º.set.2020 às 9h01 Atualizado: 1º.set.2020 às 10h08

[Eduardo Cucolo Nicola Pamplona](#)

São Paulo e Rio de Janeiro

A economia brasileira registrou retração inédita de 9,7% no segundo trimestre de 2020 na comparação com os três meses anteriores, segundo dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo IBGE.

Esse foi o período mais intenso dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, como mostraram também dados de outros países. A expectativa é que a economia tenha voltado a crescer no terceiro trimestre, mas há dúvidas sobre o ritmo de recuperação, principalmente por causa das sequelas no mercado de trabalho e da situação fiscal do país.

Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB (Produto Interno Bruto) caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996, segundo o IBGE.

O IBGE também revisou o resultado do primeiro trimestre de uma queda de 1,5% para retração de 2,5%.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam retração de 9,2% na comparação com o trimestre anterior e de 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Com essas duas quedas, o PIB está no mesmo patamar do final de 2009, segundo o IBGE, auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

Segundo dados compilados pela OCDE, entre quase 30 economias que já divulgaram o resultado do segundo trimestre, a retração do PIB ficou em 9,5% na média. [Entre os países membros da entidade, foi de 9,8%.](#)

No acumulado em 12 meses, houve retração de 2,2%. As projeções de mercado para o resultado do ano são de queda de 5,28% em 2020, seguida por crescimento de 3,50% em 2021.

No acumulado do primeiro semestre, o PIB caiu 5,9% em relação ao mesmo período de 2019, primeira taxa semestral negativa desde 2017, quando o Brasil estava saindo da recessão de 2015 e 2016.

O efeito sobre os setores foi desigual. Com o fechamento de lojas, shoppings, bares e restaurantes, o setor de serviços, responsável por quase 70% do valor agregado ao PIB brasileiro, recuou 9,7% no trimestre. Um dos segmentos contabilizados como serviços, o comércio varejista, ajudou a evitar um resultado pior.

A indústria encolheu 12,3%, puxada pela queda na produção de produtos duráveis ou semiduráveis, como automóveis e vestuário. O setor de não-duráveis, como alimentos e itens de higiene, por outro lado, contribuiu para amenizar essa retração.

A agropecuária registrou crescimento de 0,4%.

Pelo lado da demanda, a economia também perdeu seu principal eixo de sustentação, o consumo das famílias (-12,5%), que teve sua queda amenizada pela concessão de benefícios do governo como o auxílio emergencial a trabalhadores informais. A redução desses pagamentos nos próximos meses é um dos fatores que deve afetar o ritmo de recuperação. O consumo do governo caiu 8,8%.

O investimento também recuou (-15,4%), enquanto a demanda externa deu uma contribuição positiva, devido à queda nas importações de 13,2%. As vendas ao exterior cresceram 1,8%.

O PIB é uma medida da produção de bens e serviços do país em um determinado período. A sua queda é utilizada como sinônimo de retração da economia.

Em junho, o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), definiu que [o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020](#), encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

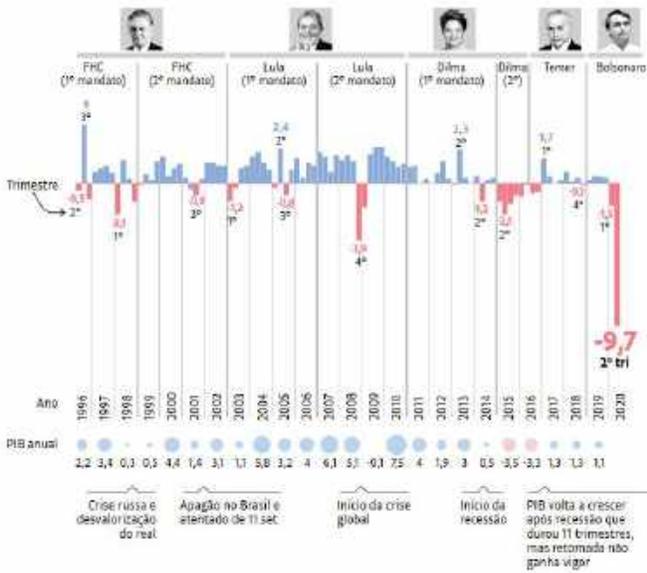
A expectativa é que a recessão atual seja curta, mas com intensidade recorde, considerando dados dos últimos 40 anos.

Os EUA também possuem um comitê semelhante, que decretou no mesmo mês que o país entrou em sua primeira recessão desde 2009, após 128 meses seguidos de crescimento ininterrupto da economia, um recorde desde o início da medição iniciada em 1854. Lá, a recessão começou em fevereiro.

Não há uma definição oficial sobre o que caracteriza uma recessão. Embora alguns economistas utilizem a métrica de que esse é o período marcado por dois trimestres seguidos de queda na atividade, o Codace considera uma análise mais ampla de dados. Para o comitê, o declínio na atividade econômica de forma disseminada entre diferentes setores econômicos é denominado recessão.

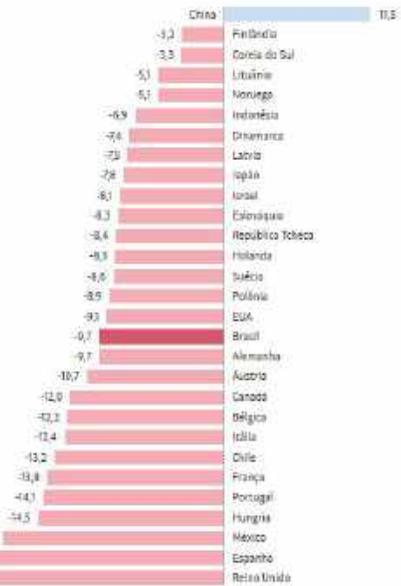
PIB do Brasil cai 9,7% no 2º trimestre de 2020

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Pandemia derruba PIB mundial no 2º trimestre de 2020

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: OCDE Data

Crescimento do PIB acumulado em 12 meses

Em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Valor agregado pelos três setores ao PIB no 2º trimestre de 2020

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %

Agropecuária Indústria Serviços

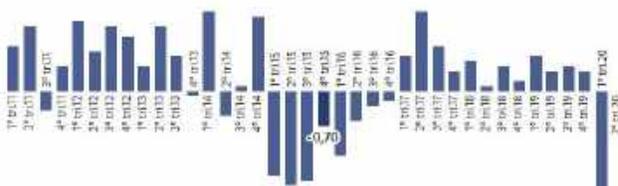


Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Comportamento do consumo e do investimento no 2º trimestre de 2020

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %

Consumo das Famílias



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLICADOR Luis Friaes

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Davia

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudio Cellucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luis Friaes e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA EXECUTIVA Marcelo Benaz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeira) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

É o Orçamento, ora

Governo prevê gasto de 19,8% do PIB em 2021, o que não é arrocho; Renda Brasil deve caber na conta

O governo Jair Bolsonaro não conseguiu chegar a um entendimento interno para uma desejada — e desejável — ampliação ambiciosa do Bolsa Família no projeto de Orçamento de 2021, apresentado nesta segunda-feira (31).

Haverá alguma despesa adicional, porque se projeta que o número de famílias pobres necessitadas do benefício subirá de 23,2 milhões para 35,2 milhões. Mas, ao menos de acordo com o Ministério da Economia, não se tem ainda um novo desenho do programa.

Isso não significa, claro, que o Renda Brasil, como foi batizada a nova versão do mecanismo de transferência de renda, esteja inviabilizado no próximo ano. Executivo e Congresso terão tempo, nos próximos meses, para debater meios de viabilizar a expansão da assistência social.

Há alternativas para encaixar a iniciativa nos limites orçamentários, dados pelo teto dos gastos federais inscrito na Constituição. Algumas delas, como usar verbas de programas menos eficazes no combate à pobreza, foram cogitadas pelo Ministério da Economia, mas infelizmente rejeitadas de modo peremptório por Bolsonaro.

O abono salarial, por exemplo, atende aos trabalhadores formais com renda até dois salários mínimos e conta com quase R\$ 22 bilhões neste ano, enquanto o Bolsa

Família tem pouco mais de R\$ 30 bilhões para os mais vulneráveis.

Se não quiser tirar dos pobres para dar aos paupérrimos, como disse sobre a proposta, o presidente pode cancelar adicionais concedidos aos militares, que custam algo como R\$ 5 bilhões anuais; privatizar estatais que sobrevivem à custa do Tesouro Nacional; buscar no Congresso a regulamentação do teto salarial do serviço público.

O projeto de Orçamento de 2021 prevê gastos não financeiros equivalentes a 19,8% do Produto Interno Bruto. Trata-se de patamar muito semelhante ao de 2016 (19,9% do PIB), quando o teto das despesas foi instituído. Não há como afirmar, portanto, que se trata de algum arrocho fiscal devastador.

O ajuste é, isso sim, mal distribuído, porque os maiores grupos de desembolsos, Previdência e pessoal, permaneceram em alta nos últimos anos. Das aposentadorias, governo e Congresso já trataram no ano passado; falta uma reforma administrativa que normalize, com o tempo, a folha de salários.

Desastroso será imaginar que os conflitos políticos se resolverão com mais aumentos de verbas para todos os setores. A boa governança pressupõe escolhas de prioridades por meio do debate democrático — e a adequação delas aos recursos disponíveis. É para isso que serve o Orçamento Público.

Hospital não é delegacia

Governo Bolsonaro ergue mais barreiras para aborto legal após caso de criança estuprada

A indole do governo do presidente Jair Bolsonaro se revela inerte na portaria baixada na sexta (28) pelo Ministério da Saúde a pretexto de ampliar o provimento de aborto nos casos previstos em lei. A cegueira fundamentalista na pasta militarizada aniquila qualquer resquício de bom senso e empatia.

Sobra-lhe, contudo, hipocrisia. Sob a justificativa de levar segurança jurídica a funcionários de serviços hospitalares encarregados da realização do procedimento, acrescenta barreiras infindáveis a mulheres já traumatizadas pela necessidade de interromper a gravidez.

Cabe aquilatar quais os casos com autorização legal de abortamentos, para que não paire dúvida sobre a gravidade da condição em que tais gestantes se encontram. Eles só podem ocorrer quando a gravidez decorre de estupro, comporta risco para a vida da mulher ou resulta em feto anencefalo.

Em nome de uma vida, aquela incipiente no ventre da vítima de situação cruel, impõem-se tormentos adicionais às que buscam o serviço de saúde profissional em lugar de recorrer a abortos clandestinos que tantas mortes provocam.

Extremistas religiosos veem justiça divina no sofrimento alheio, mas espanta que o Ministério da Saúde se renda à estratégia de de-

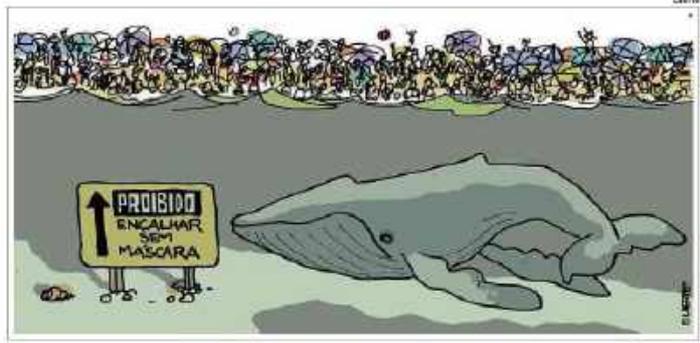
suminização. Que o faça poucos dias depois do assédio impudico à menina capixaba de 12 anos estuprada desde os 6 é evidência que o zelo ideológico suplanta com folga, na pasta, o mandato ético.

A portaria estipula, entre outros constrangimentos, que médicos reportem o aborto à polícia e colham depoimentos circunstanciados sobre o evento do estupro. Hospital não é delegacia. A norma afastar o atendimento a aquelas que dele necessitam.

Há que levar em conta a tendência de alguns profissionais de saúde a escudar-se na objeção de consciência para recusar o procedimento a mulheres desesperadas. Criar exigências novas só lhes dará novas desculpas para falhar no cumprimento do dever.

Logo no Espírito Santo surgiu outro caso para abrir os olhos de quem não perdeu a facilidade de se comover com a desdita alheia: mais uma menina estuprada e grávida, de 11 anos, a peregrinar por quatro dias por um direito seu.

Particulares podem talvez abandonar a para que se vive sozinho, se conseguirem justificar a crueldade de própria consciência. Ao poder público não se faculta tal desumanidade, na prática ou por portaria, sobretudo quando estas afrontem a letra e o espírito da lei.



Monarquias republicanas

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Suécia, Dinamarca e Noruega não são Repúblicas — são monarquias constitucionais —, mas levam o princípio republicano da igualdade entre os cidadãos mais a sério do que muitas autoproclamadas Repúblicas. Ali, são mínimas as distinções legais entre pessoas comuns e políticos.

Na Suécia, por exemplo, como reza a Constituição em 1772, não há exceções e Mordomias, não é incomum ver o premiê usando transporte público para chegar ao Parlamento ou empurrando seu carrinho de compras no supermercado, já que há geladeira cheia à custa do contribuinte não está entre as prerrogativas do cargo.

Eu não poderia concordar mais com essa ideia. Exceto por recepções oficiais, não encontro nenhum bom motivo para pagarmos as refeições do presidente e sua família, assim como não me parece haver razão para parlamentares terem mais direito à liberdade de expressão do que outras pessoas. Todos devem tê-la na maior amplitude possível.

Não penso que verei em vida o fim das benesses, mas considero positivo o movimento que o STF vem esboçando nos últimos anos para reduzir imunidades e desafortunamentos, ainda que a forma hesitante e nunca sempre consistente sob a qual as decisões foram tomadas tenha produzido muita confusão.

Chegamos finalmente ao caso Witzel. Os indícios de desvio que pesam contra o governador parecem lúxus, mas acho temerária a decisão do STF de tirá-lo do cargo por decisão monocrática e sem nem sequer ouvir o Tribunal Superior e tirarmos sua força da colegialidade. Teria feito mais sentido esperar alguns dias para reunir o corte especial do STF e aí, se fosse o caso, decidir pelo afastamento liminar ou até pela prisão preventiva.

Meu ponto é que precisamos proteger o mandato eletivo conferido pela população sem blindar a pessoa física do político, mesmo que isso signifique colocar dirigentes para despachar da cadeia. É estranho, mas não inédito no Brasil.

he@folha.com.br

No STF, o 'legado' de Toffoli

Cristina Serra

BRASÍLIA O mandato do ministro Dias Toffoli na presidência do STF termina nos próximos dias deixando um enigma. Por que ele teve dois generais da reserva no cargo de "assessor especial" no seu gabinete? O primeiro foi Fernando Azevedo e Silva, por indicação de ninguém menos que o então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, o general "influencer".

Villas Bôas foi quem, na véspera do julgamento do pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula, no STF, em abril de 2018, fez ameaças nua e crua social dizendo que o Exército repudiava a "impunidade" e que estava "atento às suas missões institucionais". O STF rejeitou o pedido de Lula por 6 x 5, ele foi preso, bem, e o resto ficou sabe.

Azevedo ficou dois meses no cargo e saiu para ser ministro da Defesa candidato a vencedor na disputa presidencial. Para a avó, Toffoli acolheu outro general bolsonarista, Ajax Porto Pinheiro. Num vídeo, durante a campanha de 2018, em meio a raciocínios tortuosos, Pinheiro fala dos

perigos do comunismo e diz que, se o PT voltasse ao poder, o Exército seria "a principal vítima". Desconheço-se a contribuição do general ao Judiciário, ao custo mensal de R\$ 12,940 para o contribuinte.

Indicado por Lula em 2009 para o STF, Toffoli fez um grande esforço para se distanciar da esquerda e mostrar-se confiável aos militares. Antes de assumir a presidência, num exercício de contorcimento semântico e impropriedade histórica, chegou a dizer que preferia chamar o golpe de 1964, que instaurou 21 anos de ditadura no Brasil, de "movimento de 64".

Há quem interprete a contratação dos generais como uma tentativa de manter canais abertos com as Forças Armadas em tempos turbulentos. Se foi esse o intuito, mostrou-se malogrado. O Supremo vive sob ataque, e o próprio Bolsonaro já quis dar um golpe e substituir os ministros. Diálogo entre Poderes pressupõe altivez. Toffoli amillar — ou a simples percepção dela — é uma anomalia a ser evitada. Não é um legado do qual se orgulhar.

O umbigo da odalisca

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO Só falta bater o surto do ermitão fúnebre de maracá. Mas é certo: a Liga das Escolas de Samba do Rio vai anunciar o cancelamento dos desfiles em fevereiro de 2021. Resta a possibilidade de adiar a festa para o meio do ano. Poderá ser a primeira vez que não haverá o concurso dos sambistas na avenida desde 1932. A justificativa oficial é o risco à saúde.

Fazer o Carmax ficou impossível sem a venda antecipada de ingressos, os ensaios de quadra e a hujá dos patrocinados. As escolas haviam despedido sua fábrica de produção desde abril e, sem dinheiro, desistido de comprar material para fantasias e alegorias. Com a pandemia, quem trabalhava em função do desfile teve sorte ao conseguir mudar de ramo: cozinheira virou cozinheira, mestre-sala passou a motorista de aplicativo, rainha de bateria está dando aula de dança online.

Parece desespero, e é: o pessoal dos blocos de rua está a volta do corpo carnavalesco. A brincadeira era o

fervo nas primeiras décadas do século 20: carros luxuosos, abertos e ornamentados, com folões fazendo o troca-troca de confetes, serpentina e esguichos de lança-perfume. (Por mim, traziam logo de volta os bondes, que eram mais democráticos e animados.)

Foi durante um curso na praça Saenz Peña que Nelson Rodrigues teve a visão que marcaria não só a sua infância como toda a sua vida: na capota do carro vinha uma odalisca, cuja fantasia tinha uma abertura "por onde irrompia o cavo e deslavado umbigo".

Com ou sem odaliscas, uma coisa é certa: os mais exaltados — para os quais os outros são otários — vão tomar as ruas em blocos de improviso, desrespeitando qualquer proibição e fazendo valer o calendário de Momo. É a mesma gente que, hoje, lota praças e bares. Ao contrário do Carnaval de 2019, que registrou a explosão de alegria após a gripe espanhola, a bravata dos desmaiscados celebrará o contágio.

Armadilha

Pablo Ortellado

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP e doutor em História. Escreve no Twitter.

Há boas evidências de que o QAnon, uma teoria da conspiração pró-Trump, razoavelmente antiga e com pouca aderência, não desempenha até pouco tempo um papel muito relevante na política norte-americana.

Em agosto, porém, quando o Facebook derrubou páginas ligadas à conspiração e os principais jornais e sites da imprensa americana fizeram coberturas extensas, a teoria foi colocada no centro do debate sobre o processo eleitoral nos Estados Unidos. O mesmo pode ocorrer no Brasil.

A imprensa enfrenta um desafio: a partir de que momento deve dar atenção e destaque a um fenômeno marginal potencialmente perigoso? Como saber quando não está mais apenas amplificando um fenômeno pequeno, mas alertando sociedade de algo grave que pode advir?

A difusão e a crença no QAnon foi investigada por uma série de pesquisas: em agosto de 2019, o Emerson College investigou a crença na conspiração; em janeiro de 2020, o Centro de Pesquisas Pew publicou pesquisa sobre a familiaridade da população com a conspiração; em junho de 2020, uma equipe da Universidade de Miami, liderada por Joseph Uscinski, tentou caracterizar quem acreditava na teoria.

Em agosto de 2019, 5% dos americanos acreditavam no QAnon, com o mesmo percentual entre democratas e republicanos (6%). Em março de 2020, 76% dos americanos não sequer tinham ouvido falar do QAnon, mas a distribuição era surpreendente: enquanto 70% dos democratas liberais tinham lido ou ouvido falar da teoria, a tinham 20% dos conservadores o tinham.

O resultado era contraintuitivo, porque o QAnon era uma teoria que beneficiava Donald Trump e estava sendo explorada politicamente por ativistas pró-Trump. O fato de liberais terem tido o dobro de exposição à teoria sugere que seu medo estava colando para disseminá-la.

E o medo nem sequer era fundado, já que a crença na conspiração não tinha coloração partidária. Confirmando a pesquisa do Emerson College, a investigação da equipe de Uscinski descobriu que, numa escala de sentimento, na qual 0 é desfavorável e 100 é favorável, o movimento QAnon pontuava apenas 23 pontos, bem atrás de políticos controversos e com uma distribuição equilibrada entre democratas (25) e republicanos (26).

Após o amplo debate sobre o QAnon nos Estados Unidos, o conhecimento da conspiração pelo público deve ser agora bem maior — resta saber se também a crença. Na última semana, reportagens na Folha, no Globo e no Estado investigaram e destacaram a força do fenômeno no Brasil. Será que podemos aprender algo com a experiência americana?

p.ortellado@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

O artigo aqui publicado tem análise e não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Lei de Segurança Nacional e a semidemocracia brasileira

Uso de entulho autoritário, que já foi pontual, agora é corriqueiro

Jorge Zaverucha

Doutor em ciência política pela Universidade de Chicago e professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

A Lei de Segurança Nacional (LSN) é a formalização jurídica dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Doutrina esta que se desenvolveu no âmbito da Guerra Fria e do regime militar (1964-1985). A última versão da LSN é de 14 de dezembro de 1983 (lei nº 7.175), aprovada nos estereótipos do governo do general Figueiredo. A ótica dessa doutrina era dirigida para o combate do inimigo interno. Com a transição para a democracia, tal lei foi abolida por outros países do Cone Sul — ao contrário do Brasil. E, para piorar, esse “entulho autoritário” vem sendo cada vez mais utilizado.

A LSN, durante o regime autoritário, funcionou como arma espécie de apêndice do Código Penal Militar (CPM) no sentido de que os que a violassem seriam julgados pelo Superior Tribunal Militar. A Constituição de 1988 apresentou a boa novidade de considerar crimes militares somente aqueles que estivessem contemplados pelo CPM. Isso foi um avanço, pois os crimes contra a segurança pública passaram a ser apreciados pela jurisdição ordinária em vez da jurisdição militar.

Naprática, todavia, reina ambiguidade. O artigo 109, inciso V, da Constituição diz que compete aos juízes federais processar e julgar crimes políticos. Contudo, não há no Brasil legislação sobre crimes políticos. Diante disso, a LSN termina cobrindo os crimes políticos. Em maio de 1993, por exemplo, quatro separatistas foram indicados pela LSN, sob a alegação de pregar a criação de um novo país no Sul do Brasil, e deveriam ser julgados por corte militar. Em democracias sólidas, civis não são julgados por tribunais militares.

Por conta de indiciamento de membros do MST na LSN, durante o governo Fernando Henrique Cardoso foram apresentadas no Congresso Nacional quatro propostas de revogação dessa lei. Duas no Senado, por José Eduardo Dutra e Roberto Freire, e duas na Câmara, por José Genoino e Milton Temer. Em seguida, FHC nomeou uma comissão especial encarregada de transformar a LSN em Lei de Defesa do Estado Democrático. O projeto foi concluído, em dezembro de 2000, mas não se transformou em lei.

O fato é que o Estado brasileiro continuou sem possuir uma lei que regule democraticamente o uso dos instrumentos de defesa da ordem. Posteriormente, o então ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, enviou ao Palácio do Planalto anteprojeto de revogação da LSN. Esse impulso

[...]

A situação vigente atesta que várias instituições não estão funcionando a contento em nossa semidemocracia.

Por isso mesmo, os conflitos continuam a ser dirimidos, com cada vez mais frequência, por uma lei [Lei de Segurança Nacional] que é resquício do regime militar

renovar o arrefecido com a saída do mesmo do governo. Enquanto FHC decidia o que fazer com o anteprojeto, a Comissão de Constituição e Justiça, em 20 de novembro de 2000, aprovou por unanimidade projeto dos deputados José Genoino e Milton Temer que revogava a LSN. O projeto, todavia, nunca foi levado ao plenário.

Hoje há um retrocesso no uso da LSN. O que outrora era pontual passou a ser corriqueiro. A começar pelo Supremo Tribunal Federal, que prendeu, com base na LSN, uma ativista e outros cinco membros do grupo “305”. Em seguida, o STF usou desonesto diploma legal para apagar protestos nos quais os manifestantes pediram a volta do AI 5 e os fechamentos do Congresso e desta corte. O Ministério Público Federal contribuiu para esse retrocesso, pois o esquadron de Jair Bolsonaro foi enquadrado na LSN. Já o ministro da Justiça, André Mendonça, solicitou que dois jornalistas, por críticas ao presidente da República, sejam investigados tendo por base a LSN. Agora a ameaça do general da ativa Eduardo Pazuello, de enquadrar na LSN quem vazar informações discutidas no âmbito interno do Ministério da Saúde. Supõe-se que o ministro interno fez uma confusão entre o que é assunto de Estado e o que é questão de segurança nacional.

A situação vigente atesta que várias instituições não estão funcionando a contento em nossa semidemocracia. Por isso mesmo, os conflitos continuam a ser dirimidos, com cada vez mais frequência, por uma lei que é resquício do regime militar. Quando esse entulho autoritário será revogado?

A nova era do ‘capitalismo moral’

Lucro deverá estar associado a uma postura social e ambientalmente correta

Marina Rocchi Martins Mattar

Mestranda em relações internacionais, membro do comitê de ética do Carbon Pricing Leadership Coalition (Banco Mundial) e diretora de relações institucionais da Alcoa (Associação Brasileira de Empresas Aluminatas)

Desde sua origem na enciclopédia, em 1753, o termo capitalismo foi associado ao conceito de ser um homem rico. Apenas no século 19, com o radicalismo de Karl Marx, ganhou o conceito negativo de exploração do homem pelo homem — não obstante, como a história comprovou, seja o único sistema que permite ascensão social.

Neste início de século 21, o mundo tem sido sacudido por um crescente vendaval de surpreendentes atitudes empresariais: companhias nos Estados Unidos boicotaram fortemente o Facebook; patrocinadores pressionaram times de futebol americano de nomes com conotações racistas a estarem novas denominações para suas equipes; e empresários brasileiros exigiram do governo federal e do Congresso ações para reduzir o desmatamento na Amazônia.

BlackRock, um fundo que gerencia recursos da ordem de US\$ 7,3 trilhões, restringiu o investimento em 53 empresas que não demonstraram progresso no combate ao aquecimento global.

É o início do que poderíamos chamar de “capitalismo moral”, em que o lucro necessariamente deve estar associado a uma postura social e ambientalmente correta.

O desenvolvimento sustentável deixou de ser algo romântico, pregado por alguns idealistas, para estar nas mesas dos líderes das maiores empresas do mundo. As companhias antes fortemente compro-

metidas com a economia à base de petróleo mudaram seu foco e direcionam seus negócios para a economia verde. As energias solar e eólica ganham força em todos os países do mundo, substituindo o petróleo e o carvão. A família Rockefeller e o Fundo Soberano da Noruega anunciaram que não investirão mais nestes setores, direcionando seus recursos para segmentos ambientalmente mais sustentáveis.

Nosso país tem um enorme potencial para liderar as discussões sobre economia de baixo carbono. Temos uma indústria forte e diversificada, um mercado crescente, somos ricos em matérias primas — com uma das

[...]

O desenvolvimento sustentável deixou de ser algo romântico, pregado por alguns idealistas. (...) As empresas que souberem se adaptar rapidamente às novas exigências da sociedade estarão mais bem preparadas para conseguir recursos para seus investimentos e os melhores talentos no mercado de trabalho

maiores reservas de lítio e a maior biodiversidade do mundo. É a hora de atrair investimentos!

Além disso, os consumidores exigem providências concretas para oferecer oportunidades de crescimento profissional às mulheres, aos negros e aos portadores de deficiência. Já não é suficiente a empresa se preocupar apenas com a poluição do meio ambiente, é imprescindível um forte compromisso de agir para reduzir o aquecimento global.

A sociedade continua reconhecendo a importância do capitalismo como modelo que permite o crescimento pessoal e a ascensão social; contudo, cada vez mais exige que esse sistema seja socialmente mais justo, com forte compromisso em reduzir as desigualdades e preservar o mundo para as gerações vindouras. Investimentos resilientes ao clima oferecem também um bom retorno. Como destaca Alexandre Kosoy, do Banco Mundial, “investimentos adaptados ao clima, quando você compara com os investimentos tradicionais, vão resultar em uma economia de mais US\$ 4 trilhões — o equivalente a um retorno de quatro dólares para cada dólar investido”.

O “capitalismo moral” veio para ficar. As empresas que souberem se adaptar rapidamente às novas exigências da sociedade estarão mais bem preparadas para conseguir recursos para seus investimentos e os melhores talentos no mercado de trabalho.

Beem vindos aos novos tempos!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o editor: São Paulo, 422, São Paulo, CEP 02021-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens, informando seu nome completo e endereço.

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM APOIO À CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Witzel

Tenho muitas restrições em relação ao governador Witzel, mas afastá-lo de forma monocrática é flagrante desvio de finalidade nos ritos democráticos (“Witzel” recorre ao Supremo contra decisão que o afastou do cargo de governador do RJ, Poder, 31/8). A democracia tem que ter ritos para impedir os desmandos de um Executivo eleito nas urnas. Sem eles, qualquer governador ou prefeito fica à deriva. Além do mais, todos sabemos que o objetivo de afastá-lo é uma manobra para que o processo contra Flávio Bolsonaro se esvazie.

Rubens Moreira da Costa Júnior

(São Paulo, SP)

Afastar governador por decisão monocrática e sem denúncia formalizada só se vê em ditaduras e regimes fascistas. No entanto, Witzel e o bolsonarismo são a mesma coisa. Que lutem.

Gabriel Nogueira (Witzel, RJ)

Toda secretaria de governo deveria ser permanentemente fiscalizada por uma controladoria independente do governo, autônoma e com quadro próprio de carreira. Ninguém nomeado pelo governo pode fiscalizar (“Controlador da Saúde fica sob risco após investigar irregularidades sob Witzel”, Poder, 31/8).

José Padilha Siqueira

Neta (São Paulo, SP)

Lula

“Constrangido, Lula reluta em apoiar a Toff para não melindrar Bolsonaro” (Poder, 31/8). Infelizmente a realidade da esquerda em São Paulo — e provavelmente em todo o Brasil — é a de um enfermo que agoniza. Quando foi governo, o PT teve a oportunidade de botar para correr todos os canônes deste país, mas fez exatamente o mesmo que os anteriores e se lambuzou na corrupção. O PT depende de Lula para tudo. Sem ele o partido praticamente não existe. O que existe hoje é Lula, não o PT.

Pedro Henrique Alves Lopes

(São Paulo, SP)

Lula constrangido? Não sabe do que se trata.

Lenise de Souza Ferreira (Gomela, SC)

Eu sou petista e esquerdista. Acho que agora é momento de a esquerda unir. Seria melhor esquiardar um candidato único para concorrer à prefeitura da cidade de São Paulo. E penso que deva ser o Bóalos. Nós não estamos esbanjando prestígio para sair com vários candidatos.

Maurício Borges (São Paulo, SP)

O único ponto do qual discordo nesta reportagem é porque dá a entender que o PSOL está alinhado ao PT. Isso não é consenso nem mesmo dentro do partido. São cada vez maiores os movimentos das correntes que desejam um PSOL mais protagonista e menos com descendente com um partido de “esquerda” como o Partido dos Trabalhadores.

Michael Luis da Rocha (Avaré, SP)

Sim, a escolha foi infeliz. Mas o conteúdo é a mais cristalina verdade. O viés petista de larino impede de ver isso. Já mais escrevo algo crítico contra qualquer medida ou falta-tru dos que estouraram o teto.

Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

Texto claro e objetivo! E errar faz parte da vida. E vamos lendo tudo que é o que interessa!

Herbert Trezoldi

(São José dos Campos, SP)

Basta de queimadas. Se o governo federal não dá conta do problema, pois não lhe interessa acabar com ele, que pelo menos cada um faça a sua parte: não faça queimada! Já estou cansada de ter de lidar com essa situação todos os dias aqui na minha cidade.

Josiane Ortolino Massa Hierkim

(Ribeirão Preto, SP)



ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PODER (31.AGO., PÁG. A6) Diferentemente do publicado em “O presidente derrubou um governador?”,

Aborto

“Nova portaria do governo obriga médico a avisar polícia quando mulher solicitar aborto por estupro” (Cotidiano, 28/8). Sou brasileira, médica e atuo no Canadá, onde o princípio de autonomia da mulher quanto à escolha de procurar os trâmites policiais e jurídicos é inalienável. O outro quesito de julgamento que essa portaria fere é o de não causar dano ao paciente. Tanto a decisão no procedimento quanto o oferecimento de ultrassom são um acinte à saúde mental de uma mulher em estado de vulnerabilidade. A orientação da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia é taxativa em não oferecer ultrassom.

Joanna Felipe Lima (Toronto, Canadá)

PCC

“PF faz megaoperação contra PCC em 19 estados do país com 1.100 policiais” (Cotidiano, 31/8). Boa notícia. E quando a Polícia Federal fará o mesmo com a máfia miliciano do Rio de Janeiro?

José Varoz (Belo Horizonte, SP)

Bolsonarismo

Em “Para não dizer que não falei das flores” (Cotidiano, 30/8), o esportista Antônio Prata defende mentiras e calúnias contra o presidente Jair Bolsonaro e o culpa por todos os males que ocorreram no país desde sua eleição. Insinua que o governo não é integrado por nazistas, assassinos, abusadores, corruptos, milicianos. Para justificar as acusações, Prata se apoia em denúncias contra uma deputada que nunca fez parte do governo. Respeite o resultado das urnas. É assim que construímos a harmonia que o Brasil precisa.

Fábio Paris, ministro das

Comunicações (Brasília, DF)

Escolha infeliz

Em relação ao artigo “Uma escolha infeliz”, de Sérgio Davila (Tendências / Debates, 31/8), digo que larino de Freitas é um ícone, mas não é um profissional em harmonia com o jornalismo empresarial. Basta lembrar sua afirmação, numa peça audiovisual recente, de que o principal móvel do jornalismo empresarial não é informar, mas sim vender espaço para anúncios comerciais”. Puro rápido.

Ayer Campos (Brasília, DF)

Sim, a escolha foi infeliz. Mas o conteúdo é a mais cristalina verdade. O viés petista de larino impede de ver isso. Já mais escrevo algo crítico contra qualquer medida ou falta-tru dos que estouraram o teto.

Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

Texto claro e objetivo! E errar faz parte da vida. E vamos lendo tudo que é o que interessa!

Herbert Trezoldi

(São José dos Campos, SP)

Basta de queimadas. Se o governo federal não dá conta do problema, pois não lhe interessa acabar com ele, que pelo menos cada um faça a sua parte: não faça queimada! Já estou cansada de ter de lidar com essa situação todos os dias aqui na minha cidade.

Josiane Ortolino Massa Hierkim

(Ribeirão Preto, SP)

o nome do professor da Faculdade de Direito da USP é Rafael Maífel Rabelo Queiroz, não Ricardo.

mercado coronavírus

S&P sobe 7% em agosto...
Mês é o melhor em 30 anos

Ibovespa cai 2,7%
Dólar avança 5% no mês

Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021

	PLQA 2020 Em R\$ bilhões	LOA 2020 Em R\$ bilhões	PLQA 2021 Em R\$ bilhões
Advocacia-Geral da União	3.642,7	3.477,90	3.678,90
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.181,7	15.250,00	14.421,50
Cidadania	94.689,1	96.245,70	104.181,80
Ciência, Tecnologia, Inovações	7042,6	7.123,30	5.271,40
Comunicações	564	564,00	2.706,50
Controladoria Geral da União	1.029,8	988,60	1.016,70
Defesa	105.684	106.312,80	110.784,50
Desenvolvimento Regional	9.503,5	17.673,90	8.917,20
Educação	111.491,4	112.473,00	114.917,10
Economia	872.544	866.525,70	899.361,60
Infraestrutura	12.701,8	14.181,10	12.895,00
Justiça e Segurança Pública	14.840,1	15.741,10	15.400,50
Meio Ambiente	2.258,4	2.232,10	2.151,30
Minas e Energia	3.887,7	3.787,00	8.001,70
Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	291,6	537,4	289,4
Presidência da República	4.396,2	4.085,90	1.622,70
Relações Exteriores	3.542,5	3.380,40	4.015,70
Saúde	132.846,8	137.545,80	135.071,60
Turismo	1.246,1	2.083,00	1.234,50
Vice-Presidência da República	17	16,2	15,8
Legislativo e Judiciário	63.804,2	63.804,20	65.582,10

Governo atualiza projeções econômicas para 2021

	PIB Em %	Salário mínimo Em R\$	Déficit primário do setor público Em R\$ bilhões	Déficit do RGPS (Previdência) Em R\$ bilhões
Projeção anterior	3,3	1.079	153,4	232
Previsão no projeto de Orçamento	3,2	1.067	137,3	206,9

Fonte: Ministério da Economia

Govto precisará do Congresso para pagar salários e benefícios

Estimativa é que será necessário emitir R\$ 454 bi em dívida em 2021 para despesas

Thiago Resende, Danielle Brant e Lara Lenos

BRASÍLIA O governo vai depender do Congresso pelo terceiro ano consecutivo para pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família.

A apresentação da Ploa (Proposta de Lei Orçamentária Anual) inclui uma projeção de R\$ 453,745 bilhões que seriam obtidos por meio de títulos públicos. As despesas totais somam R\$ 1,5 trilhão.

A estimativa foi divulgada nesta segunda (11) pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia). O governo precisará de aval do Legislativo para aprovar o Orçamento de 2021 e também para liberar os valores condicionados.

Sem essa autorização, o Executivo descumprirá a chamada regra de ouro, norma que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

É a terceira vez que o governo perde de aprovação desse crédito extra, reflexo da crise nas contas públicas.

Quando apresentou a proposta de Orçamento de 2020, a equipe econômica estimou que precisaria de autorização para emitir títulos no valor de R\$ 367 bilhões, dinheiro usado para pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família.

Em 2019, Guedes pediu ao Congresso que houvesse uma exceção à regra de ouro, e os parlamentares autorizaram que R\$ 248 bilhões fossem obtidos com a emissão de títulos e usados em transferências assistenciais, aposentadorias e Bolsa Família.

Sem a autorização do Congresso, o governo não poderá se endividar para bancar parte das aposentadorias no ano.

O gasto estimado com benefícios previdenciários, o que inclui também auxílios em caso de doença, por exemplo, é de R\$ 704,4 bilhões no próximo ano.

Desse total, R\$ 272,1 bilhões são dependentes do aval dos parlamentares para que o governo busque recursos em títulos públicos.

Despesas com pessoal, Bolsa Família, subsídios e fun-

do de educação básica estão condicionados à aprovação do Congresso.

Vincular o crédito extra a gastos de cunho social foi uma estratégia adotada no Orçamento de 2019. Assim, a resistência dos parlamentares à medida cai.

O Legislativo autorizou o governo a descumprir a regra de ouro em 2019 quando faltavam apenas dias para começar a falar dinheiro para o BPC, benefício assistencial pago a idosos carentes e deficientes.

Por ser um caso inusitado, o projeto que libera o crédito da regra de ouro precisa do apoio da maioria dos parlamentares — 357 na Câmara e 41 no Senado.

Programa Renda Brasil fica fora do Orçamento para 2021

BRASÍLIA Os recursos para o Renda Brasil, programa com o qual o governo quer substituir o Bolsa Família, não estão previstos, como antecipou a Folha, no projeto de Orçamento para 2021 apresentado nesta segunda-feira (11).

O texto, por outro lado, manteve verba para realização do Censo populacional no ano que vem.

Em entrevista coletiva para detalhar a proposta de Lei Orçamentária Anual enviada ao Congresso, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que o projeto contempla apenas os recursos para o Bolsa Família, que fo-

ram ampliados para R\$ 34,8 bilhões, ante R\$ 32,5 bilhões neste ano.

Apesar de não prever o Renda Brasil já no projeto de Orçamento de 2021, isso não significa que o governo tenha desistido de apresentar um novo programa social para o próximo ano. A estratégia é continuar os estudos sobre esse tema e ajustar o Orçamento apenas após a aprovação do Renda Brasil no Congresso, que tem a prerrogativa de alterar propostas do governo.

“Nós trabalhamos com os programas já existentes. Se o programa já estiver na formulação que ainda está sendo desenhada, se tiver absorção do Bolsa Família, o Bolsa Família vai para o Renda Brasil e claramente o Ploa 2021 traz estimativa de despesa primária com o Bolsa Família, mas não tem nenhum novo programa”, afirmou.

Segundo ele, o aumento de R\$ 2,3 bilhões nos recursos para o projeto ocorreu após o governo prever um aumento das famílias que se enquadram nos critérios de admissibilidade do Bolsa Família, de 13,2 milhões para 15,2 milhões.

Inte garantias do governo chegaram a prever que o Renda Brasil começaria a funcionar ainda em setembro de 2020. Mas houve atraso no cronograma por causa da resistência interna no governo e no Congresso para revisar gastos com outros programas sociais.

Ainda não há previsão para que o programa entre em vigor, pois a proposta está em negociação entre o Ministério da Economia com o Palácio do Planalto e líderes partidários.

Sem perspectiva para concluir a elaboração do programa em um cronograma para o projeto ser analisado pelo Congresso, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) preferiu não prever o Renda Brasil agora pois a reformulação do Bolsa Família ainda depende de muitas etapas.

Nas semanas passadas, Bolsonaro recusou a proposta da equipe econômica de reduzir benefícios sociais para financiar o Renda Brasil. Para compensar o novo programa, que pode ter um custo anual de R\$ 20 bilhões acima do Bolsa Família, Guedes queria propor a extinção de assistências consideradas por ele ineficientes, como abono salarial, seguro-desemprego (para pescadores) e Farmácia Popular.

A Ploa 2021 manteve ainda R\$ 2 bilhões de recursos para o Censo. A maior parte do valor refere-se a contratação de cerca de 200 mil trabalhadores temporários para coletar os dados. O concurso para a contratação foi aberto em março, mas foi suspenso após o início da pandemia.

O censo seria realizado neste ano, mas foi adiado para 2021 por causa da pandemia, que impediria as visitas de pesquisadores e o acesso a domicílios.

Maior pesquisa realizada pelo IBGE, o censo envolve entrevistas em todos os municípios do país. Para traçar um retrato da população em temas como renda, educação, saúde e migrações, entre outros. É realizado a cada dez anos, e seus resultados são usados na formulação de políticas públicas pelas diversas esferas de governo.

Nomeada em 2019 por Guedes, a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, determinou, ao assumir, um corte de 25% no orçamento inicial, de R\$ 3,4 bilhões, o que levou à redução de perguntas sobre renda, aluguel, emigração e posse de bens.

O questionário básico, aplicado a 90% dos domicílios, ficou com 30 questões, oito a menos do que o de 2010. O completo foi reduzido de 112 para 76 perguntas. TR e DB

Mínimo tem previsão de reajuste para R\$ 1.067 em 2021, sem ganho real

BRASÍLIA O governo apresentou nesta segunda (11) a proposta de Orçamento de 2021 com a projeção de aumento do salário mínimo do valor atual (R\$ 1.045) para R\$ 1.067, um aumento de 2,1%.

Para o crescimento do PIB, foi mantida a estimativa mais recente, divulgada em julho, de 3,2%. A expectativa do mercado financeiro, segundo o boletim Focus, do Banco Central, é de uma expansão de 3,5%.

A revisão na projeção de salário mínimo se deve ao cálculo do reajuste, que considera a inflação, sem previsão de ganho real. Diante de uma alta mais acomodada nos preços, o governo espera que o valor do mínimo seja menor do que o anunciado anteriormente.

Em abril, a estimativa era que o piso salarial fosse de R\$ 1.079 no próximo ano. O governo não prevê reajuste em 2021 acima da inflação, como foi feito em gestões anteriores a Jair Bolsonaro (sem partido).

Por causa do crescimento nas despesas obrigatórias, o projeto de Orçamento (Ploa) de 2021 reservou R\$ 96,032 bilhões para gastos discricionários do Executivo, aqueles que podem ser cortados, incluindo investimento público.

Isso engloba o funcionamento da máquina pública, como energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes.

Na avaliação de membros da equipe econômica, são necessários pelo menos R\$ 100 bilhões ao ano nessa conta para que a máquina pública opere no limite, sem risco de apagão dos serviços. Em 2020, o governo teve o mesmo problema e buscou remanejar recursos de outras áreas.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que não há risco de paralisa da máquina pública, pois as pastas podem se adaptar à realidade de menor espaço para gastos públicos.

Dos R\$ 96,032 bilhões de gastos discricionários, R\$ 28,665 bilhões foram reservados para investimentos. Na proposta de 2020, esse valor foi de R\$ 10,4 bilhões.

Diante de um Orçamento cada vez mais pressionado por despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, ministérios têm trazido uma batalha para conseguir liberação de mais verba para obras e projetos classificados como investimento.

Waldery disse que o investimento público é importante, mas a equipe econômica tem a avaliação de que a “solução é a participação do setor privado” nos investimentos. Assim, o governo vai insistir em reformas estruturantes e em reformulação de marcos regulatórios.

O projeto agora será analisado pelo Congresso, que pode até modificar a proposta de Orçamento.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) manteve a estimativa mais recente, divulgada em julho, para o crescimento da economia brasileira em 2021, com alta prevista de 3,2% do PIB. Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a projeção era de avanço de 3,5%.

Guedes prevê um déficit primário para o governo central de R\$ 233,6 bilhões — será o oitavo ano seguido em que as contas do país ficarão no vermelho. Em 2020, o endividamento saltou para cerca de R\$ 700 bilhões por causa dos gastos para conter a pandemia de Covid-19.

O déficit é resultado de receitas líquidas de R\$ 1,583 trilhão de despesas de R\$ 1,526 trilhão. Para todo o setor público, o rombo sobe para R\$ 237,3 bilhões.

Em abril, a projeção para 2021 era de R\$ 153,4 bilhões. Ao apresentar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, em abril, a equipe econômica sugeriu uma inovação: uma meta fiscal fluante.

Diante das incertezas sobre o futuro da economia, Guedes pediu autorização ao Congresso para ajustar essa obrigação do Orçamento ao longo do tempo-se as projeções de arrecadação sofreram mudanças. Técnicos do Congresso questionam a legalidade desse dispositivo.

Na prática, se a projeção de receitas cair, a meta será alcançada, com permissão para um remanejo. Se for observado movimento contrário, a meta acompanhada a alta de receitas e haverá um déficit menor.

Com a nova regra, não haverá mais necessidade de cortar gastos de ministérios, o projeto de Orçamento (Ploa) de 2021 reservou R\$ 96,032 bilhões para gastos discricionários do Executivo, aqueles que podem ser cortados, incluindo investimento público.

Isso engloba o funcionamento da máquina pública, como energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes.

Na avaliação de membros da equipe econômica, são necessários pelo menos R\$ 100 bilhões ao ano nessa conta para que a máquina pública opere no limite, sem risco de apagão dos serviços. Em 2020, o governo teve o mesmo problema e buscou remanejar recursos de outras áreas.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que não há risco de paralisa da máquina pública, pois as pastas podem se adaptar à realidade de menor espaço para gastos públicos.

Dos R\$ 96,032 bilhões de gastos discricionários, R\$ 28,665 bilhões foram reservados para investimentos. Na proposta de 2020, esse valor foi de R\$ 10,4 bilhões.

Diante de um Orçamento cada vez mais pressionado por despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, ministérios têm trazido uma batalha para conseguir liberação de mais verba para obras e projetos classificados como investimento.

Waldery disse que o investimento público é importante, mas a equipe econômica tem a avaliação de que a “solução é a participação do setor privado” nos investimentos. Assim, o governo vai insistir em reformas estruturantes e em reformulação de marcos regulatórios.

O projeto agora será analisado pelo Congresso, que pode até modificar a proposta de Orçamento.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) manteve a estimativa mais recente, divulgada em julho, para o crescimento da economia brasileira em 2021, com alta prevista de 3,2% do PIB. Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a projeção era de avanço de 3,5%.

Guedes prevê um déficit primário para o governo central de R\$ 233,6 bilhões — será o oitavo ano seguido em que as contas do país ficarão no vermelho. Em 2020, o endividamento saltou para cerca de R\$ 700 bilhões por causa dos gastos para conter a pandemia de Covid-19.

O questionário básico, aplicado a 90% dos domicílios, ficou com 30 questões, oito a menos do que o de 2010. O completo foi reduzido de 112 para 76 perguntas. TR e DB

Oliveira Silva, (PCdoB-SP)

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
joana@spfolha.com.br

Circular

A USP colocou à venda novamente o seu terreno vazio de quase 2.400 metros quadrados no centro de São Paulo por R\$ 14,6 milhões. Localizada na Rua da Consolação, a propriedade foi comprada da Fapesp entre 2012 e 2013 em um momento em que a universidade tinha planos de se estabelecer em outros endereços da capital paulista, fora de seu campus no Butantã, mas as restrições orçamentárias enfrentadas pela instituição a partir de 2014 barraram a expansão.

MERCADO IMOBILIÁRIO O terreno vem sendo colocado à venda desde que a USP desistiu dos planos para além do campus. Essa vai ser a terceira vez que a universidade abre licitação porque nas anteriores não houve interessados.

EMBALAGEM As vendas em atacarejos e supermercados avançaram mais do que nas farmácias durante a pandemia, segundo análise da consultoria Nielsen sobre os primeiros sete meses do ano.

PRATO Enquanto o atacarejo cresceu 21,3% entre janeiro e julho, entre os primeiros sete meses de 2019, as farmácias avançaram 6,9%. Quando analisada em conjunto, o varejo de alimentação e medicamentos cresceu 17,6% neste ano.

NO BOMQUE A Casa da Moeda mantém sob sigilo a identidade do fornecedor de papel e tinta das novas notas de R\$ 200 ilustradas com o loboguarã, que entram em circulação nesta quarta-feira (2). A estatal diz que, por segurança, para evitar crimes de falsificação, não especifica os nomes exatos dos fornecedores.

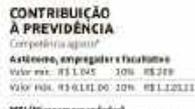
COFRINHO Procurada pela coluna, a Casa da Moeda dá exemplos de fabricantes de papel, como a Fedrigoni, e de tintas, como a Cepis, a Sellierink e a Gleitsmann, mas afirma que tem "outros credenciados". Segundo a estatal, não há uma especificidade de fornecedor por cédula e são vários processos de impressão.

ESPERANÇA O otimismo do brasileiro sobre o rumo da economia voltou a subir em agosto, segundo a ACSP (Associação Comercial de São Paulo). Na segunda alta consecutiva, o índice fechou em 83 pontos, após 79 em julho e 77 em junho, mas segue abaixo dos 100 pontos, que marcam o campo do pessimismo.

CARTEIRA Segundo a ACSP, a classe C se destacou no índice de recuperação nesse mês e foi de 85 para 94 pontos, bem acima da média geral. Para o economista da entidade, Ulisses Ruiz de Cambou, o auxílio emergencial e o início das flexibilizações ajudam a explicar a evolução na classe C. A classe A/B manteve os 75 pontos.

com Hílpe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



O crescimento do auxílio emergencial

R\$ 254,4 bilhões

É o total de recursos do Orçamento liberados pelo governo até o momento para o auxílio emergencial (inclui parcelas pagas e valores que ainda serão repassados)

R\$ 100 bilhões

É o custo aproximado de mais quatro parcelas de R\$ 300

Fonte: Tabela Econômica do IBGE e Ministério da Economia

Número de beneficiários supera 67 milhões



Extensão de auxílio por mais quatro meses vai custar R\$ 100 bilhões

Bolsonaro decide anunciar prorrogação com parcelas de R\$ 300; rombo das contas públicas em 2021 deve encostar em R\$ 1 trilhão

Bernardo Garam Gustavo Uribe Daniel Carvalho

BRASÍLIA A prorrogação do auxílio emergencial pago informalmente por mais quatro meses, com parcelas de R\$ 300, prevista para ser anunciada nesta terça (1) no Planalto, deve ampliar os gastos da União neste ano em mais R\$ 100 bilhões.

Adespeda extra leva o governo a encostar numa margem líquida, um rombo nas contas públicas de R\$ 1 trilhão em 2020.

Após reunião nesta segunda-feira (31) com o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) informou a aliados do governo a decisão da prorrogação e o valor de R\$ 300 para as parcelas.

A extensão da assistência paga durante a pandemia dará tempo para que o governo entrosse soluções para a ampliação do Bolsa Família, que será rebatizado de Renda Brasil.

O anúncio do novo programa foi suspenso após Bolsonaro vetar o corte, defendido pela equipe econômica, de auxílios como o abono salarial.

O auxílio foi pensado inicialmente pelo Ministério da Economia para três meses, com parcelas de R\$ 200. As estimativas feitas em março apontavam que o benefício alcançaria até 90 milhões de beneficiários, com custo total de R\$ 15 bilhões aos cofres públicos.

O programa foi se tornando ao longo do tempo. Primeiro, após pressão de parlamentares sobre o governo, o Congresso aprovou o pagamento de três parcelas de R\$ 600. A projeção de beneficiários saltou para 54 milhões de pessoas, e o custo total foi a R\$ 98 bilhões.

Depois, o governo decidiu prorrogar o auxílio por mais dois meses no valor de R\$ 600, prazo que está se encerrando.

Até o momento, o Tesouro Nacional já liberou R\$ 254,4 bilhões para pagar mais de 67 milhões de pessoas, o equivalente a quase um terço da população brasileira.

Sob o argumento de que o custo do programa é muito elevado e provocará um salto no endividamento público, Guedes chegou a defen-

der que o benefício fosse encerrado após a prorrogação de dois meses. Bolsonaro, no entanto, quer que a assistência seja paga até dezembro, com parcelas de R\$ 300.

Cada uma delas deve ter custo de ao menos R\$ 45 bilhões. Com isso, o valor total do programa deve ficar próximo a R\$ 360 bilhões, o maior custo do governo na pandemia.

O montante seria suficiente, por exemplo, para bancar o programa Bolsa Família por aproximadamente 11 anos.

Com esse valor, o governo também conseguiria fazer todos os pagamentos previstos no Orçamento dos ministérios da Saúde e da Educação em 2021 e ainda sobrar uma folga de quase R\$ 80 bilhões.

Só foi possível fazer essa despesa porque o decreto de calamidade pública e o chamado Orçamento de guerra instituído durante a pandemia liberaram o governo de cumprir regras fiscais.

Projeção feita pela IFL (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado que monitora as contas públicas, aponta hoje, ainda sem a prorrogação do auxílio, para um déficit primário de R\$ 877,8 bilhões para o governo federal neste ano.

A extensão do programa, portanto, deve levar a previsão do rombo nas contas públicas de 2020 a um patamar próximo a R\$ 1 trilhão. O maior déficit registrado até agora foi em 2016, quando a diferença entre as receitas e despesas primárias do governo ficou negativa em R\$ 161,3 bilhões.

A última projeção do Ministério da Economia, apresentada em julho, aponta para um déficit primário menor para 2020, de R\$ 797,4 bilhões. O Tesouro prepara uma revisão do número, que deve ser apresentada nesta semana.

O diretor executivo da IFL, Felipe Salto, diz que o rombo de 2020 será motivado pela necessidade de ampliar gastos para combater a pandemia, ao mesmo tempo que o resfriamento da atividade econômica provocou perdas na arrecadação.

Na avaliação do economis-

Falta dizer qual será o norte, como cumprir o teto de gastos ou melhorá-lo, se for o caso, e como comportar gastos novos que já estão na mesa, a exemplo do Renda Brasil. E voltar à austeridade necessária para recuperarmos o crescimento econômico a médio prazo

Felipe Salto diretor executivo da IFL

ta, o governo ainda não deixou claro qual será o caminho adotado no pós-crise, quando o país terá de enfrentar uma dívida pública recorde, que pode superar 100% do PIB.

"Falta dizer qual será o norte, como cumprir o teto de gastos ou melhorá-lo, se for o caso, e como comportar gastos novos que já estão na mesa, a exemplo do Renda Brasil. E voltar à austeridade necessária para recuperarmos o crescimento econômico a médio prazo", disse.

A proposta de prorrogar o auxílio até dezembro ganhou força nos últimos dias, diante do impasse no governo sobre criação do Renda Brasil.

A equipe econômica, em conjunto com o Ministério da Cidadania, apresentou a Bolsonaro uma proposta que prevê a extinção de 57 programas sociais e benefícios existentes hoje para custear a nova assistência.

Bolsonaro vetou a ideia e criticou publicamente a equipe econômica. O presidente se posicionou contra o fim do abono salarial.

O remanejamento dos recursos do abono, pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, era a principal aposta de Guedes para ampliar o programa.

Segundo interlocutores, Bolsonaro quer que o auxílio emergencial e o Renda Brasil sejam as vitrines de seu governo, abrindo caminho para eventual reeleição.

Pesquisa Datafolha mostrou que a aprovação do presidente registrou alta após a liberação do auxílio emergencial, especialmente no Nordeste.

O relator do Orçamento 2021 no Congresso, senador Marco Bittar (MDB-AC), que esteve na reunião desta segunda-feira, disse que o Renda Brasil deve ser incorporado à PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo — também relatada por ele. A previsão do programa social não foi incluída na versão inicial do Orçamento do ano que vem. Se for aprovada, o governo precisará alterar as contas de 2021 para prever o novo gasto.

Dívida pública vai a 86,5% do PIB em julho sob efeito do vírus

BRASÍLIA A dívida pública chegou a 86,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em julho, aumento de um ponto percentual em relação ao mês anterior, segundo Banco Central.

"O maior patamar das séries históricas, que começou em dezembro de 2020. A trajetória é de crescimento até o fim do ano", disse Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do banco.

Com o aumento de gastos públicos em razão da pandemia, a dívida bruta pode fechar 2020 em 100% do PIB, segundo estimativas da equipe econômica. A dívida já vinha em trajetória de alta. Em 2019, estava em 75,8% do PIB.

O aumento da dívida bruta se deu principalmente pelo aumento nas emissões de títulos públicos, que representou aumento de 0,7 ponto

to, da incorporação de juros (0,4 ponto) e da diminuição do valor nominal do PIB (0,2 ponto). "O principal fator para o aumento da dívida bruta é o próprio fluxo de endividamento, ou seja, as emissões líquidas e o pagamento de juros", disse Rocha.

A dívida líquida, que desconta os ativos, fechou em 60,2% do PIB em julho, aumento de 2,2 pontos em relação a junho.

mercado coronavirus

Verba sobe para Defesa e para infraestrutura

Pasta ganha recursos na proposta para o Orçamento de 2021 após pressão de militares; Desenvolvimento Regional vê recuo

Danielle Brant, Thiago Resende e Bernardo Carraz

BRASÍLIA A proposta para o Orçamento de 2021 apresentada pelo governo nesta segunda (16) aumenta os recursos destinados aos ministérios da Defesa e Cidadania, mas traz menos verbas para as pastas ligadas a obras de infraestrutura. As comparações foram feitas com base na previsão de recursos para os mesmos ministérios no projeto de Orçamento de 2020. Todo ano o governo manda uma proposta orçamentária para o Congresso, que faz alterações nas estimativas de despesas.

A verba projetada para Saúde e a Educação teve aumento na previsão orçamentária nessa comparação.

Por causa das emendas parlamentares, algumas pastas podem ganhar ainda mais recursos. Emendas são dispositivos no Orçamento para que deputados e senadores destinem mais dinheiro para ações e obras em suas bases eleitorais — o objetivo é aumentar o capital político.

O Ministério da Cidadania, que cuida por exemplo do Bolsa Família, deve ficar com R\$ 46,4 bilhões no próximo ano — 31% em relação aos R\$ 94,7 bilhões previstos na proposta orçamentária enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para 2020.

Após pressão dos militares, o Ministério da Defesa também foi contemplado. Foram reservados R\$ 116,8 bilhões, ante R\$ 105,7 bilhões em 2020.

Os ministérios ligados a obras receberiam menos verba. O projeto de Orçamento de 2021 prevê que o Ministério do Desenvolvimento Regional terá R\$ 8,9 bilhões, recuo na comparação com os R\$ 9,5 bilhões reservados na proposta de 2020.

No Ministério da Infraestrutura, o orçamento ficou praticamente estável. De R\$ 12,7 bilhões para R\$ 12,9 bilhões.

Orçamento é arroz com feijão e não conta segredo fiscal

ANÁLISE

Vinícius Torres Freire

SÃO PAULO O projeto de Orçamento do governo federal para 2021 é arroz com feijão, sem grandes novidades em relação a 2020, antes da calamidade. O que interessamos não está ali, nem poderia estar. Não sabemos:

a) de onde vai sair o dinheiro para o Bolsa Família Verde Amarelo de Jair Bolsonaro. Isso é, se for mantido o teto de gastos, não sabemos qual outra despesa será cortada para financiar um Renda Brasil;

b) de como poderá vir redução de despesa de modo a permitir algum espaço para o novo. O que está na mira é o salário dos servidores. Essa redução depende de emenda constitucional, no entanto;

c) se vai haver pedida de extensão do período de calamidade para além de 2020, de modo a obrigatoriedade para pagar uma despesa extra com o Renda Brasil. Há rumor de que o governo pode recorrer a essa gambiarra "fura-teto".

Entre os ministérios com grandes aumentos, Defesa, Saúde e Educação tiveram litros aumentos de verba, inquestionáveis que identificados e que só devem cobrir inflação. Quem perdeu algum dinheiro tem significado, entre os grandes, foi a Infraestrutura. É um dos dois ministérios que toca as obras maiores. O outro tocador de obras, o Desenvolvimento Regional, também perdeu algum dinheiro. O governo, porém, aumentou de R\$ 18 bilhões para R\$ 36 bilhões sua proposta inicial de despesa em investimento (que vai ser emendada pelo Congresso e contar com emendas parlamentares. Logo, esse nú-

mero não diz grande coisa). Note-se que a comparação aqui é entre o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária) de 2020 com o Ploa de 2021. Não é muito razoável comparar os cortes do projeto de Orçamento de 2021, em certos ministérios, com os gastos previstos para este ano de calamidade de 2020.

Por falar nisso, a redução planejada de despesas federais para o ano que vem é de R\$ 466 bilhões, corte devido justamente ao fim do período de calamidade (redução de despesa primária, não inclui a conta de juros). Esse grande menor tributo de reais equivale a cerca de 3% do Orçamento de um ano "normal".

Não era possível manter esse gasto extra. No entanto, um talho de meio tributo na despesa pública deve ter algum efeito na atividade, difícil de medir porque o mesmo ano é emendado e porque não temos ideias de como rapidamente a economia pode despistar, de agora em diante. Mas é uma necessidade muito importante.

Em linhas gerais o disco é grande desconto de que o Orçamento se baseia em projeções incertas para o PIB de 2020 e de 2021, as estimativas de despesas maiores baseadas com a Instituição Fiscal Independente e a FIU, um órgão independente de acompanhamento e avaliação das contas públicas, e livramento de dívidas do Senado. A previsão de déficit primário é quase a mesma (algo perto de 3% do PIB).

A discrepância relevante aparece nas projeções de despesas com a Previdência. O governo prevê uma despesa menor, de alto em termo de meio ponto do PIB, e uma redução do gasto de 2020 para 2021.

Mas o retorno da obra é que o Orçamento de 2021, ainda mais apertado do que o de 2020, não diz nada sobre o grande conflito fiscal ora em discussão: como pagar renda básica e investimento.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

CNPJ nº 06.920.000/01-00 - NIRE 03.000.000/01

A Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. presta serviços de administração, manutenção e operação de rodovias e pontes em todo o Brasil.

Table with multiple columns containing names, addresses, and contact information for various branches and offices of Ecovias do Cerrado S.A.

Table titled 'Folha Patrimônio SA e Controlada - 30/9/2020 R\$ Mil' showing financial data for Folha Patrimônio SA and its subsidiaries. It includes columns for 'Ativo', 'Passivo', and 'Patrimônio Líquido' with various sub-categories and values.

Table titled 'Balancete Patrimonial - 30/9/2020 R\$ Mil' showing the balance sheet for Folha Patrimônio SA. It includes columns for 'Ativo', 'Passivo', and 'Patrimônio Líquido' with various sub-categories and values.

mercado coronavirus

Saiba por que o Brasil divulga PIB mais tarde

Estratégia do IBGE de anunciar dados mais completos e falta de acesso a informações do fisco explicam atraso, dizem analistas

Nicola Pamplona e Diego Garcia

O mundo ficou sabendo que a economia dos EUA despençou 9,5% no segundo trimestre. No dia seguinte, foi a vez de a Alemanha apontar os efeitos da pandemia do coronavírus em seu PIB, que caiu 16% no período. No Reino Unido, os dados foram divulgados na mesma passada: redução de 20,4%. O Brasil, porém, só conheceu o tamanho do estrago provocado pelos piores momen-

tos da pandemia em sua atividade econômica nesta terça (1º), quando o IBGE divulgou o resultado do PIB do segundo trimestre.

O atraso em relação a outros países é habitual e não tem relação com eventuais efeitos do distanciamento sobre coleta dos dados. Segundo especialistas, refere principalmente duas coisas a estratégia de divulgação do IBGE, que já soltava dados mais completos e definitivos, e a falta de acesso a dados da Receita, que poderia agilizar a coleta dos dados.

O FMI recomenda que os dados referentes ao PIB trimestral seja divulgados em até 45 dias após o fim do trimestre. Erguendo os EUA, costumam divulgar dentro dos primeiros 30 dias, o Brasil geralmente o faz entre 45 e 60 dias.

De acordo com o IBGE, o Brasil é um dos seguidores do NAS (Sistema Nacional de Contas), um modelo produzido e renovado pela divisão de estatísticas da ONU, e deve divulgar seus resultados sempre em 60 dias após o fim do trimestre.

O atraso explica que a divulgação de outros países antes do Brasil se deve à natureza econômica de cada um. Em locais mais desenvolvidos, o grau de informalidade é muito baixo, e os dados do PIB são construídos por meio de registros administrativos. Assim, essas nações conseguem ter dados prontos em um período mais curto de produção. Em países como o Brasil, que tem muita informalidade,

os registros existentes não são representativos do conjunto da economia e é necessário dar ênfase a pesquisas diretas.

O IBGE ainda apontou que vários países utilizam uma técnica de modelagem para produzir o PIB, e assim se economiza na produção do indicador. Na Alemanha, por exemplo, isso é válido porque a economia é diferente da brasileira, e mais desenvolvida.

No Brasil, considera-se mais apropriada a coleta de dados em vez de um modelo pronto pelas desigualdades econô-

cas existentes entre as pessoas e regiões e também o tamanho continental do país, com empresas grandes e pequenas espalhadas pelo território.

O ex-presidente do IBGE Roberto Olinto, que já foi membro de conselho da ONU sobre o tema, diz que há diferenças entre os modelos de divulgação do Brasil que explicam parcialmente o atraso em relação aos EUA e a países da Europa.

Aqui, diz, o IBGE optou por fazer uma única divulgação com resultados mais definitivos e menos passíveis de revisões, além de um nível de desagregação maior. Nos países em que a divulgação é mais rápida, são dados preliminares e agregados. Depois, em momentos posteriores, os dados são atualizados e detalhados.

"A diferença é a quantidade de informações", diz. "O Brasil está dentro do padrão. E divulga os dados mais completos que é pedido para o PIB trimestral", acrescenta ele, que hoje é pesquisador do FGV/Ibre.

Silvia Mattos, coordenadora do Boletim Macro Ibré e pesquisadora sênior da área de Economia Aplicada do FGV/Ibre, explicou que, nos EUA, por exemplo, é divulgado um PIB preliminar e depois outro um pouco mais fechado. No IBGE, é esperado mais informações antes da publicação.

"O Brasil não tem esse PIB preliminar. Só quando chegam as anuais fecha meses, mas demora dois anos. Até lá, é estimado, mas que vai sendo divulgado. No Brasil, não fazemos uma previsão, não tem um PIB temporário".

A também ex-presidente do IBGE Wassilândia Ibrá lembra que a divulgação é mais rápida, são dados preliminares e agregados. Depois, em momentos posteriores, os dados são atualizados e detalhados.

"Com o tempo, vimos que isso não seria possível", diz. "É mesmo fazer duas divulgações: foi se tornando difícil com o crescimento de dispositivos". Olinto diz também que a razão cultural para a divulgação é que ela reduz o ruído provocado pelas revisões feitas quando se divulgam dados preliminares.

Assim, o cálculo do PIB considera resultados de pesquisas feitas pelo próprio IBGE — como as que avaliam o desempenho e o desempenho dos serviços, as vendas no comércio ou a produção da indústria —, estatísticas de importação e do Tesouro e do BC, além de dados de agências reguladoras e de associações empresariais.

As informações são coletadas e analisadas por técnicos especializados nos diferentes setores pesquisados e depois passam por um processo de crítica e avaliação até a composição do número final.

"Cada setorista trabalha os seus dados depois vai juntando e vai discutindo as coerências. Sai da produção ao consumo para análise a cadeia", diz Olinto.

O trabalho seria mais rápido, diz ele, se o IBGE tivesse acesso a uma gama maior de registros administrativos, principalmente dos da Receita sobre empresas, que são negados sob o argumento do sigilo. Esses dados poderiam substituir coletas que hoje são feitas por e-mail e questionários eletrônicos, por exemplo.

Se quiser mesmo entrar na OCDE, o grupo dos países ricos, o Brasil terá que fazer alterações em seu sistema estatístico e garantir acesso do IBGE às informações da Receita, um dos requisitos para que o pedido de adesão feito pelo país em 2017 seja aceito.

Olinto diz que esse será um grande avanço e defende maior ampliação do sistema. "Por exemplo, a nota fiscal eletrônica pode fazer uma revolução na estatística no Brasil. A integração da nota fiscal eletrônica com o sistema estatístico agiliza burburamente a produção de estatísticas", diz.

Quais Participações S.A. - CNPJ nº 07.043.888/0001-00. Anos Assembleias Gerais Ordinárias Realizadas em 31.03.2020 (R\$ 100.000,00). Lista de ações e cotistas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2020. Abertura e ordem de trabalhos no Art. 32 do Estatuto Social das Empresas. Convocação das Assembleias para Assembleia Regional (ARE), para a eleição dos diretores para o Biênio 2021/2022, conformando o Edital.

CONDOMÍNIO EMPREENDIMENTO FAHRTWACON S.A. - CNPJ nº 09.248.978/0001-25. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2020. Ata de 02 (dois) dias de reunião convocada para o dia 25 de julho de 2020, às 14h00, no local de reunião do Condomínio FAHRTWACON S.A.

CONCESSIONÁRIA ECVOJOS DO CERRADO S.A. - CNPJ nº 07.043.888/0001-00. Lista de ações e cotistas. Lista de ações e cotistas para a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

ANEXO DE LICITAÇÃO PRESELECÇÃO ELETRÔNICA/MEEMBRO DE PREÇOS 2020/2021. O Estado de Minas Gerais, por intermédio de Controladoria Geral de Recursos Materiais, realizará a licitação por meio de SEPLA, o PRESELECÇÃO ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI.

agrofolha coronavirus

VAVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Exportações elevam preço de alimentos no mercado interno e pressionam inflação

As exportações do agronegócio vão muito bem. A demanda está tão aquecida que o país vende tudo o que consegue colocar no mercado externo. As vendas de alimentos tão aceleradas, porém, estão elevando os preços internos das matérias-primas e começam a pesar forte no bolso do consumidor brasileiro.

social, provocado pela pandemia e ajudado pelo auxílio emergencial, elevou o consumo de alimentos no lar, favorecendo ainda mais o aquecimento dos preços dos produtos básicos. Quando o auxílio de R\$ 600 terminar, ou for reduzido, os consumidores de baixa renda vão sentir com mais intensidade o efeito das altas dos alimentos básicos.

Além da maior demanda interna, o setor está conquistando novos mercados externos. As exportações dos primeiros cinco meses desta safra (março a julho) aumentaram 97% em relação às de igual período do ano passado. As carnes, um item que ganha peso na balança do agronegócio nos últimos anos,

também empurram para cima a inflação dos alimentos. A forte demanda chinesa fez o preço do boi atingir o patamar recorde de R\$ 237 por arroba, 50% mais do que há um ano. As exportações de carne bovina cresceram 16% de janeiro a julho, em relação a 2019, e os consumidores pagam 25% mais pelo produto nos últimos 12 meses. Os cortes mais básicos, como costela e acém, têm as altas mais acirradas: 45% e 30%, respectivamente.

O mesmo ocorre com a carne suína, que teve evolução de 40% na exportação deste ano. Os preços internos dos animais aumentaram 76% nas últimas 12 meses, e os consumidores pagam 15% mais pelo produto, segundo a Fipec. Um pouco mais comportada, a carne de frango tem exportações estáveis e elevação de preços de 10% para os consumidores. Essas pressões intensas no bolso dos brasileiros vem da soja. As vendas externas deste ano são recorde e já somam 75 milhões de toneladas. A redução da oferta interna de oleaginosas afeta os preços do óleo de soja e do farelo. Nos últimos 12 meses, a tonelada do óleo de soja teve uma valorização de 80% no país. O resultado foi uma elevação de 3% no preço pago pelo consumidor paulistano no período de setembro de 2019 a agosto de 2020. O óleo de soja descolou da inflação, que teve evolução média de apenas 2,7% em São Paulo nos últimos 12 meses. O mercado externo também favoreceu o realista nos preços internos do açúcar. As exportações de julho superaram em 92% as de igual período do ano

passado. Nos sete primeiros meses, a alta é de 57%. Essas vendas ajudaram a saca do produto subir para R\$ 84 em São Paulo, 30% mais do que há 12 meses. No varejo, a alta foi de 24% no período. O milho, embora as exportações ainda não tenham tomado um ritmo acelerado, afeta os custos de indústrias de alimentos. A saca atingiu R\$ 61 e supera em 66% o valor de agosto do ano passado. O algodão também pesa no custo das indústrias. As exportações deste ano foram 57% superiores às de igual período de 2019, forçando uma alta de 3,5% nos preços internos da arroba do pluma desde agosto de 2019. A valorização do dólar, que facilita as exportações, onera as importações. A farinha de trigo tem aumento de 20% no varejo nos últimos 12 meses.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAULO ALEXANDRE MONTENEGRO, OFICIAL SUBSTITUTO DO 1ºº TRIBUNAL DE IMPUNIDADE DO COMANDO DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO...

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AMARILDO ADEMAR MONTENEGRO, OFICIAL SUBSTITUTO DO 1ºº TRIBUNAL DE IMPUNIDADE DO COMANDO DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO.
Convocamos os membros do Conselho de Administração da Associação Geral de Consultores de Imóveis do Estado de São Paulo...

vivo Comunicado
REAJUSTE PRECATORIOS COMPARATIVOS DE JUROS - FIO
A Telefônica Brasil S.A. comunica aos seus clientes e parceiros...

vivo Comunicado
A Telefônica Brasil S.A. comunica aos seus clientes e parceiros...
O novo sistema de tarifas de serviços de telefonia móvel...

Associação de Advogados de Direito Tributário do Estado de São Paulo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

vivo Comunicado
A Telefônica Brasil S.A. comunica aos seus clientes e parceiros...
Planos Alternativos 131 - Planos Corporativos de Múltiplos Locais
Planos Múltiplos Homologados (RS)
Planos Múltiplos Preconizados (RS)
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado por mês
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado por mês
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado por mês
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado por mês
Planos Múltiplos Homologados dos Planos por Estado por mês

mercado coronavirus

O mito do abono

O pobre da nossa sociedade, infelizmente, não recebe o abono

Cecilia Machado

Economista, e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Há quem diga que quem recebe o abono salarial no Brasil — uma espécie de 14º salário para quem tem carteira assinada e ganha até dois salários mínimos — é pobre. A lógica é contante, afinal, estamos falando daqueles que recebem até duas parcelas de um valor dito mínimo.

Fosse esse o caso, faria mesmo pouco sentido assar o abono para financiar um programa de transferência de renda mais amplo, conforme recentemente propôs pelo Ministério da Economia.

Mesmo que definir quem é pobre em uma sociedade? Pode-se compreender a pobreza den-

tro de algum critério absoluto de bem-estar relacionado à alimentação, por exemplo, ou dentro de comparação relativa, como renda per capita 50% abaixo da média.

A sugestão do Banco Mundial para um país como o Brasil é o valor diário de US\$ 5,50 per capita. Em 2018, esse valor correspondia a R\$ 426 per capita ao mês, o que equivale a 44% do salário mínimo naquele ano. Por essa definição, 52,5 milhões de brasileiros — 25% da população — são pobres, de acordo com dados da PnadC para o mesmo ano.

Já a renda de dois mínimos, R\$ 2.092, corresponde a pou-

co menos que o valor médio do rendimento do trabalho, R\$ 2.315, e não parece satisfazer o critério sugerido pelo Banco Mundial.

A confusão é usual. Afinal, o mínimo viável para superar a pobreza em diversas outras situações, sendo, por exemplo, usado como critério de qualificação do livro-pobreza BPC (Benefício de Prestação Continuada) — 50% do mínimo per capita — assim como o valor do próprio BPC e dos demais benefícios previdenciários (um salário mínimo).

Pelo conceito de renda per capita, o abono não encadeia a pobreza está; a qualifi-

cação para o benefício se dá ao longo de toda a distribuição da renda e de forma regressiva. Apenas 16% da incidência do abono se dá entre o terço mais pobre da população, enquanto 39% incidem sobre o terço mais rico, de acordo com dados do PnadC de 2017.

Como distribuir renda a todos não remedia a desigualdade, o abono falha enormemente quando visto sob a tática de política social. Em perspectiva comparada, 73% do recebimento do programa Bolsa Família se dá no terço inferior da distribuição de renda.

O abono é herança dos tempos em que de fato o salário

mínimo caracterizava situação de pobreza. Desde sua criação, muita coisa mudou, como a valorização do salário mínimo, que quase triplicou — em termos reais — a partir da estabilização da inflação, em 1994.

Houve também expressiva formalização da economia e decorrente aumento da qualificação do abono. Os dois fatores somados são responsáveis pelo crescimento do orçamento dedicado ao abono, que alcançou 22 milhões de beneficiários ao valor de R\$ 20 bilhões.

De forma mais importante, a regra do abono evidencia o mau e excessivo uso do salário mínimo tanto para política de emprego quanto para políticas sociais, em direções contraditórias. Se de um lado o aumento do mínimo aumentou os benefícios da formalização via abono para quem está empregado, de outro aumentou os custos da formalização para quem não tem carteira assinada através do mínimo.

A falta de foco do abono vem do fato de ele ser política assistencial dentro do mercado de trabalho. O abono não incide sobre aqueles que não têm carteira assinada, sobre jovens trabalhadores com menos de cinco anos de registro e nem trabalhadores vinculados a empregadores que são pessoa física. Não contempla informais, menores aprendizes e programas sociais domésticos.

Pode até ser que o governo queira buscar outras fontes de financiamento — que não o abono — para um programa de transferência de renda mais ampla. As possibilidades são, de fato, muitas.

Mas a opção por outras alternativas não pode mascarar as ineficiências do abono como programa social ou político de emprego. Ele está longe de cumprir papel distributivo de criar incentivos inquebráveis à formalização do mercado de trabalho. O pobre da nossa sociedade, infelizmente, não recebe o abono.

| DOM, Samuel Pessoa | S&P, Marcia Dessein | TIM, Nilton Guarnes, Cecilia Machado | OJA, Heio Beltrão | OJA, Oda Brito, Solange Souza | S&P, Nelson Barbosa | S&P, Marcos Mendes, Rodrigo Zanetti

BNDES tem desapontado em ajuda, diz presidente da Ford

Responsável pela marca na América do Sul cobra plano de renovação de frota

ENTREVISTA LYLE WATTERS

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Crises acompanham o trabalho de Lyle Watters no Brasil. O presidente da Ford América do Sul assumiu a empresa em 1º de agosto de 2016. Quatro semanas depois, seu filho presidente Dilma Rousseff teve seu processo de impeachment aprovado pelo Senado. Na época, a indústria automobilística vivia seu pior momento em 20 anos.

Quando a retomada parecia engrenar, veio a pandemia. Segundo ele, o setor tem hoje 68% de capacidade ociosa, e a baixa demanda impede que os custos, que subiram devido ao dólar, sejam repassados.

Watters também reclama do alto custo de crédito para a compra de veículos e pede um programa de renovação de frota para tirar carros antigos de circulação, mas expõe descrença com audílios do Estado.

Ele explica os passos para a entrega da fábrica de São Bernardo do Campo à Construtora São José. A Ford articula para que a novadora contrate ex-funcionários da montadora.

A pandemia mudou completamente o cenário na indústria automobilística. O que a Ford espera para este segundo semestre? O Brasil e a América do Sul foram afetados desproporcionalmente, e estavam quase saindo da pior recessão da história. Entre 2012 e 2013, a indústria automobilística atingiu 3,8 milhões de emplacamentos. Então veio a neces-

sidade, e caímos para cerca de 2 milhões de unidades em 2016. Tivemos 3,8 milhões de unidades vendidas em 2019, agora estamos prevendo 4,7 milhão. Assim, 2020 será em torno de 4% menor quando comparado ao ano passado. O Brasil tem 68% de capacidade ociosa no momento, com base na capacidade total instalada.

Com essa ociosidade, o sr. vê a necessidade de algum aporte do governo para que não haja risco ao emprego na indústria? Sabemos que a indústria caiu, que a pandemia ainda continua a ter impacto, mas, além disso, estamos vendo a moeda se desvalorizar. O câmbio está majorando os custos, já que importamos componentes. Precisamos reduzir as margens, e, com o excesso de capacidade, não é possível compensar isso no preço.

A indústria não consegue repassar todas essas altas, e vemos o aumento do endividamento familiar, que está em torno de 47%. É muito elevado, reduz o poder de compra.

Outro problema são os juros. Desde 2016, a Selic caiu de 14% para 2,5%. Já o emprestado foi feito antes do BC reduzir os juros para 2%. Mas, se você for pedir um financiamento, especialmente para carros, verá que pagava 26% e agora ainda paga 19%. A diferença entre a Selic de 2,5% e os 19% de empréstimo é enorme, não vejo nada parecido em nenhum outro lugar do mundo.

Tudo isso e os altos índices de desemprego geram redução na demanda de consumo e afetam a confiança do consumidor e da indústria.

E quanto ao apoio ao negócio? Tem desapontado. O BNDES precisa ajudar os investimentos na indústria, tem que ajudar. Há parte dessa razão de ser do seu propósito.

Veja o que está acontecendo com o setor automotivo no Brasil, com as grandes montadoras, como nós, e com a base de fornecedores. Estamos vendo um grande volume de dinheiro vindo das matrizes nos últimos três anos, o montante enviado variou de US\$ 11 bilhões a US\$ 14 bilhões cada ano, com remessa mínima na forma de dividendos.

Em 2020, acho que vai ser muito pior em termos de empréstimos. Isso não é sustentável ao longo do tempo. As empresas e os negócios precisam ser autossustentáveis e poder se financiar com taxas aceitáveis e competitivas.

Mas como estão essas negociações com o BNDES quanto à ajuda às montadoras? Há muitas discussões, mas, até agora, não vi um grande progresso. Não foram disponibilizados fundos. Não estou encorajado, mas espero ser surpreendido. Há negociações com relação ao segundo semestre, mas eu sinto que há uma oportunidade aqui de começar a impulsionar a indústria, o PIB. Há ações que podemos tomar, mas vão exigir mais esforço do tenho visto.

O que pode ser feito? O governo tem de seguir em frente com as reformas que começou, vai ajudar a fomentar o investimento. Mas, ao mesmo tempo, ele não deve aumentar o peso dos impostos.



Lyle Watters, 55 presidente da Ford América do Sul desde agosto de 2016 e do Grupo de Mercados Internacionais da montadora desde maio de 2020. Irlandês, cursou administração na Queens University, em Belfast. Está na empresa desde 1987.

O sistema é complexo e ineficiente hoje, leva a muitos litígios. E, quanto mais simplificado é esse sistema, menos se gasta para administrá-lo.

A segunda coisa, baseada na minha experiência e no que vi em outros lugares, é um programa de renovação de frota. Ele traz duas coisas: movimento a economia e a indústria e tira os veículos velhos das ruas, substituindo por modelos novos, mais limpos. É um impacto duplamente positivo.

Espera-se pela conclusão da venda da fábrica de São Bernardo do Campo para a São José. Em que se está essa inversa? As negociações estão avançando de acordo com o plano. Entramos no período de 90 dias, a São José está no meio dessa diligência conjunta, que deve ser concluída no fim de setembro. Esperamos finalizar o contrato nesse ponto.

Pensamos também em como fazer o máximo pelas pessoas de São Bernardo. Envolveremos a liderança do sindicato e a futura dona das instalações. Pedimos à construtora que considere o aproveitamento dos empregados, estamos progredindo nessa discussão. O que sei é que a força de trabalho de São Bernardo é fantástica e qualquer empregador estaria correndo de concretar esses funcionários.

No primeiro semestre, Hyundai e a Renault ultrapassaram a Ford em vendas. Isso incomoda? Todo o mundo adora participação alta de mercado, mas o que realmente importa é ter um negócio saudável e viável, que possa gerar retorno ao longo do tempo. Saímos do negócio de caminhões e encerramos a produção do Focus na Argentina e do Fiesta em São Bernardo. Tenho tido um olhar apurado para os produtos que os consumidores realmente querem.

Outra coisa que decidimos neste ano é sair do negócio de vendas para grandes frotistas, que eu descreveria como não saudável para as finanças. O

que isso traz na minha mente é que várias empresas não tiveram sucesso em ser número 1 ou a número 2 em vendas.

Então essa perda de posições seria parte de uma decisão consciente? No segundo trimestre no Brasil, realmente perdemos participação devido a decisões conscientes. Gâmos de 8,2% para 6,7%. Trocamos uma queda de 16% a 17% em volume no total por causa da pandemia, mas reduzimos as perdas na região, melhoramos nossa rentabilidade.

Tomamos decisões duras para reestruturar, para tornar nossas operações mais eficientes, focando realmente o que o consumidor quer. A participação de mercado não é o plano. Entramos no período de 90 dias, a São José está no meio dessa diligência conjunta, que deve ser concluída no fim de setembro. Esperamos finalizar o contrato nesse ponto.

Nessa fase de reestruturação, a Ford está focada em utilitários esportivos — o Territory é o lançamento mais recente. O que mais podemos esperar? Temos novidades aproveitando nossa força em picapes e SUVs, mas não posso revelar ainda. Outra área que traz oportunidades para a Ford na região é o segmento de veículos comerciais.

E adoraríamos trazer o elétrico Mustang Mach-E para cá.

Apicape Ranger, produzida na Argentina, registra boas vendas no Brasil. Mas como está a fábrica do país vizinho? Há previsão de investimento para novos produtos? A indústria argentina tem sofrido um terremoto nos últimos anos, o país está passando por uma reestruturação e tomou medidas que devem levar a uma melhora. As dificuldades de logística também o Brasil em termos de exportação.

Mas a Ford está indo realmente muito bem no Argentina. No segundo trimestre, tivemos participação de mercado de cerca de 10%. Obviamente, a instalação fabril está sendo subutilizada.

Advertisement for Vivo Telecom. Includes logo, contact info, and promotional text about services and offers.

Advertisement for Banco Fica S.A. Includes logo, contact info, and details about financial services and investments.

Advertisement for Câmara Municipal de São Paulo. Includes logo, contact info, and information about municipal council sessions and public administration.



A situação dramática das finanças estaduais

Socorro ao Rio é imperativo na emergência, mas não dá mais para conviver com indulgência e improviso

Está no topo da agenda do governador interino Cláudio Castro a renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para o Estado do Rio, cujo prazo expira no próximo sábado. Na emergência da pandemia, não há saída senão a renovação. Mas o problema não terá solução sem que o Brasil todo — inclusive o Rio — encare com a devida atenção a situação dramática das contas de estados e municípios.

O auxílio a governos estaduais deveria ser exceção. Mas a permissividade virou regra a partir de 2014, com mudanças sucessivas na legislação fiscal. Mesmo antes, entre 2008 e 2014, foram aprovados R\$ 180 bilhões em novas dívidas estaduais, 50% de aumento. Tanto o Congresso quanto o Supremo têm adotado posturas lenientes em relação às finanças federativas.

Não é exagero dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vem sendo desmontada aos poucos, com o reiterado socorro financeiro da União aos estados. Em contrapartida, apesar dos repetidos empréstimos extraordinários, nenhuma das 27 unidades socorridas no último quinquênio alcançou equilíbrio de caixa. Dezesete encerraram o primeiro semestre em situação de progressiva asfixia financeira, segundo o último boletim do Tesouro.

É verdade que houve melhora nos últimos dois anos. Em 2019, as necessidades estaduais foram 71% menores que no ano anterior. Mas o problema central permanece: os fluxos de receitas e despesas são incompatíveis com o equilíbrio das contas públicas. A instabilidade financeira se tornou crônica. Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são casos mais graves, porque padecem tanto de dívida alta como de uma liquidez precária. No Rio, a receita fica em geral um terço abaixo do total de despesas. Em 2021, tudo indica que o governo estadual disporá de apenas um real em caixa para cada três reais a pagar.

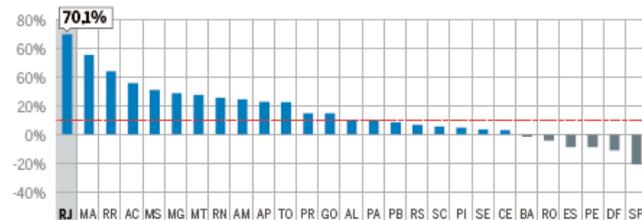
A falta de dinheiro tem consequências trágicas. Antes de aderir ao RRF, em

RIO DE DÍVIDAS

Apesar do Regime de Recuperação Fiscal, a situação do estado não melhorou

O Rio tem o maior endividamento sobre receita... **286%** > ... e o maior crescimento do gasto com pessoal em dez anos **70,1%**

Crescimento real da despesa bruta com pessoal entre 2011 e 2019, em %



Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais/2020

Editoria de Arte

não havia mais como pagar horas extras. Sem manutenção, havia mais viaturas paradas do que rodando. Faltava dinheiro para combustível — e os indicadores de violência explodiram.

O Rio não soube, porém, aproveitar os três anos de fôlego no pagamento das dívidas para recobrar a saúde financeira. Não antecipou concessões de gás nem licitações de ônibus. Só agora marcou a privatização da Cedae, entregue à União como garantia de empréstimos. A reforma na Previdência estadual, mesmo aprovada, não entrou em vigor. De acordo com o Tesouro, ficaram abaixo da meta a revisão de incentivos fiscais, a modernização da Fazenda e a reestruturação administrativa.

O descompasso entre necessidade e realidade não é privilégio do Rio. Em quase todos os estados, as despesas avançam em velocidade bem superior às receitas. Entre 2004 e 2018, os gastos dos estados cresceram 13% acima do Produto Interno Bruto, enquanto as receitas subiram apenas 5%, revela estudo recente do economista Marcos Mendes, do Insper. Apenas Espírito Santo e Rondônia receberam nota máxima na última avaliação do Tesouro sobre capacidade de pagamento.

Para 20 estados, a folha de pessoal é o

motor do crescimento é a folha de inativos. Em 2016, o custo previdenciário representava 14% das receitas estaduais. Chegou a 16% em 2019 (35% para o Rio). O problema tende a se agravar pela fragilidade das regras previdenciárias. “Se os problemas estruturais que originam o desequilíbrio entre receitas e despesas não forem resolvidos, crises fiscais serão recorrentes”, diz Mendes.

Reduzidos há tempos ao papel de gerentes de déficits, governantes estaduais passaram a recorrer a sucessivas renegociações de dívidas com a União. Obtêm apoio no Congresso, cujos integrantes dependem dos votos regionais, e respaldo do Judiciário, que decide a favor dos estados em nove de cada dez processos. Com a indulgência das regras complementares à LRF introduzidas a partir de 2014, voltou-se ao antigo vício: o governador empurra o custo da expansão dos gastos ao sucessor.

Prevalece o improviso sobre soluções estruturais, que cabem ao Congresso. Entre elas, a desvinculação de receitas para dar mais autonomia aos gestores locais, a reforma tributária para acabar com a guerra fiscal, a possibilidade de reduzir a folha do funcionalismo e as reformas previdenciárias. Mendes sugere ainda, para emergênci-

setembro de 2017, a insolvência afetava de forma severa a administração fluminense. Atrasos nos salários levavam servidores às filas para receber cestas básicas em mutirões de solidariedade. Praticamente todas as obras pararam. Universidades interromperam atividades.

Nos hospitais, cirurgias foram canceladas. Prontos-socorros fecharam as portas. Sem receber, empresas de limpeza abandonaram as unidades de saúde, e garis da Comlurb precisaram assumir o serviço. Em plena pandemia, tais efeitos seriam ainda mais catastróficos. O impacto na segurança também foi brutal. Milhares de policiais foram retirados das ruas, porque

fator preponderante no aumento de gastos. Em uma década, saltou de 50% para 63% da receita. Entre 2011 e 2019, a média de crescimento das despesas com pessoal nos estados foi 11% superior à inflação. O recorde cabe ao Rio: mais de 70%. O Rio também foi, em 2019, o estado com maior relação entre dívida e receita: 286% (13% acima de 2018). Com 65% do que arrecada consumidos pelo funcionalismo, é um dos nove estados que rompem o limite de 60% estipulado na LRF.

Em mais da metade das unidades federativas, cada brasileiro gasta mais de R\$ 2.456 ao ano com o funcionalismo local (no Rio, são quase R\$ 2.700). O

as, a criação de um fundo de socorro, turbinado com receitas do petróleo. O próprio RRF precisa ser aperfeiçoado para distribuir entre os credores o ônus do ajuste, hoje concentrado na União.

É imperativo renovar o RRF para o Rio durante a emergência, mas é preciso ter clareza sobre os riscos no horizonte. O descontrolo das finanças estaduais ameaça o equilíbrio fiscal e todo o esforço em décadas de luta contra a inflação. O Brasil chegou ao limite com a sequência de socorros financeiros bilionários na última década. Os três poderes precisam encarar a questão com seriedade para evitar as eternas soluções na base do improvisado.



ARTIGO

Benefícios do teto de gastos e da recuperação fiscal

MARCUS ABRAHAM



O Estado nasce das necessidades humanas, já dizia Platão. Nessa lógica enunciada há quase 2.500 anos, o aparato estatal não pode ter um fim em si mesmo, uma vez que existe para garantir a ordem social, o desenvolvimento da coletividade e a dignidade das pessoas. Portanto, as decisões dos governantes, ainda que tenham natureza política, devem ser tomadas em função do cidadão e em conformidade com a Constituição, e para nenhum outro interesse diverso.

Em maio deste ano, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou 20 anos. Nesse período, a LRF nos brindou com efeitos positivos na gestão do Erário, impondo uma cultura de gestão fiscal responsável. Todavia a sua não observância plena ensejou a elevação do déficit público e do endividamento nos últimos cinco anos.

Para corrigir isso, estabeleceu-se o Regi-

me do Teto de Gastos, pela Emenda Constitucional nº 96/2016, e o Regime de Recuperação Fiscal, por meio da Lei Complementar nº 159/2017. Ambos complementam e fortalecem a LRF, na busca pela justiça fiscal e social.

Esses dois institutos foram grandes conquistas fiscais e não podem sofrer retrocessos. Do contrário, prejudica-se o cidadão, pois o déficit fiscal gera endividamento público, que drena recursos de gastos fundamentais, como a educação, a saúde e a segurança, para o pagamento de juros e amortização da dívida. Quem ganha são os investidores financeiros. Quem perde são os brasileiros.

Pelo teto de gastos se estabeleceu que, por 20 anos, haverá um limite para a despesa primária total, corrigida anualmente apenas pela inflação (IPCA). Objetiva-se reduzir as despesas e retomar o crescimento econômico sustentável. Burlar essa regra ensejará violação à Constituição, descrédito perante os agentes econômicos e o abalo deste importante pilar de solvência do país.

Ou tornamos os gastos mais eficientes, ou teremos que aumentar os tributos.

Já o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) criou instrumentos financeiros para que os estados pudessem superar o grave desequilíbrio fiscal.

Embora os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás já tenham solicitado seu ingresso no

A prorrogação do RRF aos estados, como agora pleiteado pelo Rio, é, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma necessidade

regime, ainda se encontram em processo de adesão. O Estado do Rio de Janeiro foi o único que ingressou no RRF, nele mantendo-se ao longo de três anos, prazo em vias de prorrogação, tal como

admite expressamente a LC nº 159/2017, sem impor qualquer condicionante.

A prorrogação do RRF aos estados, como agora pleiteado pelo Rio de Janeiro, é, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma necessidade. Não apenas a lei permite a prorrogação, como torna-se imperiosa a ne-

cessidade de renovação do regime por mais um triênio para que o estado colha os frutos do ajuste nas suas contas.

No caso do Rio, o objetivo do programa do RRF ainda não foi plenamente alcançado, e sua prematura exclusão levaria o estado ao colapso fiscal. O maior prejudicado? O próprio cidadão fluminense, sobretudo em meio à pandemia da Covid-19.

A bem lançada decisão liminar do ministro do TCU Bruno Dantas, no sentido da prorrogação do RRF, minimiza essa insegurança.

A cultura de responsabilidade fiscal é um imperativo que deve ser perseguido continuamente, tratando-se de instrumento republicano de mudança social, de ordem e de progresso. Contudo, assim como "Roma não foi construída em um único dia", também a superação das dificuldades fiscais demandará tempo e comprometimento da sociedade e, sobretudo, dos governantes.



Marcus Abraham é desembargador federal no TRF-2 e professor de Direito Financeiro da Uerj



ORÇAMENTO FEDERAL 2021

RECUO OFICIAL

Planalto desiste de transferir mais recursos à Defesa e mantém prioridade da Educação

MANOEL VENTURA
E MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo Jair Bolsonaro desistiu da ideia de garantir mais recursos para a Defesa do que para a Educação no próximo ano. De acordo com a proposta orçamentária de 2021, encaminhada ontem ao Congresso Nacional, a pasta do ministro Milton Ribeiro receberá R\$ 114,9 bilhões, valor superior ao destinado ao ministério comandado por Fernando Azevêdo e Silva, que terá à sua disposição um volume de R\$ 110,7 bilhões.

O recuo por parte do Palácio do Planalto aconteceu depois da repercussão negativa da divulgação de documentos internos do Ministério da Economia, que previam um volume de recursos maior para os gastos militares do que as despesas previstas para a Educação.

O movimento inicial do Planalto gerou críticas de educadores e de integrantes do Congresso. Parlamentares avisaram que não aceitarão a proposta. Para contornar o problema, o governo aumentou a previsão de recursos para a Educação e manteve os gastos previstos para as Forças Armadas.

Na comparação com o projeto orçamentário de 2020, os recursos destinados à Educação tiveram alta de 2,16%. Na Defesa, esse aumento foi de 4,83%.

Para garantir a elevação das despesas dos militares, o

DIVISÃO DO BOLO

Saúde será a pasta com mais recursos em 2021

ORÇAMENTO POR MINISTÉRIO (EM R\$ MILHÕES) - PRIMÁRIAS

MINISTÉRIO	2020	2021	DIFERENÇA PERCENTUAL
• Advocacia-Geral da União	3.643	3.678,90	0,99%
• Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.182	15.437,30	8,85
• Cidadania	94.689	104.181,80	10,03%
• Ciência, Tecnologia, Inovações	7.043	5.271,40	-25,15%
• Comunicações	564	2.706,50	379,88%
• Controladoria-Geral da União	1.030	1.016,70	-1,27%
• Defesa	115.684	110.784,20	-4,83%
• Desenvolvimento Regional	9.504	8.917,20	-6,17%
• Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	294	289,4	-1,43%
• Economia	872.544	899.365,60	3,07%
• Educação	112.491	114.917,10	2,16%
• Infraestrutura	12.704	12.898,00	1,51%
• Justiça	14.840	15.400,50	3,78%
• Meio Ambiente	2.258	2.151,30	-4,74%
• Minas e Energia	3.883	8.001,70	106,09%
• Presidência da República	4.396	1.622,70	-63,09%
• Relações Exteriores	3.543	4.075,70	15,05%
• Saúde	132.847	135.071,90	1,67%
• Turismo	1.245	1.234,50	-0,93%
• Vice-presidência	17	15,8	-7,06%

Fonte: Ministério da Economia

Educação não inclui a complementação da União para o Fundeb (fundo da educação básica). O fundo receberá no ano que vem um volume extra de R\$ 19,6 bilhões.

Se forem levadas em consideração apenas as despesas não obrigatórias — aquilo que o governo pode gastar, efetivamente, como achar melhor — o orçamento da Defesa ganhou R\$ 1,6 bilhão a mais do que tinha em 2020, garantindo um total de R\$ 11,7 bilhões. Na

OPINIÃO DO GLOBO SOBROU O TETO

A PROPOSTA de Orçamento para 2021 assume que duas âncoras fiscais — a regra de ouro, que proíbe endividamento público para custeio da máquina; e as metas dos resultados primário e nominal — foram para o espaço. Resta o teto de gastos, que corrige o

total das despesas pela inflação.

O QUE aumenta bastante a importância dessa barreira, que muitos querem derrubar de qualquer forma, apesar da oposição declarada de Bolsonaro. Brincam com material cada vez mais explosivo.

GASTOS QUE PRECISAM DO AVAL DO CONGRESSO

DESPESA	VALOR (EM R\$ BI)
• Benefícios previdenciários	272,153
• Pessoal e encargos sociais	119,233
• Complementação ao Fundeb	14,391
• Desonerações (COMPENSAÇÕES)	1,852
• Bolsa Família	0,535
• Sentenças de Custeio e Capital	15,114
• Despesas discricionárias (O INVESTIMENTO E CUSTEIO)	210,25
• Outras	9,412
TOTAL	R\$ 453,7 bilhões

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Crescimento do PIB	Inflação (INPC)	Taxa Selic	Salário mínimo
3,20%	2,09%	2,13%	R\$ 1.067

Editoria do Arto

tem manteve o orçamento para a realização do Censo Demográfico em 2021. Estão previstos R\$ 2 bilhões para a pesquisa, que será realizada neste ano, mas foi adiada por causa da pandemia.

O governo chegou a cogitar a suspensão do levantamento para a Defesa, mas aí decaiu sendo descartada.

O orçamento total do Censo ficou em R\$ 2,3 bilhões, após um empenhamento que incluiu a redução do número

Ministério da Economia preparou a proposta orçamentária sabendo que descumprirá a chamada regra de ouro, que impede que a União se endivide para pagar despesas correntes, como salários.

Por causa do déficit nas contas públicas, essa regra vem sendo descumprida. Em 2020, o montante que dependia do aval de parlamentares foi de R\$ 343 bilhões. As despesas relacionadas à pandemia não se enquadraram na restrição, graças ao chamado

governo distribuiu cortes em outras áreas para garantir que tudo ficasse dentro do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação do ano anterior.

— Esse quadro de despesas totais mostra as prioridades do governo federal — explicou ontem o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, ao apresentar a proposta orçamentária, que considera um crescimento de 3,2% para a economia no ano que vem e um déficit de R\$ 237,3 bilhões para as contas do governo federal, estados e municípios.

A conta do orçamento da

Educação, o volume de recursos livres ficou R\$ 1,8 bilhão menor e somará R\$ 19,9 bilhões em 2021.

SEM RENDA BRASIL

O orçamento total da Saúde será de R\$ 135 bilhões, mantendo a posição de pasta com mais recursos da União. O volume previsto para o ano que vem está 1,67% acima do que foi orçado para 2020. Mas, na prática, será um recuo frente ao que o governo teve que autorizar ao longo dos últimos meses por conta da pandemia.

Até o momento, a Saúde já gastou R\$ 174,8 bilhões, cifra que inclui créditos extra-

ordinários, que não são considerados na hora de avaliar se as despesas estão dentro do limite imposto pela regra do teto de gastos.

O projeto não prevê recursos para o Renda Brasil, alvo de impasse entre a equipe econômica e o presidente. Diante da indefinição em relação ao novo benefício, o governo decidiu ampliar a previsão de despesas com o Bolsa Família para R\$ 34,8 bilhões, uma alta de quase 20% em relação ao inicialmente aprovados para 2020.

O reforço explica o aumento do orçamento do Mi-

nistério da Cidadania, responsável pelos pagamentos do benefício. Segundo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, a decisão ocorreu por causa da previsão de que a pandemia causará um aumento da demanda pela assistência social ao longo do próximo ano:

— Prevê-se um aumento das famílias que entram nos critérios de admissibilidade do programa. Na previsão do ano passado eram 13,2 milhões de famílias. Para 2021 estão previstos 15,2 milhões de famílias — explicou.

O texto apresentado on-

de perguntas. Parte desses recursos foi usada em etapas preparatórias da pesquisa, por isso a previsão para 2021 ficou em R\$ 2 bilhões.

NAS MÃOS DO CONGRESSO

No ano que vem, a execução de R\$ 453,7 bilhões de despesas previstas no Orçamento estará condicionada a uma autorização especial do Legislativo para que a União se divida para pagar obrigações como salários, aposentadorias e parte do custeio da máquina pública. Isso equivale a 29,9% do total de gastos previstos para o próximo ano.

Isso será necessário porque, pelo terceiro ano seguido, o

Orçamento de Guerra.

O governo ainda prevê investir R\$ 28,665 bilhões em 2021, 56% a mais que o previsto para 2020. Esse aumento vai reduzir o volume de recursos livres nas mãos do governo federal. Na prática, o Orçamento segue extremamente engessado: as despesas obrigatórias representam 94% do total.

O governo reservou R\$ 4 bilhões para a capitalização das estatais, recursos que serão usados para criar uma nova empresa, necessária para privatizar a Eletrobras.

As despesas totais serão de R\$ 1,516 trilhão. A receita líquida, de R\$ 1,283,2 trilhão.

Salário mínimo fica sem aumento real pelo segundo ano consecutivo

BRASIL

Pelo segundo ano seguido, o salário mínimo não deve ter aumento real, ou seja, acima da inflação.

A proposta orçamentária para 2021, encaminhada ontem ao Congresso pelo governo, prevê que o piso salarial do país fique em R\$ 1.067 no próximo ano, alta de 2,09% em relação ao va-

lor em vigor neste ano, suficiente apenas para repor a inflação medida pelo INPC.

O valor é menor que os R\$ 1.079 que chegaram a ser previstos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), encaminhado em abril. O motivo é a redução na projeção para a inflação.

Entre 2011 e 2018, vigorou no país uma política de reajuste do salário mínimo

que determinava que o piso fosse reajustado levando em consideração a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado dois anos antes — o que permitiu aumento real nesse período.

Essa regra, no entanto, deixou de valer em 2019 e não foi substituída por outra. Assim, o reajuste do ano passado e o previsto para o

ano que vem seguiram apenas o dispositivo constitucional que garante a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores — ou seja, exige a reposição da inflação registrada no ano anterior.

Como mostrou o GLOBO, a equipe econômica não pretende editar uma nova política salarial que garanta aumentos reais ao mínimo. A decisão tem relação com

as contas públicas do país, porque pagamentos de benefícios previdenciários e sociais são indexados ao salário mínimo. Segundo cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do piso, há um impacto de R\$ 355 milhões sobre os cofres da União.

— Nós não estamos trabalhando com aumento real. Se tiver algum aumento nesse sentido, como nós es-

tamos trabalhando no estrito atendimento ao teto de gastos, uma outra despesa primária vai ter que ser reduzida — disse ontem o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Hoje, o salário mínimo é de R\$ 1.045, valor definido no fim de janeiro. Inicialmente, o presidente Jair Bolsonaro editou medida provisória fixando o pisonacional em R\$ 1.039, considerando apenas a previsão de inflação. (Marcello Corrêa e Manoel Ventura)

O GLOBO

MÍRIAM
LEITÃO



pedra nos buracos da infraestrutura
em vez de pagar juros
Com Afonso Gribel (E) e São Paulo



O impossível nó do gasto público

O Brasil não está cumprindo a regra de ouro e o teto de gastos não entregou o que prometeu. No ano que vem será necessário pedir um crédito extraordinário de quase meio trilhão de reais para fingir que se cumpre a regra de ouro. Mesmo se não houvesse a pandemia, o problema existiria. O Brasil está há seis anos com déficit primário e só deverá voltar ao azul em 2027, no governo do sucessor do próximo presidente. É perigoso manter o rombo por tanto tempo. Erros do passado e incapacidade no presente nos mantêm nesse atoleiro.

Pela regra de ouro só se pode endividar para investimento ou amortização da dívida. Não

pode ser para pagar de despesas de custeio, e nisso entram os juros. Só que o Tesouro terá um custo alto no ano que vem com vencimento de papéis antigos. No começo do segundo governo Dilma, a taxa de juros dis parou e foi a 14,25%. Naquela época, o Tesouro vendeu muita LFT, corrigida pela Selic, e por prazo de seis anos. Esses papéis estão vencendo em 2021, e terão que ser pagos. Agora, com os juros baixos, o Tesouro só consegue vender títulos de seis meses. Essa é uma das várias confusões do orçamento.

O teto de gastos foi apresentado com a promessa de reduzir a despesa lentamente. Ele foi aprovado em 2016. O Brasil reduziria a despesa primária em meio ponto percentual a cada ano, segundo as projeções. Em dez anos essa queda seria de 5 pontos percentuais do PIB. Então, teoricamente, se saísse de 2,5% do PIB de déficit em 2016 para um superávit de 2,5% em 2026. Só que não. Em 2016, quando o teto foi aprovado, a despesa era de 19,9% do PIB. Para o ano que vem, ela está projetada em 19,8% do PIB. E isso se o país crescer em 2021 os 3,2% que o governo está prevendo. O que deu errado? O país perdeu receita tributária. Exatos dois pontos percentuais do PIB. Primeiro, porque cresceu pouco, e depois veio novo tombo. No ano do teto, o déficit foi 2,6% do PIB, no ano que vem deve ser de 3% do PIB. Economistas dizem que

sem o teto teria sido pior.

O Orçamento de 2021 traz alguns mistérios. Não tem dinheiro para o Renda Brasil, nem para o programa Pró-Brasil. Há apenas um aumento da verba do Bolsa Família. Insuficiente para o novo programa. Para os ministérios de Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas há redução de verbas. Imagine que o presidente Bolsonaro mude de ideia e

Regra de ouro não é cumprida, o Orçamento não tem dinheiro para os políbios do presidente

deixe o ministro Paulo Guedes fazer o que ele havia planejado, acabar com o abono salarial e levar o dinheiro para o novo programa. Mesmo assim não resolveria. O dinheiro do abono do ano que vem já é devido a quem está trabalhando no mercado formal em 2020. O fato gerador ocorre este ano. Além disso, o Orçamento foi feito com o pressuposto de que será mantido o veto à desoneração dos setores que mais empregam. Se o Congresso derrubar o veto, abre-se um novo buraco de R\$ 5 bilhões.

Apesar de não ter dinheiro para nada, o governo gastará R\$ 4 bilhões capitalizando estatais. É que para vender a Eletrobras precisará transformar a Eletro nuclear numa empresa 100% do Tesouro. E depois o plano é ela se

endividar com garantia do governo. Esse buraco sem fundo tem nome: é Angva 3. Tem uma dívida de R\$ 8 bilhões e não construiu nem metade da usina. Terá que gastar, segundo cálculo de um especialista, mais R\$ 36 bilhões. E se a opção for desistir dela, terá que reconhecer um prejuízo de R\$ 10 bi.

Por onde se olhe nos gastos públicos só há problemas. Ai o Ministério da Economia faz uma proposta que parece simples: quebre-se o piso. O secretário Waldery Rodrigues explicou que R\$ 700 bilhões são despesas indexadas por índice de inflação, por salário mínimo ou pela receita corrente líquida. O que ele quer dizer com isso? Que educação e saúde não seriam corrigidos, que os benefícios previdenciários ficariam congelados. Se houver também a desvinculação seria obrigatório fazer várias mudanças na Constituição.

E se o governo conseguir criar um novo imposto? Mesmo se a receita crescer por causa de um novo tributo, não resolve, porque o teto só permite que as despesas cresçam pelo índice da inflação em 12 meses até junho. Foi de 2,1%. Para sair desse beco sem saída, era preciso ter um governo unido, com uma proposta clara, e base sólida no Congresso. Não se tem nada disso. O governo tem apenas um presidente correndo atrás da reeleição.



Bolsonaro anunciará auxílio em reunião com líderes

Expectativa é que presidente confirme pagamento até o fim do ano de parcelas de R\$ 300, durante encontro com parlamentares no Palácio do Planalto. Justiça faz acordo com Dataprev para agilizar ações sobre benefício

GERALDA DOCA, GUSTAVO MAIA
E CAROLINA SRÁGIDO
@gustavo_maiasr
BRASILIA

O presidente Jair Bolsonaro vai bater o martelo sobre o novo valor do auxílio emergencial hoje, durante um café da manhã no Palácio da Alvorada, com líderes dos partidos da base do governo na Câmara dos Deputados e no Senado.

Bolsonaro já se comprometeu a manter o pagamento do benefício até dezembro, mas em valor inferior aos R\$ 600 iniciais. Auxílios da equipe econômica defendem mais quatro parcelas de R\$ 300.

Já o Renda Brasil, programa social do presidente que deve substituir o Bolsa Família, ainda não está pronto e dependerá da aprovação, pelo Congresso, de medidas de corte de gastos públicos. O

projeto será detalhado e enviado ao Legislativo posteriormente, segundo fontes do governo.

A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, era lançar logo a primeira fase do programa, em vez de simplesmente prorrogar o auxílio emergencial até o fim deste ano. Mas o Renda Brasil ainda não está definido e vai depender de intervenções legislativas para acontecer, explicou um técnico.

SEGUNDA PRORROGAÇÃO

O auxílio emergencial foi criado em abril por lei de iniciativa do Congresso, com valor de R\$ 600, para ser pago inicialmente por três meses a informais, microempresários e desempregados e beneficiários do Bolsa Família. Mas diante de incertezas e demora da retomada da atividade econômica,



Crise: Pagamento das primeiras parcelas do auxílio gerou filas nas agências

o governo ampliou o pagamento por mais dois meses também com valor de R\$ 600. Agora, fará outra prorrogação.

Ontem, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmou acordo com o Ministério da Cidadania e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) para dar mais rapidez ao julgamento de processos

sobre o auxílio emergencial. Ficou estabelecido que a Dataprev vai disponibilizar para os juízes o acesso ao sistema de consulta detalhada dos pedidos de benefício. Em contrapartida, o CNJ fornecerá ao órgão da Previdência informações dos autores das ações judiciais, para serem feitos cruzamentos com as bases de dados do concessão do auxílio.

MAIORIA DOS PROCESSOS

Segundo o ministro Dias Toffoli, que preside o CNJ e o Supremo Tribunal Federal (STF), os processos sobre auxílio emergencial são maioria entre as ações judiciais relativas ao coronavírus. Como o requerimento do benefício pode ser negado pelo governo, muitos insatisfeitos recorreram à Justiça. Esses processos são contabilizados pelo Comitê de Crise, criado no

CNJ para monitorar ações sobre a pandemia.

— Por meio da parceria ora firmada, pretende-se conferir mais celeridade e eficiência à atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem o pedido de concessão de auxílio emergencial — disse Toffoli no evento de assinatura do acordo.

Segundo o ministro, com os dados dos pedidos do auxílio, os juízes vão conhecer os motivos do indeferimento. E os tribunais poderão padronizar as informações que subsidiarão as decisões judiciais.

— A solução em referência, propulsora de celeridade na tramitação processual, é de relevância ímpar para a concretização do mínimo existencial de inúmeros brasileiros, que, neste momento, dependem do auxílio emergencial para atender suas necessidades básicas — afirmou.

Veto da desoneração da folha só deve ser votado no dia 9

A votação do veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de 17 setores intensivos em mão de obra somente deverá ocorrer no próximo dia 9. O assunto foi incluído na lista que seria analisada pelo Congresso amanhã, mas segundo o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, o Executivo pediu mais tempo para

tentar construir um acordo com os parlamentares.

— A sessão do Congresso foi adiada. O governo quer buscar um acordo com o Congresso, fazer ajustes — disse Gomes.

A desoneração da folha está prevista para acabar no fim do ano. Durante a tramitação da medida provisória (MP) 936, que trata de acordos de redução de jornada e salário ou suspensão temporária do contra-

to de trabalho, a prorrogação da medida foi incluída por parlamentares no texto como uma forma de preservar empregos em um cenário de recessão. A desoneração da folha não significa que a empresa deixa de pagar impostos, apenas adota um outro modelo de pagamento.

A prorrogação tinha sido acordada com o governo, mas o trecho foi vetado pelo presidente. A previsão é que outro veto, que trata do marco regulatório do saneamento, seja votado dia 9. Ele impede concessões de renovação por 30 anos contratos de prestação de serviço. (Geralda Docca)

Veículo: Estadão	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



A reforma tributária e a crise

No curto prazo nenhum setor da economia será prejudicado pela aprovação da PEC 45

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

01 de setembro de 2020 | 04h00

Uma preocupação que surgiu no debate sobre a **reforma tributária** diz respeito a seus efeitos sobre as empresas, num momento em que vários setores da economia vêm sendo afetados pela crise do **coronavírus**. Como a reforma tende a provocar uma redistribuição da carga de tributos, alguns setores prejudicados pela crise atual temem ter sua recuperação dificultada por um aumento da tributação.

Trata-se de uma preocupação pertinente, especialmente no caso de uma mudança que afetasse a distribuição setorial da carga tributária num período curto, na saída da crise. Este não é o caso, no entanto, da proposta de reforma tributária consolidada na PEC 45/2019, atualmente em tramitação na **Câmara dos Deputados**, que prevê a substituição de cinco tributos atuais –

PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Caso a PEC 45 seja aprovada neste ano ou no início de 2021, o IBS só começará a ser cobrado em 2023, em razão da necessidade de aprovação da legislação complementar e montagem da estrutura de administração do novo imposto (que será gerido conjuntamente pela **União**, pelos Estados e pelos municípios), inclusive dos sistemas informatizados necessários para a sua operação. Adicionalmente, nos dois primeiros anos de operação o IBS será cobrado à alíquota de apenas 1%, sendo seu custo dedutível do valor devido de Cofins, não afetando, portanto, nenhum setor da economia. Ou seja, até 2024 a aprovação da PEC 45 não resultará em aumento da tributação de nenhuma empresa, e mesmo após esse período haverá uma transição em mais oito anos.

Isso não significa, no entanto, que a aprovação da PEC 45 não tenha impactos no curto prazo. Há, sim, um efeito positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos, que tende a se refletir numa queda dos juros de longo prazo, a qual pode ser muito importante para reativar a demanda na saída da crise. Esse efeito é consequência da perspectiva de melhoria da solvência do setor público decorrente do impacto da reforma tributária sobre o potencial de crescimento da economia no longo prazo.

Segundo estudo do economista Bráulio Borges, mantendo o teto dos gastos federais até 2036 (com uma pequena flexibilização em 2027), no cenário sem reforma a dívida pública chegaria a cerca de 100% do **PIB** no final do período. Já no cenário que considera a aprovação da PEC 45, supondo a mesma regra para os gastos, o maior crescimento da economia levaria a dívida pública a menos de 30% do

PIB em 2036. Tais cálculos demonstram que o aumento do potencial de crescimento resultante da reforma tributária pode ser determinante para a solvência do setor público, o que tende a ser antecipado pelos agentes econômicos, contribuindo para a saída da crise.

O aumento do potencial de crescimento também é essencial para entender o impacto da reforma tributária sobre os diversos setores da economia. Mesmo setores cuja tributação tende a crescer em termos relativos serão beneficiados pelo maior crescimento da renda. No caso dos serviços prestados a pessoas físicas, por exemplo, um cálculo simplificado sugere que, para cada 1% de aumento de renda das famílias, a demanda por esses serviços cresce cerca de 1,5%. Isso significa que, se a reforma tributária elevar a renda das famílias em 20 pontos percentuais em 15 anos – como indica o estudo citado acima –, a demanda por serviços pode crescer cerca de 30 pontos percentuais acima do que cresceria sem a reforma.

Em suma, no curto prazo nenhum setor da economia será prejudicado pela aprovação da PEC 45. Ao contrário, o efeito positivo da reforma sobre as expectativas e os juros de longo prazo tende a beneficiar todos os setores na saída da crise.

No longo prazo há, é verdade, mudanças na distribuição da carga tributária entre setores. Mas mesmo os setores cuja participação no total da tributação tende a crescer serão beneficiados pelo maior crescimento resultante da reforma tributária.

Poder Judiciário pressiona por aumento de despesas

A Justiça brasileira continua morosa e a situação é pior na fase de execução, em especial em questões fiscais

01/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados aprovou a criação de mais um tribunal federal regional, que será exclusivo para Minas Gerais, na semana passada, apenas um dia depois de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ter divulgado que as despesas do Poder Judiciário superaram os R\$ 100 bilhões pela primeira vez na história, em 2019. O levantamento é do relatório "Justiça em Números", elaborado anualmente pelo CNJ. Como comparação, o gasto foi um pouco inferior aos orçamentos da Educação e da Saúde, de R\$ 117 bilhões e R\$ 122,6 bilhões, respectivamente, para o ano passado.

Proposta do presidente do Superior Tribunal de Justiça, o ministro João Otávio Noronha, que está prestes a deixar o cargo, e da bancada de deputados de Minas Gerais, a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) foi criticada pelo impacto nos gastos do governo em momento de sérios constrangimentos fiscais, quando faltam recursos até para a continuidade do auxílio emergencial, que vem ajudando a população carente durante a pandemia.

Os defensores do novo tribunal federal argumentam que o pleito tem 10 anos e não vai aumentar despesas porque a sede já existe em Belo Horizonte e os cargos serão remanejados da 1ª Região, que atualmente cuida também de Minas Gerais. Difícil acreditar. Emenda apresentada para o projeto, determinando que os gastos de todos os tribunais no próximo ano sejam equivalentes aos valores deste ano, corrigidos apenas pela inflação, acabou rejeitada em votação simbólica. O projeto segue agora para o Senado.



Ads by Teads

Na sequência, confirmando as suspeitas de aumento de gastos, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que transforma cargos vagos de juiz federal substituto em cargos de juiz de tribunais regionais federais (TRFs), certamente com contracheques maiores e os incontáveis benefícios. A proposta foi aprovada por quase todos os partidos, com exceção do Novo, Psol e Cidadania, os mesmos que se posicionaram contra a criação do TRF-6 neste momento de pandemia.

Os dados do CNJ mostram que os gastos do Judiciário vêm superando a inflação. No ano passado, o aumento foi de 6,7% em comparação com as despesas de R\$ 93,7 bilhões de 2018, resultando em um aumento de 2,6% acima da inflação. Os números não incluem o Superior Tribunal Federal (STF). O crescimento foi puxado principalmente pelas despesas com pessoal (2,2% reais). Do total, nada menos do que 90,6% foi destinado ao pagamento de pessoal. O relatório do CNJ explica que os gastos com pessoal compreendem, além da remuneração com magistrados, servidores, inativos, terceirizados e estagiários, todos os demais auxílios e assistências, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, além da previdência. Apesar de serem apenas 4,1% do quadro de pessoal do Judiciário, juízes, desembargadores e ministros representam 10% de todo o gasto do Judiciário.

Com essa folha, o relatório Justiça em Números calcula que o Judiciário custa R\$ 479,16 para cada brasileiro. O número é superior ao registrado na média dos países da Comunidade Europeia, calculado pela Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (Cepej). Pela cotação atual do euro, ficaria ao redor de € 75 por brasileiro, quando a média dos países da Comunidade Europeia era de € 53,57 por habitante, em 2016, o mais recente disponível. Nessa base de comparação, o custo do

Judiciário brasileiro é exatamente igual ao do italiano, ligeiramente menor do que o espanhol (€ 79) e mais caro do que o francês (€ 65,88).

O Justiça em Números registrou, também, a maior queda de estoque de processos da série histórica contabilizada pelo CNJ, com início a partir de 2009. O Judiciário chegou, ao fim de 2019, com 77,1 milhões aguardando alguma solução definitiva. O número representa uma redução de 1,5 milhão de processos em trâmite, em relação a 2018. Foi o segundo ano consecutivo em que o relatório mostra uma queda.

Apesar disso tudo, a Justiça brasileira continua morosa e a situação é pior na fase de execução, em especial em questões fiscais. Os processos de execução fiscal representam 39% do total de casos pendentes e 70% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. O prazo médio de solução desses casos é de 6,5 anos. Já Justiça comum, a taxa de congestionamento é de 68,5%. Uma decisão em primeiro grau leva 2 anos e seis meses; já em segundo grau, 10 meses, ou 300 dias. A média total na Comunidade Europeia era de 192 dias, ou pouco mais de seis meses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade



Por Raphael Di Cunto

Raphael Di Cunto é jornalista formado pela Universidade Metro... [ver mais](#)

As convergências na reforma tributária

Urgência do projeto do governo deve embolar o debate

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A comissão de deputados e senadores para discutir a reforma tributária completou mais um mês e está chegando ao final da fase de audiências públicas, mas ainda persiste uma disputa de protagonismo sobre qual proposta prevalecerá como base. Briga que não é pequena: há 32 divergências e apenas 7 convergências entre o texto da Câmara e o do Senado.

O governo pode embolar ainda mais esse debate porque seu projeto de reforma só do PIS/Cofins tranca a pauta da Câmara a partir de segunda-feira e, com isso, impedirá a votação de outros projetos. Até agora, os parlamentares mais conversaram com o governo no sentido de retirar o requerimento de urgência da proposta do que a debateram de fato. Por isso mesmo, parte dos governistas defende bater pé sobre a urgência para forçar a discussão sobre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tal com sugere o governo.

Urgência do projeto do governo deve embolar o debate



A quantidade de divergências entre as propostas de emenda constitucional (PEC) 45, da Câmara, e 110, do Senado, foi levantada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) para valorizar sua versão do projeto, resgatada pelos senadores após ser preterida pela Câmara. Ela está, também, no horizonte do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que promete para o fim do mês o parecer para tentar unificar as intenções de deputados e de senadores.

O debate conjunto não acabou completamente com a briga por protagonismo no Legislativo, muito estimulada pela falta de iniciativa do governo Bolsonaro nessa reforma. Desacelerou, ainda, o ritmo de trabalho - se a comissão da Câmara fazia três audiências públicas por semana, a atual, com deputados e senadores, tem se reunido uma vez só e para ouvir praticamente os mesmos atores que já falaram, separadamente, no ano passado.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) deu o tom das insatisfações durante uma audiência pública na semana passada e reclamou que não basta ouvir que vivemos num manicômio tributário e a defesa da simplificação. Quis saber, afinal, qual será o tamanho da unificação da impostos: se os nove tributos da PEC 110 ou "só os cinco" da PEC 45 e qual a regra de transição.

Ribeiro, como sempre faz, evitou antecipar qualquer ponto e afirmou que essa decisão será tomada após ouvir os deputados e senadores. Essa fase começará em cerca de duas semanas, prazo que ele espera fechar o apoio de governadores e prefeitos à reforma, o que daria impulso ao projeto para vencer as resistências da parte dos empresários. A oneração ou não da cesta básica é uma das questões que dependerá dessas conversas, por exemplo.

Gesto político à parte, é o texto da PEC 45, que unifica ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que o relator mantém na cabeça como base para todas as negociações com empresários, economistas e o governo. A ideia é incrementá-la com propostas da PEC 110 para contemplar os senadores.

A cobrança de IPVA de aeronaves e embarcações motorizadas está no texto do Senado e deve ser incluída no parecer - o que atende também aos apelos da oposição por uma tributação mais “progressiva” (cobra-se mais de quem tem mais). É provável ainda a extinção das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a transferência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) dos Estados para os municípios.

O prazo de mudança de um sistema para o outro ainda não está definido, mas também será mais próximo da proposta do Senado (cinco anos de transição para o contribuinte) do que o texto original da Câmara (dez anos). O grande tempo de convívio entre o atual e o novo modelo é uma crítica justa à PEC 45 - e motivo de temor das empresas de que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) se torne, na verdade, um novo imposto e não uma fusão.

No imposto seletivo, que visa cobrar mais de produtos que geram “externalidades negativas”, haverá um meio termo. A PEC 45 deixa a definição para leis futuras. Os exemplos mais comuns são o cigarro e bebidas alcoólicas, mas uma redação tão aberta dá brecha para criar tributos sobre vários outros produtos - e com aprovação muito mais simples do que uma emenda à Constituição. Já a PEC 110 diz exatamente o que teria tributação extra: energia, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas e veículos. Aguinaldo seguirá essa linha, retirando alguns itens.

Por outro lado, uma divergência está sanada: a criação de fundos para equilibrar a arrecadação entre os entes federativos e estimular o desenvolvimento regional. Resta saber de onde virá o dinheiro. O governo errou ano passado ao propor dividir R\$ 400 bilhões do pré-sal com os Estados em troca de medidas de corte de gastos no Plano Mais Brasil. A não aprovação pelo Senado dá a oportunidade de corrigir o rumo e usar o dinheiro para viabilizar a reforma tributária, muito mais importante. A outra alternativa - pior - é elevar a alíquota geral do IBS, com impacto para todos.

A promessa é que o parecer se torne público no fim de setembro, no meio das campanhas para prefeitos e vereadores, quando os corredores do Congresso costumam ficar esvaziados, mesmo nos anos em que não há pandemia. É certo que haverá gritaria de empresários não contemplados. A possível votação pela Câmara em outubro ou início de novembro, reta final das eleições, é um cenário difícil de se imaginar e o mais provável é a análise no fim do ano. O Senado ficaria para 2021.

A aprovação não será fácil, mas há uma janela de oportunidade: o apoio de governadores e da maioria dos prefeitos à fusão de seus tributos com os federais e a economia em frangalhos por causa da covid-19.

É perceptível no Congresso a intenção real de fazer algo que possa colocar o país de novo na rota do crescimento - e, obviamente, colher os louros políticos em 2022 após uma eleição que levou à renovação recorde no Legislativo.

Outro ponto decisivo é que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer fazer da aprovação o seu legado após três mandatos. O negativo, nesse caso, é a desconfiança sobre o feito poder viabilizar sua reeleição atrapalhar o apoio dos partidos do Centrão.

Raphael Di Cunto é repórter de Política em Brasília. Andrea Jubé volta a escrever em setembro

E-mail: raphael.dicunto@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso) TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho 90MIN

De olho em 2022, Bolsonaro prorroga auxílio

Tendência é que ajuda tenha extensão até dezembro e seja substituída pelo Renda Brasil em seguida

Por Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

01/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

De olho na eleição de 2022, o presidente Jair Bolsonaro anuncia hoje a extensão do auxílio emergencial e o novo valor do benefício, que ajudou a impulsionar a sua popularidade em meio à crise econômica causada pelo coronavírus.

O anúncio será feito após reunião com líderes partidários no Palácio da Alvorada. Até o início da noite de ontem, fontes do Palácio do Planalto afirmavam que o valor ainda estava sendo discutido. Mas a tendência é que ficasse próxima dos R\$ 300 mensais, metade do valor atual. E a prorrogação deve ocorrer até dezembro.

Assim, o auxílio seria imediatamente substituído pelo Renda Brasil, programa que Bolsonaro quer deixar como marca social de seu governo e que se sobreporá ao Bolsa Família, criado na gestão Lula.

Ontem, Bolsonaro reuniu-se com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Cidadania) justamente para tratar dessa transição entre o auxílio emergencial e o Renda Brasil.

O programa social bolsonarista não foi incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado ontem por Bolsonaro ao Congresso Nacional, porque não se chegou a um acordo quanto ao valor do benefício.

A tendência é que ele replique a nova cifra prevista para o auxílio emergencial. Mas, segundo fontes do Palácio do Planalto, o maior foco de impasse não é o valor do Renda Brasil, mas de onde sairá o dinheiro para pagá-lo.

Por causa do teto de gastos, o governo não pode aumentar despesas em qualquer rubrica sem retirar de outra. Com isso, a tendência é que os atritos entre ministros de Bolsonaro se intensifiquem daqui para a frente devido à essa disputa pelo pouco dinheiro que sobra no Orçamento após o pagamento de despesas fixas.

Fontes com quem o **Valor** conversou veem sinais dessa disputa por verbas no gesto do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente), que na última sexta-feira chegou a anunciar a interrupção de operações de combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia por causa de cortes orçamentários.

Ele foi desautorizado pelo vice-presidente Hamilton Mourão e depois disse que, como as verbas haviam sido liberadas, as operações continuariam.

Dentro do Planalto, comenta-se que Salles estaria insatisfeito com o esvaziamento de sua pasta e o repasse de algumas atribuições - e, por consequência, verbas - do MMA para a Defesa ou a vice-presidência.

Foi o caso da a Operação Verde Brasil, que colocou os militares no front do combate às queimadas na região amazônica. E também do Conselho da Amazônia, que congrega 14 pastas e é comandado pelo vice-presidente.

A Defesa também foi alvo de insatisfação de diversas áreas, por causa de relatos de que Bolsonaro pretende aumentar o Orçamento da pasta no momento em que o cobertor é curto.

Causava mal-estar especialmente relatos sobre a intenção de Bolsonaro de destinar ao ministério comandado por Fernando Azevedo um valor maior do que o orçamento da Educação. Entretanto, o governo acabou desistindo dessa ideia.

Em 2021, o governo não terá à mão um "Orçamento de Guerra", como pôde fazer neste ano por causa da pandemia.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também já sinalizou ser contra a aprovação de qualquer texto que mexa no teto constitucional imposto aos gastos públicos durante o governo de Michel Temer.

No centro da disputa por verbas no Orçamento do ano que vem, também estão os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura). Marinho, sobretudo, está em atrito com Paulo Guedes, que o veria como um "fura-teto". O ministro do Desenvolvimento Regional rechaça esses comentários.

Marinho e Tarcísio querem dinheiro para gastar com obras. Contam com o entusiasmo do presidente com a agenda de inaugurações da qual ele participou na companhia de Marinho, sobretudo no Nordeste. Somadas ao auxílio, essas obras podem ajudá-lo a consolidar o crescente apoio ao seu governo na região, um tradicional reduto petista - e que pode ser crucial em sua reeleição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Uma escova perfeita começa com um bom secador. Compre aqui o melhor secador
GA.MA ITALY

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

Para evitar derrota, governo propõe mais 6 meses de desoneração em 2021

Planalto quer chegar na próxima sessão do Congresso com todos os acordos bem amarrados, para evitar surpresas

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

01/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Alcolumbre: presidente do Senado adiou novamente sessão do Congresso para aguardar a proposta do governo —
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado - 26/8/2020

Para evitar uma nova derrota no Congresso Nacional, o governo do presidente Jair Bolsonaro vai propor um acordo para estender a desoneração da folha de pagamentos a 17 setores da economia, que se encerraria no fim deste ano, por mais seis meses em 2021.

Se a costura vingar, o governo editará uma medida provisória (MP) aumentando o benefício aos setores atualmente contemplados. A ideia da equipe econômica é, no futuro, encontrar uma nova fórmula para que a desoneração atinja toda a economia, mas isso só ocorrerá se, no âmbito da reforma tributária, o governo receber aval para novas fontes de renda que compensem a renúncia de receita.

Após o governo federal sinalizar a possibilidade de uma extensão da desoneração da folha de pagamentos de salários, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) adiou a realização de sessão conjunta do Congresso para avaliação de vetos, que aconteceria amanhã, para o dia 9 de setembro.

Durante a tramitação da Medida Provisória 936, que permite a redução de jornada e de salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho, os parlamentares incluíram a prorrogação da desoneração em um ano, até 31 de dezembro de 2021.

Mas o presidente Bolsonaro vetou em julho, sob a justificativa de que “tais dispositivos acabavam por acarretar renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

A equipe econômica estimou que a medida representaria uma renúncia fiscal de R\$ 10,2 bilhões. A desoneração atual beneficia, entre outras, empresas do ramo de informática, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, “call center” e empresas de comunicação.

Tão logo o presidente divulgou o veto, parlamentares passaram a pressionar pela realização de uma sessão do Congresso para reverter a decisão de Bolsonaro. Entre eles, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Considerado um aliado do governo, Alcolumbre vem, desde então, trabalhando para aplacar as insatisfações dos parlamentares e ganhando tempo para que o governo proponha um acordo.

O adiamento da sessão do Congresso em uma semana também dará tempo para o governo trabalhar outros vetos com potencial de dano, como os 24 dispositivos do chamado pacote anticrime, outros 12 dispositivos da lei que amplia os beneficiários do auxílio emergencial e os vetos ao marco do saneamento básico.

Na semana passada, em reunião com partidos, o governo propôs a derrubada de 11 vetos do pacote anticrime em troca do apoio à manutenção de outros 13 dispositivos. Entre os itens que passariam a vigorar na lei, se houver entendimento, está a permissão para que o Ministério Público possa celebrar acordos para que não haja processo cível em ações de improbidade administrativa, quando o acusado ressarcir integralmente o dano causado à administração pública.

No caso do saneamento, o principal problema é com o veto ao artigo 16, que era a espinha dorsal do acordo feito por parlamentares, governadores e prefeitos, com aval do governo. O dispositivo permitia que as estatais de saneamento negociem com os municípios acordo para alterar seus contratos de programa e prorrogar o serviço por até 30 anos. Sem este ponto, os governos locais serão obrigados a realizar licitações para substituir esses contratos mesmo que investimentos estejam em andamento.

Com tantos temas controversos, o governo quer chegar na próxima sessão do Congresso com todos os acordos bem amarrados, para evitar surpresas como a derrubada no Senado, há duas semanas, de veto de Bolsonaro ao aumento de despesas com servidores cuja atividade esteja relacionada ao combate à pandemia.

O rombo bilionário que a medida causaria só não ocorreu porque a Câmara assumiu o ônus de manter o veto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Procuradora que chamou Bolsonaro de 'cara de bunda' é punida

VALOR INVESTE

Bolsonaro "segura" o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

VALOR INVESTE

Pagar e não usar custa caro

Proposta de mudança administrativa ganha destaque

Reforma administrativa não tem uma longa história de debate como a da Previdência, mas começa a ter mais espaço na agenda de discussões

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Depois de muita discussão, uma reforma da Previdência ampla foi aprovada em 2019. Hoje, as mudanças no sistema tributário é que estão na ordem do dia. A reforma administrativa, por sua vez, tem se tornado objeto mais frequente também do debate político, sendo considerada uma das principais alterações necessárias para transformar a atuação do Estado.

Para Fabio Giambiagi, “a reforma administrativa não tem uma longa história de debate como a reforma da Previdência”, mas começa a ter mais espaço na agenda pelo impacto do próprio teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento das despesas não financeiras da União. Depois da reforma da Previdência, que desacelerou, mas não interrompeu a expansão de gastos com aposentadorias, é preciso encontrar formas de redução de despesas com pessoal, de modo a não estrangular a expansão dos demais dispêndios, afirma Giambiagi, gerente de departamento de pesquisas econômicas do BNDES e um dos organizadores do livro “Reforma do Estado Brasileiro”.

O economista do BNDES Sergio Guimarães Ferreira, outro dos organizadores da obra, se diz pessimista com as perspectivas de curto prazo da reforma administrativa, num momento conturbado, em que as discussões ficam a reboque da pandemia.

Para ele, ainda assim o governo deveria apresentar a sua proposta ao Congresso, para que o tema seja debatido, mesmo que seja difícil aprovar o projeto agora. Ferreira diz que a reforma da Previdência que passou em 2019 também foi fruto das discussões de mudança do sistema de aposentadorias apresentada no governo de Michel Temer.

Na visão de Giambiagi, a aprovação da reforma do sistema de aposentadorias mostra que é possível avançar mesmo em pautas que estão de ser consensuais. “O debate decanta”, diz ele, para quem a proposta passou no Congresso por ter havido um “processo de maior abrangência de compreensão do tema”, com a discussão ao longo do tempo. No caso da administrativa, as discussões começam a ganhar fôlego no país, e o próprio livro se insere nesse cenário.

Ferreira diz que a reforma administrativa é fundamental, sem que isso diminua a relevância de outras várias medidas essenciais para transformar o Estado. “Do ponto de vista do funcionamento da máquina e de espaço fiscal, eu considero a administrativa a mais importante.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

Dívida líquida vai a 60% do PIB pela 1ª vez desde 2003

Piora ganhou força na pandemia e reflete déficits fiscais

Por **Estevão Tair** e **Alex Ribeiro** — De São Paulo

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



A dívida líquida do setor público superou a marca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) pela primeira vez em mais de 17 anos. Em julho, o indicador atingiu 60,2% do PIB, de acordo com os dados fiscais do setor público consolidado divulgados ontem pelo Banco Central (BC). A última vez em que a dívida pública havia superado esse patamar foi em março de 2003, quando ficou justamente em 60,2% do PIB.

“Não há mistérios para explicar a evolução da dívida líquida”, afirmou em entrevista coletiva o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacando o peso dos déficits fiscais recentes.

Endividamento

Dívida líquida do setor público - % do PIB



Fonte: Banco Central

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vem defendendo a adoção da dívida líquida como o mais importante termômetro da situação fiscal do país. O principal argumento dele é que a dívida bruta, analisada pela maior parte dos investidores, não leva em conta um volumoso ativo em mãos da autoridade monetária: as reservas internacionais.



Ads by Teads

Os dados mais recentes de agosto mostram que as reservas somavam US\$ 356,7 bilhões. Mesmo a posição cambial líquida, que desconta os swaps e é considerada pela cúpula do Banco Central um retrato mais fiel do volume de reservas, atingia US\$ 301,8 bilhões.

A dívida líquida já vinha subindo nos últimos anos, mas esse processo ganhou força em 2020 com a pandemia: houve alta de 4,5 pontos percentuais em relação aos 55,7% do PIB registrados em dezembro do ano passado.

De acordo com o BC, alguns fatores principais atuaram para impulsionar o indicador desde o início do ano, como déficit primário acumulado (responsável por alta de 6,7 pontos percentuais) e variação do PIB nominal (0,6 ponto). Em sentido contrário, atuou, por exemplo, a desvalorização cambial de quase 30% (redução de 4,4 pontos).

Em julho, de acordo com a autoridade monetária, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 81,1 bilhões. No mesmo mês do ano passado, o resultado havia ficado negativo em R\$ 2,8 bilhões. Os dados incluem governo central (formado por Previdência e Tesouro, além do próprio Banco Central), Estados, municípios e estatais. Ficam fora da conta Petrobras, Eletrobras e bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

“O amplo déficit de julho reflete uma combinação da queda abrupta das receitas em função da severa contração da atividade, além da suspensão e postergação de pagamento de impostos e de um aumento significativo nos gastos para mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia”, disse em relatório o diretor do

departamento de pesquisa econômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos. O resultado de julho veio também na sequência do maior rombo de toda a série histórica: R\$ 188,7 bilhões registrados em junho.

No acumulado de 12 meses, por sua vez, o déficit primário saiu de 0,85% do PIB em 2019 para 7,48% em julho (R\$ 537,1 bilhões). Entretanto, justamente devido à pandemia, foi decretado estado de calamidade pública, o que permite o descumprimento da meta de resultado primário neste ano (déficit de R\$ 118,9 bilhões).

Já a dívida bruta vem em trajetória semelhante à da líquida. Em julho, esse indicador atingiu 86,5% do PIB, contra 75,8% no fim do ano passado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador saíram da crise vendendo com esse app grátis
OLIST

Proposta orçamentária prevê fim da desoneração da folha

Se veto for derrubado e o benefício fiscal sobre pagamento de salários for mantido até o fim do ano, governo terá que cortar despesas

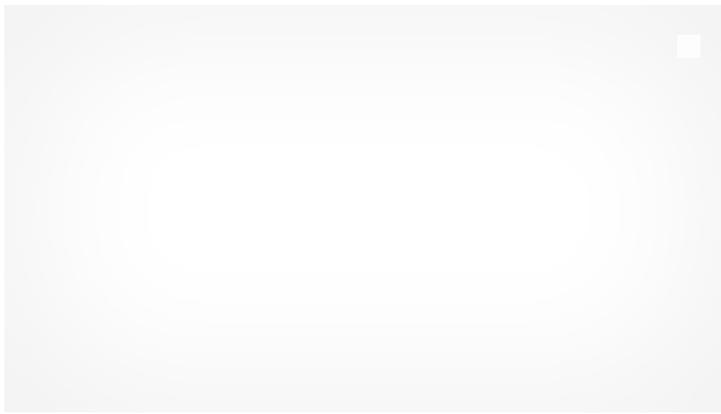
Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta orçamentária para 2021, apresentada ontem pelo governo, prevê o menor nível para as despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina administrativa) da série histórica. Elas cairão de R\$ 116,4 bilhões em 2019 para R\$ 96,05 bilhões. Para chegar a esse valor, o Ministério da Economia considerou o fim da desoneração da folha de 17 setores da economia, que ainda será avaliado pelo Congresso Nacional.

Com a provável derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro e a desoneração sendo estendida até dezembro do próximo ano, o governo terá que cortar outras despesas discricionárias para fechar suas contas. Se isso ocorrer, esses gastos ficarão abaixo de R\$ 90 bilhões, nível que coloca em risco a realização de serviços públicos, na avaliação de muitos analistas.

Embora seja um benefício tributário e, como tal, uma renúncia de receita, a desoneração da folha é também uma despesa do Tesouro Nacional, pois a legislação que a criou obrigou o governo a compensar a Previdência Social pela perda de arrecadação com a medida. Esta despesa foi incluída no teto de gastos. Assim, se ela acabar, o governo aumentará o espaço no teto para fazer outras despesas.



Ads by Teads

Foi isso que o Ministério da Economia fez. Ao elaborar a proposta orçamentária de 2021, partiu do pressuposto de que não haverá mais desoneração da folha a partir de janeiro do próximo ano. Com isso, cortou menos as despesas discricionárias, ou seja, aqueles gastos que pode reduzir, pois não existem impedimentos legais.

Neste ano, a despesa com a desoneração da folha está estimada pelo Ministério da Economia em R\$ 10,269 bilhões. Na proposta orçamentária para 2021, o governo colocou apenas R\$ 3,7 bilhões. Com a provável derrubada do veto, será necessário cortar mais R\$ 6,569 bilhões das despesas discricionárias (R\$ 10,269 bilhões menos R\$ 3,7 bilhões), pois ontem o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, avisou que “há zero de espaço a ser preenchido [no teto]”.

É preciso observar que as despesas discricionárias sujeitas ao teto de gastos em 2021 somam R\$ 92,05 bilhões, pois R\$ 4 bilhões se destinam à capitalização de Itaipu Binacional. A capitalização de estatais está fora do limite para as despesas. Assim, com o corte de R\$ 6,569 bilhões, as despesas discricionárias sujeitas ao teto cairão para menos de R\$ 86 bilhões.

Os dados orçamentários apresentados ontem indicam que o governo adotou uma postura extremamente conservadora para o comportamento da receita da União em 2021. A arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal, por exemplo, ficou em 12,7% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 13,2% registrados em 2019, antes da pandemia. Mesmo com a previsão do governo de crescimento de 3,2% para a economia no próximo ano.

A receita prevista também para as concessões foi estimada em apenas R\$ 5,2 bilhões, enquanto que a arrecadação com dividendos das estatais foi projetada em R\$ 9,7 bilhões, ante R\$ 20,8 bilhões em 2019. Como qualquer aumento da arrecadação implicará melhora do resultado fiscal, a projeção para o déficit primário de R\$ 233,6 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) parece exagerada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso) TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho 90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador saíram da crise vendendo com esse app grátis OLIST

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Procuradora que chamou Bolsonaro de 'cara de bunda' é punida

VALOR INVESTE

Proposta está longe de ser o texto que vai valer em 2021, dizem analistas

Premissa de que os gastos com a pandemia não vazarão para o próximo ano é considerada cada vez mais improvável

Por Hugo Passarelli e Marta Watanabe — De São Paulo

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta apresentada pelo governo federal para o Orçamento de 2021 é protocular e ainda está longe do que será o texto final que vai vigorar, dizem economistas ouvidos pelo **Valor**. O governo considerou a premissa de que os gastos com a pandemia não vazarão para o próximo ano, cenário considerado cada vez mais improvável, principalmente em razão das pressões para se discutir o Renda Brasil ou algum outro programa de expansão da atual rede de proteção social.

“Ainda existem algumas questões em aberto para o Orçamento do ano que vem, mais sobre como ficará o Renda Brasil [proposta do governo para ampliar o Bolsa Família] do que para os investimentos públicos”, afirma Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco. Segundo ele, esse será o principal debate do segundo semestre. “O Renda Brasil vai depender de como vão ser as propostas de compensação”, afirma ele, lembrando que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já sinalizou que não mexerá no abono salarial para abrir espaço fiscal para o benefício.

As despesas discricionárias, aquelas que podem ser livremente alocadas pelo governo, estão previstas em R\$ 96 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões para a capitalização de empresas estatais.

“Precisamos, de fato, ver o que vai ser possível executar desse Orçamento, como o governo vai colocar o Renda Brasil”, afirma Guilherme Tinoco, especialistas em contas públicas. Ele lembra que a redução das despesas discricionárias para R\$ 92 bilhões é um sinal de alerta. “Esse patamar está bem colado no limite do que a máquina pública precisa para funcionar”, disse, lembrando a estimativa de R\$ 90 bilhões do Instituto Fiscal Independente (IFI).

Como o governo tinha prazo até ontem para enviar a sua proposta de Orçamento ao Congresso e não havia nada pactuado, não teria como o Renda Brasil ou algum outro programa nesse sentido ser colocado, diz Fabio Klein, economista da consultoria Tendências. “Mas essa discussão não morreu porque não colocaram no Orçamento. Ela está ali num canto e está quente.”

Um dos grandes desafios que o governo tem, diz Klein, é de fazer com que uma despesa em 2020 de praticamente R\$ 2 trilhões caia para R\$ 1,516 trilhão no ano que vem. “O desafio é saber quanto dos gastos com a pandemia ultrapassará 2020 e contaminará o próximo ano. Talvez a discussão sobre o Renda Brasil seja o melhor exemplo disso”, avalia. “Há riscos bastante elevados de que algum Renda Brasil fique para 2021”, diz. “Será preciso achar um jeito de acomodar isso e o teto é um limitante.”

O ponto positivo é que a reforma previdenciária foi feita, diz Klein. Uma mudança importante, diz, embora não suficiente para garantir o cumprimento do teto de gastos caso haja os gastos com a pandemia contaminem o orçamento do próximo ano.

Com as restrições impostas pelo teto de gastos e o possível crescimento das despesas obrigatórias, o mercado passou a considerar nas últimas semanas o risco de o governo romper o limite de aumento de despesas para abrigar o programa social almejado por Bolsonaro. “Caso este cenário efetivamente se concretize, será necessário viabilizar o acionamento dos gatilhos previstos na regra do teto. Tal acionamento daria tempo para que o Executivo e o Congresso avancem com as reformas fiscais”, destaca, em relatório, a gestora Guide Investimentos, para quem a chance de furo do teto é “quase certa”.

“O projeto de lei deixa muitas dúvidas. Sabe-se também que, a cada dia, mais economistas e analistas comentam sobre as vicissitudes do teto de gastos”, afirma, em relatório, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

Klein, da Tendências, lembra que há cerca de três meses um cenário em que os gastos com a pandemia ficariam restritos para 2020, sem atravessar para o próximo ano, era considerado otimista, com 5% de probabilidade.

Também naquele período, o cenário-base era de que 10% da despesa adicional gerada com a pandemia neste ano vazaria para o ano que vem e um desfecho menos pessimista para isso dependeria, entre outros, de o governo conseguir cumprir o teto de gastos e manter a agenda de reformas, contemplando também as mudanças para controle de gastos, com possível acionamento futuro dos gatilhos previstos nas PECs Emergencial e do Pacto Federativo.

Novos cenários devem ser divulgados pela consultoria daqui a cerca de dez dias, segundo Klein. E agora, a discussão do Renda Brasil, que era algo mais simbólico do que poderia vazar de gastos com a pandemia para o ano que vem, explica, tornou-se “mais concreto”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

Depois de ouvir Bolsonaro, relator diz que Orçamento terá desvinculação

Presidente teria concordado com a decisão

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



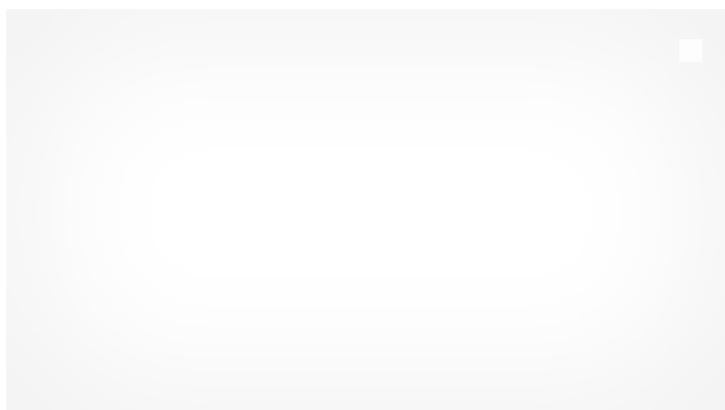
Marcio Bittar: “Vincular receita, como na Educação, resolveu algum problema? Não. Nós estamos com a educação na UTI” — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Apontado relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o senador Marcio Bittar (MDB-AC) disse ontem que incluirá a desvinculação de receitas em seu relatório.

Bittar falou com a imprensa após reunião com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Segundo ele, Bolsonaro concordou com a desvinculação de receitas no Orçamento.

“O presidente concordou [...] e vou apresentar relatório propondo a desvinculação. Deixa que os Estados e municípios elejam o que é mais importante para eles”, disse Bittar. “Nós aqui em Brasília e o Congresso Nacional somos mais capazes de resolver o que é mais importante para os 5 mil municípios do Brasil? Não.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A desvinculação de receitas é uma das bandeiras do ministro Paulo Guedes. Atualmente, União, Estados e municípios são obrigados a destinar uma fatia determinada de seus orçamentos para a saúde e a educação.

“Vincular receita, como na educação, resolveu algum problema? Não. Nós estamos com a educação na UTI”, disse Bittar. “Nós tínhamos 4% do PIB, em 15 anos nós fomos para 6,2% do PIB na educação. Olha os nossos exames, olha a vergonha que é. Não resolveu e tirou poder do município. Ele tem mais condições de estar perto dos prefeitos, do governador do Estado do que aqui em Brasília.”

Sobre o Renda Brasil, programa social que deve se sobrepôr ao Bolsa Família, Bittar alegou que ainda estão resolvendo “os últimos detalhes” e que, por isso, acabou não entrando na peça enviada ontem pelo governo ao Congresso Nacional.

“Estão encaminhando os últimos detalhes. O Renda Brasil deve entrar ou incorporando-se na minha [PEC do Pacto Federativo, da qual ele também é relator] ou em uma outra PEC”, afirmou.

Bittar disse, sobre a PEC do Pacto Federativo, que “Bolsonaro concordou com quase tudo o que eu trouxe”. Dentre as propostas, está um limite para os gastos das Câmaras municipais.

“A proposta é que o servidor inativo seja incluído também no limite de gastos das Câmaras municipais. Hoje, a pessoa contrata até no limite e quando se aposenta não é a Câmara que paga. Isso facilita a irresponsabilidade fiscal”, disse.

A proposta preverá, além disso, que a União deixe de ser fiadora automática de Estados e municípios”. E “vai transferir recurso novo para o município, mas com todos os itens dizendo o que não pode fazer com o recurso”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora "suga" a gordura profunda em poucas semanas

LIPOSIL

LINK PATROCINADO

Pílula que acaba com a gordura localizada é liberada no Brasil

REDUTROL

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem

PICPAY

LINK PATROCINADO

Enterre seus sacos de chá usados em seu jardim e isso é o que acontecerá! Surpreendente!

CONSELHOS E TRUQUES

LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!

DRENEFORT

LINK PATROCINADO

Cantor sertanejo seca muito e choca público

KETODROL

por taboola

Leia em Valor Investe

Superávit primário só volta em 5 ou 6 anos, indica governo

Projeto de Lei Orçamentária estima rombo de 3,1% do PIB em 2021

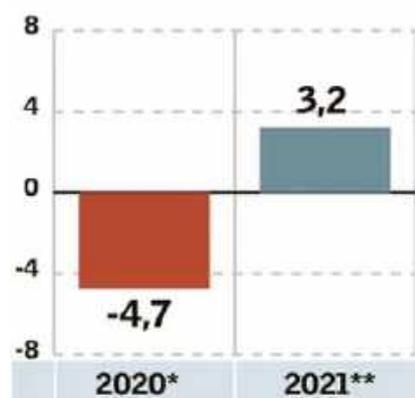
Por Edna Simão, Mariana Ribeiro e Estevão Taiar — De Brasília

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Tempos apertados

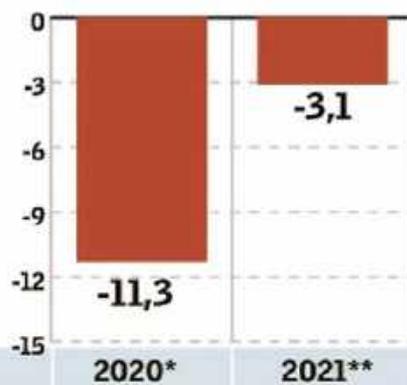
Governo prevê novo déficit expressivo para 2021

Variação do PIB real, em %

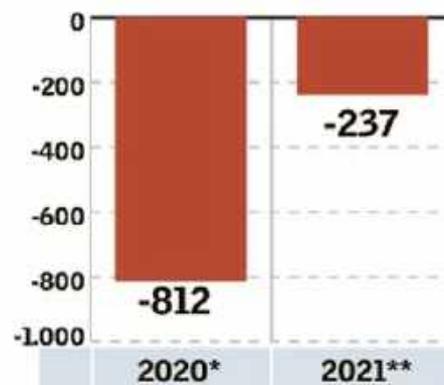


Déficit primário do setor público

Em % do PIB



Em R\$ bilhões



	2020*	2021**
■ Déficit primário do governo central, em % do PIB	11	3
■ Déficit primário do governo central, em R\$ bilhões	787	234
■ PIB nominal, em R\$ trilhões	7,174	7,662
■ IPCA acumulado, em %	1,60	3,24
■ INPC acumulado do ano anterior, em %	4,48	2,09
■ IGP-DI acumulado, em %	6,58	4,11
■ Taxa Selic Over, em %	2,63	2,13
■ Câmbio médio do dólar, em R\$	5,08	5,11
■ Valor do salário mínimo, em R\$	1.045	1.067

■ Variação da massa salarial nominal, em %	-3,73	4,05
Fonte: Ministério da Economia. *Avaliação do 3º bimestre, **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021.		

O Brasil só deve voltar a registrar superávit primário no fim de 2026 ou início de 2027. Esse cenário, apresentado pelo secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, considera o retorno ao processo de ajuste fiscal em 2021 e o cumprimento do teto de gastos. Ontem, o governo do presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLDO) de 2021 com manutenção dos déficits até 2023, quando os números irão se aproximar do que foi registrado no primeiro ano de mandato de Bolsonaro.

O déficit primário estimado para o setor público é de R\$ 237,3 bilhões (3,1% do PIB) em 2021, passando para R\$ 184,4 bilhões (2,3% do PIB) em 2022 e R\$ 152,6 bilhões (1,7% do PIB) em 2023, superando R\$ 570 bilhões nesse triênio. Nos próximos anos haverá gradativo retorno dos resultados excluindo os gastos com juros para patamares anteriores à crise, destacou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que ressaltou que não trabalha com a extensão do estado de calamidade para 2021. “Nosso objetivo é reduzir os déficits primário e nominal o mais rapidamente e com a maior magnitude possível”, complementou.

Para o ano que vem, o teto de gastos é de R\$ 1,485 trilhão, um aumento de R\$ 31 bilhões em relação a este ano. Apesar das restrições orçamentárias, áreas como Defesa e Infraestrutura tiveram seus orçamentos ampliados em relação ao projeto deste ano, em 4,8% e 1,5%, respectivamente. Na Cidadania, o avanço foi de 10%.

Considerando despesas primárias, na Educação a alta foi de 2,2%, e na Saúde, de 1,7%. Outros ministérios, por outro lado, sofreram cortes, como Desenvolvimento Regional (-6,2%), Ciência, Tecnologia e Inovações (-25,1%) e Meio Ambiente (-4,7%).

No ano que vem, devido às incertezas causadas com a pandemia, o déficit primário está sendo calculado com base no saldo entre a despesa do teto de gastos e a receita projetada para o período. Assim, o governo não precisará perseguir um número específico, como sempre fez, apenas terá que garantir as despesas dentro do limite constitucional. Com isso, também não há contingenciamento.

A peça orçamentária não prevê recursos para o programa social quem vem sendo desejado pelo governo, o Renda Brasil, nem mesmo para um aumento real do salário mínimo, além de ter uma margem considerada apertada para as despesas discricionárias (onde estão custeio da máquina e investimentos), para garantir o cumprimento do teto de gastos.

O projeto de Lei Orçamentária para 2021 ainda condiciona a execução de R\$ 453,715 bilhões ou 30% do total das despesas à aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional. A execução de boa parte dos gastos obrigatórios, como pagamento de benefícios previdenciários, salários e até investimentos, depende da aprovação de crédito para cobertura da insuficiência da chamada “regra de ouro”, que veda o endividamento para honrar despesas correntes.

Na peça orçamentária, também não estão previstas reduções de renúncias fiscais com o fim de reduções de Imposto de Renda (IR) com saúde e educação como chegou a ser considerado para viabilizar a criação do Renda Brasil. Também foi protegido, depois de muitas críticas, o orçamento de R\$ 2 bilhões para realização do censo demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano que vem.

Mesmo com todo aperto, Waldery disse que não há risco de paralisação da máquina pública, ou seja, de um “shutdown”. Assim como em outros discursos, ele reforçou que a manutenção do teto de gasto e aprovação de reformas estruturais como a tributária e administrativa são fundamentais para que o Brasil retome o crescimento econômico e, conseqüentemente, reduza os elevados déficits primários.

Waldery explicou ainda que qualquer ganho de arrecadação se reverterá para redução dos déficits primários estimados. A previsão de receitas não considera o impacto da proposta de reforma tributária e nem que novas licitações podem eventualmente gerar aumento de arrecadação. “Poderemos ter surpresas positivas em relação ao que temos à frente”, afirmou o secretário.

Na proposta de orçamento de 2021, a equipe econômica considerou que parâmetros com premissas conservadoras. Para o Produto Interno Bruto (PIB), que deve registrar uma retração de 4,7% neste ano, a estimativa é de um crescimento de 3,2% no ano que vem. No caso do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC),

a variação estimada é de 2,09%. Com esse INPC, o salário mínimo sairá dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.063 no próximo ano.

A previsão é de despesa total de R\$ 1,516 trilhão no ano que vem, o equivalente a 19,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, as despesas obrigatórias estão projetadas em R\$ 1,420 trilhão (93,7% do total). Diante do elevado patamar das obrigatórias, as despesas discricionárias estão projetadas em R\$ 96,052 bilhões para 2021. Deduzindo desse valor a destinação de R\$ 4 bilhões para capitalização de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear, as despesas discricionárias somam R\$ 92,052 bilhões. Deste total, R\$ 28,665 bilhões se referem a investimentos, sendo que o compromisso do governo é aplicar o valor mínimo de R\$ 11,631 bilhões em projetos em andamento do Executivo.

O baixo patamar das discricionária reforça a importância da aprovação do chamado 3D: desvinculação, desindexação e desobrigação. Um interlocutor do ministro da Economia, Paulo Guedes, comentou que a proposta orçamentária deixa claro que o cobertor é curto e que será necessário remanejar gastos para viabilizar o Renda Brasil. **(Colaborou Lu Aiko Otta)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso) TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho 90MIN

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região



Por Francisco Góes

Francisco Góes é chefe da Redação no Rio

As “potências” do Rio frente às muitas mazelas

Problemas do Estado são estruturais e não há solução fácil

01/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na sexta-feira, dia em que o governador do Rio, Wilson Witzel, foi afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), pessoas com acesso ao Palácio Guanabara indicavam que a decisão poderia facilitar a permanência do Estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O regime se encerra no sábado e, antes disso, o Rio precisa formalizar pedido de prorrogação por mais três anos. A análise de que a saída de Witzel seria boa para a permanência do Rio no RRF se apoia no fato de que o governador afastado tem péssima relação com presidente Jair Bolsonaro, o que teria levado à politização de tema de natureza técnica, o ajuste fiscal das contas públicas do Rio de Janeiro.

Ontem, o governador interino do Rio, Cláudio Castro (PSC), adiantou no Twitter que recebeu ligação do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República, colocando-se à disposição para ajudar o Estado na renovação do RRF. Em nota, o senador disse que vai trabalhar pelo Rio na recuperação fiscal como parte de suas obrigações. O regime, assinado em 2017, é uma espécie de contrato pelo qual se suspende o pagamento da dívida do Rio com a União para permitir reestruturar as finanças do Estado. O RRF é prioritário para o Rio uma vez que a saída do regime levaria ao colapso dos serviços prestados à população.

Os problemas são estruturais e não há soluções fáceis

“Não é do interesse de ninguém que o colapso do Rio aconteça, a não ser que alguém no meio político ganhe algum dividendo com o caos. Mas aí vamos ver o noticiário internacional dividir queimada da Amazônia com a quebra do Rio”, diz auditor fiscal. A pergunta que muitos se fazem é como o Rio chegou a essa situação, que mistura crise política com prolongada decadência econômica. Não há respostas simples, muito menos soluções fáceis para superar a crise.

O que é evidente é que os problemas do Rio são estruturais. No campo político, o modo de fazer política misturou patrimonialismo - em um Estado que confunde limites públicos e privados - com práticas populistas, o que corroeu o tecido social, diz o economista carioca Sérgio Besserman. Houve também o fenômeno do crescimento das milícias, que se infiltraram nas estruturas do Estado, e passaram a controlar territórios dividindo ou mesmo compartilhando espaços com outras organizações criminosas, como o tráfico de drogas.

No campo econômico, a economia fluminense foi uma das que mais se ressentiram nos últimos 30 anos, em especial na última década. “A economia do Rio faliu, quebrou. Tirando petróleo e gás, todo o resto da economia do Rio andou para trás”, diz um ex-secretário de Estado. Dependente dos royalties do petróleo, que oscilam de acordo com os preços da commodity no mercado internacional, o Rio tem limitações tanto para aumentar as receitas como para cortar as despesas.

Assim como outros Estados da Federação, o Rio encontra dificuldades para reduzir gastos com pessoal que, neste ano, devem superar 80% da receita corrente líquida do Estado, acima do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo estimativa de Jonathas Goulart, economista-chefe da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Pelo lado da receita, a queda dos preços do petróleo e a pandemia também reduziram a arrecadação do Estado. A Firjan estima déficit de R\$ 25 bilhões no orçamento do Estado neste ano e de até R\$ 27 bilhões em 2021.

“Boa parte do problema do Rio tem relação com gestão fiscal ineficiente feita anos atrás com gastos de pessoal e antecipação de royalties. Hoje a situação é ingovernável porque o gestor tem a mão amarrada pelo engessamento do orçamento e pela impossibilidade de aumento de receitas”, diz Goulart.

“Não há estrutura que resista a gestões insatisfatórias. E destas o Rio já teve demais”, escreveu Maurício Dominguez Peres em livro de 2007 que destaca o papel de bom gestor de Carlos Lacerda como governador da Guanabara, nos anos 1960. O problema do Rio, porém, não é só de gestão, embora o Estado tenha se notabilizado pelos desmandos dos governadores, sendo seis deles investigados por corrupção e cinco presos na história recente.

Goulart, da Firjan, diz que o Rio pode colocar o “melhor” governador e o melhor secretário da Fazenda para gerir o Estado que o problema não será resolvido. A razão é que parte da solução está em nível federal, e passa pelas reformas tributária e administrativa, o que ajudaria o Rio a reorganizar a sua própria estrutura de serviço público.

Besserman concorda. Diz não tratar-se apenas de qualidade de gestão, mas da criação de um ambiente político, de se instituir uma frente disposta a derrotar um sistema que está degradado. Ele acredita que o Rio tem muitas “potências” que não passam necessariamente pelo petróleo, embora reconheça que o pré-sal, com logística e custo de extração baixo, seja gerador de caixa. Cita como elementos virtuosos a existência de uma economia criativa, baseada em capital intelectual e cultural, e a ligação “única” do Rio, uma metrópole de 6,7 milhões de pessoas, com a natureza, marcada pela floresta, por lagoas e pelo oceano.

O que é preciso, segundo ele, é que o Estado do Rio, assim como fazem muitas empresas privadas, adote com mais força princípios de governança para dar maior transparência à gestão pública. Cita como exemplo o Espírito Santo, que chegou a ser dominado por organizações criminosas inseridas nas estruturas de poder, mas que se “libertou”, e conseguiu explorar suas potencialidades a partir de uma coalizão de forças políticas.

O economista Mauro Osório, especialista em temas do Rio, diz que é importante trabalhar com visão sistêmica do Estado. Ele dirige a recém-criada assessoria fiscal da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj) na qual pretende discutir uma agenda para o Rio. Uma das ideias é trabalhar com uma visão ampla sobre complexos produtivos ao invés de pensar setores isoladamente. E uma área com grande potencial é o complexo produtivo de inovação e saúde. A pandemia mostrou o risco

de depender de importações nessa área e, ao mesmo tempo, a importância de usar o poder de compra do SUS, diz Osório.

Ele avalia que a crise do Rio é estrutural e que, embora seja preciso melhorar as despesas, o problema do Estado é de receita. O economista diz ter sido a favor da adesão do Rio ao Regime de Recuperação Fiscal uma vez que a crise era enorme, com o Estado sem condições de pagar salários dos servidores à época. Agora o Rio tenta permanecer no regime, mas precisa fazer o dever de casa.

Francisco Góes é chefe de redação no Rio

E-mail: francisco.goes@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem
PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região
TTCENTER

Reabertura impulsiona confiança do empresariado, aponta FGV

Para especialista, alta deve persistir, mas em ritmo menos intenso

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

01/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Campelo: Incerteza elevada e dúvidas em relação às ações de combate à crise devem diminuir intensidade do avanço — Foto: Leo Pinheiro/Valor

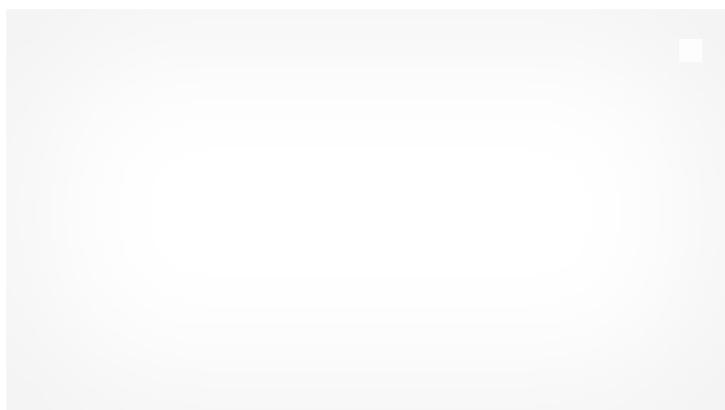
O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu sete pontos entre julho e agosto, para 94,5 pontos, atingindo maior patamar desde fevereiro (96 pontos), ou seja, antes da pandemia, informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). Isso comprova trajetória de recuperação da confiança do empresário, impulsionada por flexibilização do isolamento social e reabertura da economia, delineadas nas

principais capitais após restrições em meados de março, devido à covid-19, disse o superintendente de Estatísticas da FGV, Aloisio Campelo.

Para ele, a confiança do empresário deve manter saldo positivo, mas com altas menos intensas do que as dos meses imediatamente anteriores a abril - considerado o fundo do poço dos efeitos negativos originados pela pandemia.

Incerteza ainda elevada e dúvidas em relação às ações do governo no combate à crise causada pela covid-19 devem diminuir intensidade do avanço, afirmou.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Campelo comentou que a melhora na avaliação de momento presente comandou aumento no ICE de agosto. Nos dois subindicadores do ICE, o Índice de Situação Atual (ISA) subiu 8,9 pontos, entre julho e agosto, para 88,6 pontos - enquanto o Índice de Expectativas (IE) subiu 6,3 pontos, para 96,1 pontos.

O empresariado notou melhora na demanda do mercado interno que, além de menor restrição social, também foi influenciado por concessão do governo de auxílio emergencial - que elevou poder aquisitivo, disse.

O economista comentou que, nas discussões do governo sobre continuidade de auxílio emergencial, o valor seria menor que em meses anteriores. Ao mesmo tempo, a incerteza com a economia ainda permanece elevada.

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), anunciado na semana passada pela FGV, caiu 3,4 pontos entre julho e agosto, para 160,3 pontos, mas a pontuação desse

indicador ainda permanece elevada, em patamares históricos. Antes da pandemia, o IIE-Br tinha média histórica em torno de 115 pontos.

Outro aspecto mencionado por ele é o fato de que a retomada na confiança empresarial não opera com mesma intensidade, em todos setores. Em agosto, comércio e indústria puxam o saldo positivo do ICE.

“Em serviços e em construção, o patamar de confiança do empresariado está abaixo [do de indústria e comércio]”, completou ele. O especialista citou, ainda, recentes discussões sobre questão fiscal do governo, que também afetam humor do empresariado.

Esses fatores podem diminuir o ritmo de avanço tanto do ISA quanto do IE, levando a altas menores no ICE. “A confiança está em recuperação”, afirmou. “Mas, caso o ICE volte a ter aumento de sete pontos, voltaria a 100 pontos [quadrante favorável]. Acho pouco provável que isso aconteça.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem

PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho

90MIN

LINK PATROCINADO